



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
EMBRAPA - AMAZÔNIA ORIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO AGRICULTURAS AMAZÔNICAS
MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

PETRÔNIO LAURO TEIXEIRA POTIGUAR JÚNIOR

**CAMINHOS E (DES) CAMINHOS DO ASSOCIATIVISMO ENTRE OS
“POVOS DAS ÁGUAS”: A Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá,
Pará.**

**Belém
2008**

PETRÔNIO LAURO TEIXEIRA POTIGUAR JÚNIOR

**CAMINHOS E (DES) CAMINHOS DO ASSOCIATIVISMO ENTRE OS
“POVOS DAS ÁGUAS”**: Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá, Pará.

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de
Mestre em Agricultura Familiar e
Desenvolvimento Sustentável do Núcleo de
Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da
Universidade Federal do Pará
Orientadora: Profa. Dra. Maria de Nazaré Angelo-
Menezes

**Belém
2008**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –

Biblioteca Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural / UFPA, Belém-PA

Potiguar Júnior, Petrônio Lauro Teixeira

Caminhos e (des)caminhos do associativismo entre os “Povos das Águas”: Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá, Pará / Petrônio Lauro Teixeira Potiguar Júnior; orientadora, Maria de Nazaré Ângelo-Menezes. - 2008.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, Belém, 2008.

1. Pescadores – Marudá – Condições sociais (PA). 2. Associações, instituições, etc – Marudá (PA). 3. Pesca artesanal – Marudá (PA). I. Título.

CDD – 22.ed. 639.2098115

PETRÔNIO LAURO TEIXEIRA POTIGUAR JÚNIOR

**CAMINHOS E (DES) CAMINHOS DO ASSOCIATIVISMO ENTRE OS
“POVOS DAS ÁGUAS”:** A Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá,
Pará.

Dissertação apresentada para a obtenção do título
de Mestre em Agricultura Familiar e
Desenvolvimento Sustentável do Núcleo de
Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da
Universidade federal do Pará

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Nazaré Angelo-
Menezes

Data da aprovação, Belém Pará _____/_____/_____

Banca Examinadora

Dra. Maria de Nazaré Angelo-Menezes
(NEAF/UFPA, Orientadora)

Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra
(NEAF/UFPA, Examinador Interno)

Dr. Heribert Schmitz
(FSCH/UFPA/Examinador Externo)

Dra. Maria das Graças Pires Sablayrolles
(Examinador Suplente)

DEDICATÓRIA

Pai,consegui! Sei que estás feliz, hoje, no mundo espiritual, por essa minha conquista. Jamais te esqueci e tenho certeza que não esqueceste de mim! Lembras daquela “visita” que me fizeste em um momento de cansaço, demonstrando preocupação e carinho na pesquisa de campo? Te agradeço pelo apoio espiritual e por isso te dedico de forma mais que merecida este trabalho.

Mãe, guerreira e amiga, não tenho palavras para te dizer o quanto te amo e sou grato pelo seu apoio, mesmo que de forma sutil. Suas ações de preocupação, na calada da noite, durante esse período, não me deixam a menor dúvida que te dedicar esse trabalho é o mínimo que posso fazer. Eis aqui sua neta, a dissertação.

AGRADECIMENTOS

Aqui são inúmeras as pessoas e instituições a agradecer. Espero não cometer injustiças caso algum lapso de memória venha ocorrer.

Primeiramente agradeço a acolhida pelo Núcleo de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável /NEAF/UFGA, jamais esquecerei. O quadro administrativo, através da Secretária, Biblioteca, em especial Vera Fadul e a Coordenação de Curso, na pessoa do Prof. Gutemberg Guerra, que com calma, precisão, dedicação e compreensão, conduziu a coordenação do curso de forma impecável. Aos professores das disciplinas que contribuíram, fundamentalmente, para a construção dessa dissertação e que me proporcionaram momentos agradáveis. À vocês, meus aplausos.

De uma importância estrutural imprescindível, agradeço à CAPES por ceder-me bolsa de estudo e que me serviu de apoio no momento de “aperto” financeiro. Terminei essa etapa de vida com a certeza que o uso desse dinheiro público foi bem empregado.

Não poderia deixar de agradecer em particular, minha orientadora, Maria de Nazaré Ângelo-Menezes a quem, como todos, prefiro chamar de Naná. Muito obrigado pelas orientações e boa viagem para o Pós-Doc. Você merece!

Jamais esqueceria meus companheiros de sala de aula: Marcelo, Grimoaldo, João Paulo, Danny, Derick, Aluisio, Olenilson, Márcia, Deuzimar, Evaneide, Dulcilene. Entre altos e baixos, sobrevivemos nesse BBB acadêmico. Deuzimar, não esquecerei sua ajuda dada na pesquisa de campo, me cedendo sua casa como apoio logístico. Adorei conhecê-los. Mas como sempre temos nossos preferidos, Márcia e Derick, “maninhos” de toda hora, e com toda emoção desse momento, não esquecerei vocês pela força, amizade e, principalmente, pela divisão de minhas angústias. Márcia, sabes o que passamos, no entanto, sem choro nem lágrimas é hora de alegria. Amo vocês!

Aos amigos de trabalho Valéria Fernandes, Marcus Araújo, Daniela Castilho, Alice Moura, Roberta Pantoja, Elenia Backer, Socorro Nascimento, Jorge Vidal, Neila Cabral, Gisele, Ticiane, Suzanne Penim, Karol Barra, Samia, Vânia Leal. À vocês, obrigado pelo apoio.

Distantes a mais de quinze anos, reencontrei uma amiga que, mesmo indiretamente, participou desse meu momento acadêmico e, com suas brincadeiras sérias, me ouviu pacientemente em momentos de crise. Rubilene, obrigado pela amizade.

De importância significativa foram os professores Angélica Motta Maués, Flávio Leonel e Wilma Leitão, que com suas leituras e contribuições através da disciplina Seminário de Dissertação do Departamento de Antropologia /DEAN/UFPA deixaram a “pontinha de seus dedos” nessa produção.

Não esqueço que, ainda no DEAN/UFPA a disciplina Antropologia das Populações Haliêuticas, ministradas pela professoras Lourdes Furtado e Denize Adrião, garantiram presença marcante nesta dissertação com a produção de parte do segundo capítulo. Além disso, apontaram-me caminhos para reflexão sobre o associativismo na Amazônia. Lourdes e Denize, antes que eu esqueça, que grupo unido tivemos nessa disciplina, hein! A todos meu grande agradecimento.

Agradeço fortemente minha sempre orientadora acadêmica e da vida que me mostrou caminhos teóricos tornando-os menos tortuosos, mesmo que eles o sejam. Te agradeço, pois mesmo em momentos nada favoráveis, pegastes “minha cria” (a dissertação) e ensinastes como “educá-la” da melhor forma possível. Ivete, querida amiga e irmã, não tenho palavras para te agradecer.

Não poderia deixar de citar e agradecer umas das responsáveis por essa minha caminhada que, com rigor, seriedade, ética e uma forma sutil de agregar pessoas, me encaminhou na vida acadêmica. Lourdes Furtado, ou melhor, “Lourdes”. Tenha a certeza que sempre estarei à disposição para contribuir com o sonho de ver melhor a vida dos pescadores da Amazônia. Qualquer coisa, sabes onde me encontrar. Te admiro e te agradeço.

Fernando, querido amigo e irmão, sinta-se também um dos “culpados” por eu estar aqui, finalizando uma das etapas de minha vida, a qual você participa há mais de vinte anos. Como poderia esquecer-lo, nesse momento, que tanto sonhamos juntos. Agradeço-te por tudo.

Há mais de quatro anos me acompanhando, percebendo meus altos e baixos, no momento e na hora certa, aparece para dizer “calma , tudo vai dar certo”. Guilherme, querido companheiro, em hipótese alguma te deixaria de fora de meus agradecimentos. Te agradeço pela paciência, compreensão e força nessa etapa de minha trajetória acadêmica.

Meus sobrinhos e queridos irmãos, em especial, Zé Carlos, Karian, Ari , Bela, Ebe, Alzira e minha mãe postiça, Fátima, só tive a ganhar com vocês nos momento de alegria e de relax em nossa casa. Obrigado e amo vocês

Mas quem, estará em primeiro lugar em tudo, para os mais íntimos, Nini, minha adorável mãe, que todos os dias no pátio de nossa casa, me espreitava enquanto estava em meu computador escrevendo, pensando, deletando e me irritando. Com seu olhar vigilante e de maneira simples parecia a todo o momento dizer: “Calma, meu filho, tem paciência isso terá uma recompensa no futuro”. É isso mãe, valeu a pena. Te amo.

Por fim os pescadores artesanais de Marudá, que em seus caminhos e (des) caminhos buscaram e buscam trilhar trajetórias possíveis, via o associativismo, para a melhoria da qualidade de vida. A todos meu agradecimento pela paciência, pelas informações e principalmente por tornar possível essa dissertação. Muito obrigado.

Se todo o pessoal colaborasse...se os membros da associação funcionasse legal.....se tem força de vontade em qualquer canto dava resultado as associações.... é preciso se unir, pois a “união faz a força” Do contrário não dá certo. (Pescador de Marudá/julho/07)

RESUMO

A proposição dessa dissertação está focada nas discussões sobre o associativismo envolvendo as populações tradicionais na Amazônia, em especial, as ribeirinhas e pesqueiras no Nordeste Paraense, tendo como *locus* da pesquisa a vila pesqueira de Marudá. Os pescadores que aí residem e a trajetória de uma das associações existentes no local, em particular a Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá- ABPM terão atenção especial nesse estudo que pretende entender como o capital social enquanto processo de ajuda mútua e confiança na busca de objetivos comuns envolve ou não os pescadores e os dirigentes da ABPM nos caminhos e (des) caminhos do associativismo em Marudá, tendo Putnam (2007) e outros autores como alicerces teóricos que balizaram essa pesquisa. Privilegiou-se essa associação pela trajetória do pesquisador que durante alguns anos, esteve no local e percebeu ser a ABPM a única associação que direcionava seus objetivos para a produção pesqueira na região, o que possibilitou a análise da trajetória associativista dos pescadores no local. A metodologia utilizada foi a aplicação de um roteiro de entrevista entre os pescadores associados informais, ex-associados e os pescadores não associados na ABPM. A técnica antropológica da observação e anotações no caderno de campo foram importantes para estabelecer o contato e o diálogo com a realidade investigada. Para auxiliar nas análises e interpretações, a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977) serviu de apoio para as interpretações subjetivas nas análises das entrevistas. Como resultado temporal, notou-se que, apesar da existência de potencial humano para alavancar a organização política dos pescadores locais, a prática do associativismo em Marudá apresenta dificuldades causadas pelo fraco capital social dos que estão à frente da ABPM e dos pescadores marudaenses cuja predisposição para a participação é frágil em decorrência da inexistência de objetivos comuns impedindo o brotamento do que teria sido acumulado para o fortalecimento do capital social.

Palavras-chave: associativismo, capital social, pesca artesanal, Marudá, Pará

ABSTRACT

The aim of this dissertation is focused on discussions about association group involving the traditional population in Amazon region, especially people on the riverbank and fishermen on north-eastern Paraense. This research has as *locus* the fishing village in Marudá. The fishermen that inhabit this region and the route of one of existing associations in that place, *Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá (ABPM)*, will have special attention in this study that intends to understand how the capital stock as an aid process lends and confidence in the search of common objectives – involving or not fishermen and the controllers of *ABPM* in ways and (un)ways of association group in Marudá. The research framework used for this study was based on Putman (2007) and was complemented with studies made by other authors. This association was privileged and during some years it was the place which was perceived by *ABPM*. It was the only one which was conducted its objectives for the fishing production in the region making possible the analysis of association route of local fishermen. The methodology applied in this study was the application of interview script among associate informal fishermen, former-associates and non-associate fishermen in *ABPM*. The anthropological technique of observation and field note-taking had been relevant to establish the contact and dialogue with the studied reality. In order to aid the analyses and interpretations, the analysis technique of Bardin's content (1977) supported the subjective interpretations during the analyses of the interviews. Although the human existence potential in order to get the politics organization of local fishermen, the practical of association group in Marudá present some difficulties which are caused by the weak capital stock of that control the *ABPM* and *marudaense* fishermen whose predisposition for the participation is fragile. Besides this result is temporal. This is the result of the inexistence of common objectives hindering the arise of what it would have been accumulated for the reinforcement of the capital stock.

Key-words: association group; capital stock; handmade fishing; Marudá; Pará.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quantidade de pescadores entrevistados, por área, em Marudá	30
Quadro 2: Quantidades de pescadores entrevistado, por categoria	30
Quadro 3: Pescadores entrevistados, por tipo de pesca, em Marudá	33
Quadro 4: Pescadores de Marudá inscritos e quites na Colônia de Pescadores	35
Quadro 5: Avaliação dos “associados informais”, ex-associados e não associados em relação a atuação da ABPM em Marudá na atualidade	138
Quadro 6: Avaliação dos “associados informais”, ex-associados e não associados em relação a atuação da ABPM antes e hoje em Marudá	140
Quadro 7: Opinião dos pescadores sobre como a ABPM pode desenvolver um melhor trabalho em Marudá	143

LISTA DE FOTOS

Foto1: Momento da pesquisa de campo, bairro da Vila Nova em Marudá	27
Foto 2: Casa de turista/bairro do Sossego.....	71
Foto3: Casa de pescador/Ocupação “Bom Jesus.....	7
Foto 4: Igreja de São Pedro, a mais antiga no bairro do Sossego em Marudá.....	74
Foto 5: Igreja de Nossa Senhora das Graças, bairro do Alegre em Marudá.....	74
Foto 6 : Igreja de São Benedito, bairro do Alegre em Marudá.....	75
Foto 7: Santuário Evangélico, bairro do Alegre em Marudá.....	75
Foto 8: Bandeira do Vênus Esporte Clube de Marudá.....	78
Foto 9: Bandeira do “Lagartos Voadores de Marudá”	78
Foto 10: Curral de pesca em Marudá.....	79
Foto 11: Chegada de pesca em barco no porto do bairro do Sossego.....	79
Foto 12: Saída para a pesca de rede em Marudá.....	79
Foto 13: Momento de conserto de rede de pesca Marudá.....	81
Foto 14: Seqüência de imagens mostrando o momento da chegada da pesca em alto mar até a entrega do peixe para o marreteiro local.....	82
Foto 15: Momento da retirada de carvão da caieira em Marudá.....	84
Foto 16: Momento de pique, a praia lotada	87
Foto 17: Ônibus e carros que se deslocam aos domingos para Marudá.....	87
Foto 18: Aparelhagem 1: Nova Dimensão tocou em Marudá dia 13 de julho 07.....	88
Foto 19: Aparelhagem 2: “Guerreiro Tupinambá” programado para tocar em Marudá dia 1 de agosto.....	88
Foto 20: Vendedor de Porto Alegre, localidade próximo a Marudá, comercializando caranguejo em Marudá.....	90
Foto 21: Vendedor de Belém comercializando brincos, colares e pulseiras artesanais em Marudá.....	90
Foto 22: Pescador/Ambulante na orla de Marudá inscrito na AAM.....	96
Foto23: Frente da Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá.....	129
Foto24: Área interna da Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá.....	129
Foto25: Barco pertencente a um dos ex-associados da ABPM no “Portinho do Sossego”	134
Foto 26: Barco pertencente ao ex-presidente da ABPM no porto do Sossego.....	134

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização de Marudá.....	64
Mapa 2: Carta-Imagem de Marudá.....	65

ESQUEMAS

Esquema 1: Você pretende se inscrever em alguma associação em Marudá?.....	108
Esquema 2: Que associação de pescadores você conhece em Marudá?.....	109
Esquema 3: Você pretende se associar à ABPM?.....	112
Esquema 4:Quais motivos os pescadores alegam para se afastarem do processo associativista em Marudá/ABPM?.....	114
Esquema 5: Você já participou em reuniões da ABPM?.....	116
Esquema 6: Se associado à ABPM, você acha que receberia algum benefício?.....	118
Esquema 7: Você é inscrito na ABPM há quanto tempo?.....	120
Esquema 8: O que leva você a estar associado à ABPM?.....	122
Esquema 9: Você foi beneficiado com projetos para financiamentos via ABPM?.....	124
Esquema 10: Você participa com que frequência das reuniões programadas pela ABPM?.....	125
Esquema 11: A sede da ABPM está em condições de funcionamento?.....	128
Esquema 12: Que parcerias possuía a ABPM?	130
Esquema 13: Você já foi associado da ABPM? Por que saiu da associação?.....	132
Esquema 14: Você participa das reuniões que acontecem atualmente na ABPM?.....	135
Esquema 15: Se você continuasse associado à ABPM teria recebido algum benefício?...	136
Esquema 16: Que motivos você aponta para os pescadores se afastarem do processo associativo em Marudá?.....	137

LISTA DE SIGLAS

AAM – Associação dos Ambulantes de Marudá
ABM - Associação dos Barqueiros de Marudá
ABPM – Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá
ACM – Associação dos Comerciantes de Marudá
AMAPEM – Associação de Mulheres da Área Pesqueira de Marudá
AMPAP - Associação de Mulheres na Pesca e na Agricultura de Pereru
AMUPESC - Associação de Mulheres de Pesca de Cachoeira
APAC – Associações dos Pescadores Artesanais de Camará
BASA – Banco da Amazônia
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCM – Centro Comunitário de Marudá
CDM – Conselho Distrital de Marudá
CEB'S- Comunidades Eclesiais de Base
CLAM - Cooperativa dos Lancheiros e Atravessadores de Marudá
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNP – Confederação Nacional dos Pescadores
CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONDEPA - Conselho de Desenvolvimento Econômico do Pará
CPP – Conselho Pastoral da Pesca
CPT- Comissão Pastora da Terra
DPC- Destacamento de Polícia Comunitária
ECP – Etnografia dos Conflitos da Pesca
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FASE- Federação de Órgãos de Assistência Social e Educação
FEPA - Federação Estadual dos Pescadores
FNO – Fundo Constitucional do Norte
FUNASA -Fundação Nacional de Saúde
GREPE - Grupo Executivo de Pesca
HIV – Human Immunodeficiency Virus
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará
LBA- Legião Brasileira de Assistência
LPF – Liga Paraense de Futebol
MAFDS- Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável
MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores
MOPEPA – Movimento dos Pescadores do Pará
MPEG- Museu Paraense Emílio Goeldi
ONGS – Organizações não Governamentais
PIBIC – Programa de Bolsa de Iniciação Científica
PLANFOR- Plano Nacional de Formação Profissional
RENAS –Recursos Naturais e a Antropologia das Populações Marítimas, Ribeirinhas e Lacustres da Amazônia; estudo sobre as relações do homem com seu meio ambiente
SAGRI: Secretaria de Agricultura do Estado do Pará
SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SEFA – Secretaria de Estado da Fazenda

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UFPA- Universidade Federal do Pará
USF- Unidade de Saúde da Família em Marudá
UVA- Universidade Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	17
2 - PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	22
3 - A PESQUISA DE CAMPO: Limites e perspectivas.....	26
4 - QUEM SÃO ESSES PESCADORES? O perfil dos entrevistados.....	29
CAPITULO I: CAMINHOS TEÓRICOS DA PESQUISA: Capital social e pesca.....	38
1.1 - O capital social nos estudos pesqueiros: uma reflexão necessária.....	38
1.2 - O capital social e o associativismo pesqueiro.....	42
1.3 - Apropriação do associativismo entre os “povos da águas”: uma revisão bibliográfica.....	47
1.4 - Associativismo na pesca: alternativa ou imposição?.....	49
1.5 - A prática associativista entre os “Povos das Águas”: breves situações.....	56
1.6 – Associativismo na pesca e capital social: incursões em estudos no Nordeste Paraense.....	59
.	
CAPÍTULO II: MARUDÁ: Sua história e experiências vividas no associativismo.....	64
2.1 - Marudá e sua ocupação.....	64
2.2 - Aspectos de Marudá hoje.....	68
2.3 - A pesca e a produção familiar em Marudá.....	78
2.4 - A interferência do turismo em Marudá.....	86
2.5 - Caminhos do associativismo em Marudá.....	92
2.6 – A criação da Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá.....	98
CAPÍTULO III: A ABPM EM FOCO: caminhos trilhados e práticas desenvolvidas no associativismo em Marudá.....	107
3.1 - “Já ouvi falar nela”: o que dizem os pescadores não associados à ABPM.....	107
3.2 - “Tá faltando um <i>cabeçalho</i> pra botar ela pra frente”: os pescadores “associados informais” e a ABPM.....	120
3.3 - “Essa é a associação do já têve”: o que pensam os pescadores ex-associados da ABPM.....	132
3.4 - Que caminhos que devem ser trilhados no associativismo em Marudá? A ABPM segundo os pescadores.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERENCIAS.....	151
ANEXO	
Roteiro de entrevista aos presidentes da ABPM)	
Roteiro aos associados informais a ABPM	
Roteiro aos ex- associados a ABPM	
Roteiro aos não associados a ABPM	

1 – INTRODUÇÃO

Do contato com a produção científica resultante de pesquisas realizadas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e pela Universidade Federal do Pará (UFPA) é que nasceu meu interesse pelo estudo das populações tradicionais¹ e ribeirinhas na Amazônia, entre elas a dos pescadores artesanais, que vêm sendo ampliado em diversificadas linhas de discussões.

Dentre as várias abordagens de estudos sobre a pesca, destaco o de Furtado (1987), “Currealistas e Redeiros de Marudá”, que analisou as transformações socioculturais em populações do litoral paraense, especificamente aquelas ocorridas na Vila de Marudá², distrito do Município de Marapanim no Pará, na região do nordeste paraense.

Furtado (1987), dentre vários fatores, havia observado uma intensa migração de pescadores de outras regiões do Estado do Pará com destino a Marudá. Foi nesse local que no período de 1996 a 1999, enquanto bolsista do PIBIC³, no âmbito do Projeto RENAS⁴, do MPEG, participei de pesquisa nessa região que tiveram como produtos relatórios, artigos e um Trabalho de Conclusão de Curso na UFPA(TCC)⁵.

As observações realizadas durante a pesquisa sobre migração, apesar de estarem focadas na vivência dos migrantes na região, não negligenciaram o dia-a-dia dos pescadores marudaenses. Esse aspecto foi mais direcionado quando, no período de 2000-2001, realizei um breve estudo sobre os impactos dos movimentos sociais em

¹ Seguindo as orientações de Forline & Furtado (2003), o uso do termo “população tradicional” será baseado no contexto político, econômico e social dos pescadores artesanais na Vila Pesqueira de Marudá que apresentam as seguintes características: usam tecnologia simples no desenvolvimento da atividade pesqueira na região; a cosmologia local envolvendo crenças e simbolismos que ditam, em alguns momentos, o processo dessa atividade em Marudá; uma organização social pautada em relações que envolvem o parentesco e compadrio e um tímido contato com o mercado externo.

² Utilizarei a denominação “vila pesqueira” reportando-me à denominação que os moradores de maneira geral fazem quando tecem qualquer comentário sobre o local. Essa mesma denominação é usada pelos meios de comunicação para atrair turistas para a região.

³ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica do CNPq.

⁴ Programa “Recursos Naturais e a Antropologia das Populações Marítimas, Ribeirinhas e Lacustres da Amazônia: estudo sobre as relações do homem com o seu meio ambiente” – RENAS.

⁵ Os planos de estudos sobre a migração de pescadores foram os seguintes: “Uma etnografia sobre a migração de pescadores no nordeste do Pará: um estudo de caso na vila de Marudá, Marapanim, Pa” de 1997/1999 e outro sob o título: “O potencial de gerenciamento de pescadores migrantes: um estudo de caso na vila pesqueira de Marudá” de 1999-2000”. Ambos foram bases fundamentais para a elaboração de meu Trabalho de Conclusão de Curso no Departamento de Antropologia da UFPA sob o título “De Bragança a Marudá: uma etnografia sobre a migração de pescadores no estuário do Pará”, no ano de 2000.

Marudá, baseado no olhar dos pescadores e das lideranças das associações locais, versando sobre a atuação dos dirigentes no Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e do Conselho Pastoral da Pesca (CPP).

Na pesquisa sobre os movimentos sociais na pesca, foram observados alguns conflitos entre os dirigentes do MONAPE e CPP, que se refletiam nas relações existentes entre os que estavam a frente das associações em Marudá. Isso se dava pela relação aproximada entre o MONAPE e a Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá (ABPM) e o CPP junto à Associação de Mulheres da Área Pesqueira de Marudá AMAPEM. Esta dicotomia reforçava as tensões locais.

O conceito “conflito” aqui mencionado está dentro da perspectiva analisada por Simmel (1988; 2006), que o avalia como algo não negativo, mas um processo que pode dar início a outro contexto positivo para o indivíduo/grupo. Outro autor que considero sobre essa categoria é Putnam (2007), que percebe no termo uma forma de construção de capital social. Ou seja, o capital social se materializa pela promoção de reciprocidade e confiabilidades entre os componentes de determinado grupo e que serve de garantia através do empenho dessas relações na busca de crédito interno e externo, tornando possível atingir objetivos pretendidos pelo mesmo.

Assim, a percepção de Putnam (2007) de conflito e capital social serão o fio condutor da análise aqui desejada em particular como essas ações se manifestam em grupos como associações, sindicato e cooperativas onde o respeito mútuo entre líderes e liderados, segundo o autor, é uma das características importantes para a criação de instituições fortes e eficazes levando em conta o contexto político, econômico e cultural do lugar. É apoiado nessa perspectiva que lançarei o olhar para a Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá-ABPM e os pescadores que estiveram envolvidos direta e indiretamente com essa associação em Marudá na forma de desenvolver o associativismo no local.

A motivação para a realização desse estudo existe desde minha época de bolsista e que foi levado a efeito em 2006, quando apresentei uma proposição sobre essa questão no processo de seleção de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável/MAFDS/UFPA. Depois de aprovado, algumas questões concernentes à problemática da dissertação precisaram ser revistas.

A perspectiva inicial do estudo era perceber e discutir o associativismo com o olhar direcionado para as relações existentes entre a ABPM e AMAPEM, na tentativa de analisar como elas se estabeleciam enquanto associações frente aos pescadores associados, não associados e ex-associados. Porém, durante as disciplinas no MAFDS/UFPA e orientações direcionadas, fui percebendo que os “nós” da proposição inicial não estavam devidamente amarrados, o que prejudicava a seqüência do olhar do pesquisador no tecer das idéias pré-estabelecidas. Absorvi as sugestões que foram surgindo e novos caminhos foram trilhados. Neste trajeto, houve a solicitação da apresentação formal da pesquisa que iria ser trabalhada na dissertação, quando cursava a disciplina “Oficina de Metodologia da Pesquisa”. Após a exposição e as orientações do professor da disciplina e sugestões de leituras mais direcionadas tornaram a discussão mais clara.

Os objetivos precisaram ser redefinidos e hierarquizados assim como as leituras em busca de conceitos capazes de apoiar esse estudo. Foi necessário um outro recorte na pesquisa e resolvi trabalhar especificamente com o associativismo praticado pelos pescadores envolvidos com a ABPM percebendo, dentre outros fatores, como o capital social se materializa nesse contexto a luz de vários autores como Abramovay (2002), Bourdieu (1989, 1998, 2007), Milani (2003), Marteleto (2004), Maneschy & Klovdhal (2007), Nascimento (S/D), Rattner (2002), Wirth & Hamel (2006) e, principalmente, Putman (2007), que trabalha essa categoria sob o viés da organização política, na qual o associativismo é o cerne dessa questão. E é nessa perspectiva que adotarei o termo no contexto pesqueiro considerando o associativismo na localidade de Marudá, além das relações envolvendo o MONAPE e CPP frente às associações em Marudá detectadas em pesquisas anteriores.

As entrevistas, no primeiro momento da pesquisa exploratória em 2007 para a delimitação da problemática a ser trabalhada na dissertação do mestrado, indicaram o distanciamento do dirigente da colônia de pescadores, instalada no município sede, Marapanim, em relação à ABPM e AMAPEM, derivados de problemas internos e externos acumulados em conflitos que já são históricos.

Considerando a situação acima delineada, decidi realizar esta pesquisa voltada para o associativismo na ABPM, tendo como suporte as relações estabelecidas entre a associação e seus associados e não associados, o que levou a observar como o capital

social se materializa ou não a partir das relações construídas entre a ABPM e esses pescadores em Marudá.

Por meio de relatos dos pescadores artesanais associados ou não a ABPM tenho como objetivo geral demonstrar de que maneira essa associação, vem construindo suas relações locais, no sentido de contribuir para reflexões que direcionam a (re) organização política e econômica dos pescadores envolvidos com esta associação e de como o capital social pode ser analisado nesse contexto.

Especificamente busco descrever e sistematizar o papel da ABPM no passado recente até os dias de hoje frente aos dos pescadores artesanais em Marudá. Pretendo ainda analisar alguns elementos geradores dos conflitos internos e externos da ABPM além de descrever as formas manifestadas pelos pescadores mediante ao associativismo enquanto processo de agregação/afastamento, aceitação/negação na ABPM e como o capital social é acionado ou não nesse processo.

Deste modo, este estudo se justifica por ser uma discussão do que está ocorrendo com os pescadores artesanais de Marudá e contribuirá para o esclarecimento dos fatos que envolvem a realidade pesqueira do Pará considerando o associativismo e o capital social nessas discussões.

Minha preocupação neste estudo é entender como os pescadores vêm o associativismo praticado na ABPM, e para isto encontrei apoio nos estudos de diferentes regiões brasileiras que abordam a organização política do pescador artesanal e o associativismo que é descrito ao longo da história como indutor de fragilidades originadas por diversas ações dos dirigentes das associações antes, durante e depois da criação dessas entidades, como é o caso da ABPM em seu auge e decadência, sucesso e fracasso conforme será observado ao longo dessa dissertação. A partir desse olhar, inspirei-me no título “Caminhos e (des) caminhos do associativismo”⁶ para pontuar a trajetória da ABPM tendo como base os estudos dessa temática no nordeste paraense. Ainda justifico no título a expressão “Povos das Águas” baseado em vários autores que a utilizam de forma metafórica para se referirem aos pescadores artesanais em suas pesquisas e que achei pertinente para ser usado nessa dissertação.

⁶ A leitura de Grzybowski (1990) em seu livro “Caminhos e (des)caminhos dos movimentos sociais no campo” também foi uma fonte de inspiração para o título da dissertação.

Apoiei-me, para desenvolver esse estudo na produção acadêmica que trabalha com associativismo no Brasil e na Amazônia, especialmente aquela que analisa a organização social e política como suporte principal para organização dos pescadores artesanais. Assim destaco, de forma cronológica, dentre outros estudos os de DIEGUES (1983); LOUREIRO (1985); FURTADO (1987); CAMPOS (1993); MALDONADO (1993); MELLO (1995); MANESCHY, ALENCAR e NASCIMENTO (1995); LEITÃO e MANESCHY (1996); LEITÃO (1997); DUARTE (1999); TOLEDO (2001); MANESCHY E ALMEIDA (2002); POTIGUAR JUNIOR (2001); LIMA (2003); FURTADO *et. al* (S/D).

Os autores acima orientaram e contribuíram para as reflexões dos dados coletados nesta pesquisa, ajudando-me a entender as ações individuais e coletivas que influenciaram e influenciam o processo do associativismo da pesca artesanal na região.

Esse tipo de abordagem permitiu que eu verificasse como se deram as manifestações cotidianas entre os pescadores de Marudá e como pensam a atuação e/ou ausência da ABPM. Isso possibilitou notar a presença ou ausência do capital social na forma como aqui é compreendido e a visualização dos mecanismos utilizados pelos pescadores para driblarem as dificuldades quando tentam entender a contribuição do associativismo para concretizar propostas para melhoria da qualidade de vida destes por meio ou não do processo associativista representado pela ABPM.

A partir da justificativa acima, entendo que no contexto de Marudá é relevante verificar qual a percepção que os pescadores artesanais têm das associações criadas para fins específicos, tendo como pressuposto que a ABPM é a organização criada para dar acesso às políticas públicas dentro das especificidades dos “Povos das Águas” em Marudá e como o capital social é apropriado ou desconsiderado nesse processo.

Elaborei algumas perguntas para balizar esta pesquisa: a) o que significa ou significou o associativismo para os pescadores associados ou ex-associados á ABPM? b) Até que ponto o entendimento desses atores sociais contribuem para articulação e/ou desarticulação do associativismo local? c) Fora o associativismo, que alternativas os pescadores possuem para suprir a obrigatoriedade da organização pesqueira para acessar os créditos? d) No pensar dos pescadores associados e ex-associados, o que falta para que a ABPM retome as parcerias com instituições governamentais e movimentos sociais para incentivar o associativismo na região?

A problemática e as questões aqui colocadas guiaram e apoiaram todo o processo da pesquisa nessa dissertação enquanto construção e análise empírica dessa abordagem que há tempos vem aparecendo nos estudos e no cotidiano pesqueiro na Amazônia, no Pará e nordeste paraense onde o capital social é fator importante, e orientam a análise na busca de responder inquietações relativas ao associativismo na pesca e que aqui será perseguido para compreender a problemática e as questões acima mencionadas.

2 – O PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A opção por este estudo de caso⁷ decorre da minha experiência na área através de planos de estudos que realizei em Marudá a partir de 1996. Para obter informações atualizadas, realizei um exercício durante dez dias de pesquisa exploratória na região no mês de janeiro de 2007. Nesses dias fiquei em contato direto com o universo da pesquisa e com o olhar voltado para os aspectos gerais de Marudá, além de, por meio de entrevistas, dialogar com os representantes da ABPM e AMAPEM. As conversas informais com pescadores associados e ex-associados estão entre as diversas experiências vivenciadas nessa pesquisa exploratória. As análises preliminares dessas primeiras observações indicaram a grande complexidade das relações políticas e sociais entre os pescadores e as associações locais.

Após essa primeira investida em campo, ficou clara a necessidade de fazer um recorte na problemática referente ao associativismo em Marudá, considerando o tempo para efetuar a pesquisa e elaborar a dissertação de mestrado. A escolha da pesquisa na ABPM levou em consideração que ela esteve ligada à elaboração de projetos de financiamentos, estabelecimento de parcerias com instituições de pesquisa, órgãos governamentais e ongs internacionais, oferecendo parte dos elementos indicados nos objetivos propostos nesta dissertação de mestrado. Isto se deve ao fato de que, no

⁷ A investigação de um estudo de caso pode ser entendida minimamente, pois tais práticas são importantes para o entendimento e compreensão dos fenômenos sociais, fenômenos esses que a cada dia se tornam mais complexos e de difícil compreensão em virtude da dinâmica das sociedades atuais, com velocidade de circulação das informações e a delimitação de espaços desterritorializados, em função da globalização, cujas reflexões aqui colocadas são fundamentais para chegar a termo o processo da pesquisa em qualquer área, em particular os estudos de caso. (CARDOSO DE OLIVEIRA: 2000)

Exame de Qualificação do mestrado, vieram outras sugestões e observações dos examinadores, entre as quais mudar os rumos da pesquisa devido à situação atual da ABPM que está em processo de extinção.

Ao retornar às pesquisas de campo, esse fato foi evidenciado, levando-me a definição de um estudo de caso delimitado no marco das políticas públicas que induziram à criação de associações para a liberação do crédito visando produção rural familiar, na qual se encontram os pescadores artesanais e percebendo como se delineou o associativismo em Marudá no sentido estrito do termo, conforme nos alerta Leonardo (2005) ao estudar a trajetória de criação das associações na história do Brasil e a constituição de 1988.

O motivo da escolha da ABPM decorre do fato de ser uma associação criada no momento em que o Estado fomentou a criação de associações para liberação do crédito para os pescadores, fato que atraiu esses trabalhadores à revelia das relações internas e externas que iriam se refletir no processo organizativo e político da ABPM. Este quadro indicava-me que o capital social poderia ser um dos meios para compreender a situação em que se encontram hoje esses pescadores e essa associação na região. Um dos eixos para esse entendimento é ter clareza do que vem a ser participação que é aqui entendida como um processo onde o homem se agrega em uma determinada entidade de forma voluntária com objetivos coletivos levando em conta as particularidades políticas econômicas e sociais do lugar onde ela ocorre e as pessoas nela inseridas, visando atingir a auto-gestão. (BORDENAVE:1994; TOCQUEVILLE:2005)

O processo metodológico no estudo se materializou na interlocução dos pólos teóricos e práticos sendo que, durante a pesquisa, valorizou o saber e entendimento local (BORDIEU:1989; GEERTZ, 1999; HEBETTE,1996; LEITÃO E MANESCHY,1996) como componente do conhecimento epistemológico. Isso implicou a volta ao local de estudo além daquela realizada em dez dias, em janeiro de 2007, no período de 29 de junho a 6 de agosto deste mesmo ano.

A pesquisa utilizou a técnica da observação direta, pois conforme Cardoso de Oliveira (2000), devido a necessidade de ver, ouvir e escrever, torna-se necessário um distanciamento para reduzir a interferência pessoal do pesquisador na ocasião das análises de dados. Neste sentido, Bourdieu (1989; 2007) alerta para o desempenho da questão analítica, pois é importante reconhecer as particularidades do objeto de estudo e

as relações internas que nele existem, devendo, assim, ser considerado o conceito de *campo*, cujas especificidades deverão ser observadas e analisadas, ou seja, extrair do objeto de estudo sua essência, não se deixando enganar pela realidade aparente dos elementos percebidos no espaço social da pesquisa e na convivência com esses atores sociais.

Para uma melhor compreensão dos dados da pesquisa empírica e de como é acionado ou não o capital social de maneira mais clara a partir de interesses individuais, os pescadores foram divididos em grupos e tipificados como pescadores ex-associados, não associados e pescadores associados informais. Essa última classificação se deu em decorrência de, na primeira pesquisa de campo, em janeiro de 2007, ter ficado claro que são os pescadores do grupo associados informais que discutem o soerguimento da ABPM, apesar das sérias crises internas em função das dívidas existentes junto à Secretaria da Fazenda do Estado (SEFA), fato este que a desautoriza a funcionar. Ainda assim eles se declaram associados de fato a ABPM. Obtive a confirmação de que existia um pescador, dentre os associados informais, que se diz presidente da associação e que, atualmente, é a pessoa que está tomando a iniciativa de agregar pescadores para reativar a ABPM. Assim, é importante destacar que existe um pequeno grupo que acredita na reorganização dessa associação.

Os não associados são os pescadores que nunca estiveram inseridos na ABPM mas já ouviram falar e possuem amigos ou parentes que já foram associados a ela e manifestaram sua opinião sobre o desempenho dessa associação no local.

O grupo de pescadores ex-associados é formado pelos indivíduos que, no passado tiveram participação direta como associados e dirigentes da ABPM e não têm nenhuma pretensão de retornar a essa associação, de acordo com seus depoimentos.

A opção metodológica adotada permitiu a elaboração de um roteiro de entrevista semi-estruturado adequado aos objetivos estabelecidos nesta pesquisa, com questões diferenciadas para que possam ser comparados os depoimentos dos informantes envolvidos entre os três diferentes grupos. Questões similares foram elaboradas entre eles para que eu pudesse ter a dimensão de como esses pescadores pensam e avaliam a ABPM nos dias atuais. Isso apoiou a análise final nessa dissertação.

Realizei entrevistas com pescadores, lideranças do local e um ex-presidente da ABPM, procurando realçar o processo em curso do associativismo nessa instituição.

Dessa forma, uma base fundamental para atingir meus objetivos para análise foi utilizar a técnica da análise de conteúdo que para Bardin (1977) e Capelle, Melo e Gonçalves (2007), baseia-se na inferência apoiada na interpretação subjetiva do pesquisador sem negligenciar o cunho científico.

A análise de conteúdo permite revelar o não dito de forma contextualizada, as mensagens transmitidas pelos interlocutores inseridos em um ambiente político, econômico e social. Assim essa técnica foi fundamental ao que aqui pretendo, levando em conta ser a análise de conteúdo,

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores e quantitativos ou não, que permitam as inferências de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção e variáveis inferidas destas mensagens (BARDIN; 1977,p. 42)

Assim foi possível realizar interpretações através da frequência das respostas dadas na pesquisa na forma como elas se expressavam, visando desvelar o que realmente ela queria transmitir. Ajudaram nesse contexto a observação e a atenção redobrada das manifestações dos interlocutores no momento das entrevistas, além das anotações desses detalhes no caderno de campo, técnicas que para Bardin (1977) auxiliam na análise de conteúdo.

Para reforçar os relatos orais, utilizei imagens fotográficas como estratégia para fundamentar as reflexões feitas nas entrevistas. São registros que contribuem para situar momentos importantes da pesquisa de campo, bem como, auxiliam no cruzamento dos relatos orais e das anotações do caderno de campo. Conforme nos orientam estudiosos da antropologia visual, as fotografias fazem parte da dissertação não apenas como caráter ilustrativo, elas compõem uma significação considerada pelo pesquisador que precisou viver o cotidiano do pescador para poder ler o universo da pesca e elaborar essa dissertação.

3 - A PESQUISA DE CAMPO: Limites e perspectivas.

Para o desenvolvimento da pesquisa de campo utilizei as informações dos estudos feitos em Marudá desde 1996. Consultei meus cadernos de campo e os relatórios de pesquisa. Nesses últimos constavam informações dentre as quais uma tabela com nomes de aproximadamente trinta pescadores listados com endereços, tipo de pesca, apelidos e outros dados importantes. Esta base serviu para a retomada dos contatos e como mecanismo para acionar as redes de informantes que construí durante estes anos. Percebi a necessidade de estabelecer novos contatos devido à checagem dos relatórios de pesquisa, caderno de campo e o auxílio de um pescador, mostrar que diversos nomes constantes nos relatórios e cadernos apontavam que alguns pescadores tinham falecido e outros migrados para locais próximos a Marudá, como Castanhal, Belém, Bragança e Vigia.

Esta checagem de dados ampliou a pesquisa de campo indo além do Bairro do *Sossego*⁸, no qual tinha centrado as pesquisas anteriores. Com o intuito de perceber o posicionamento de outros pescadores sobre o associativismo praticado na ABPM, estendi o espaço geográfico da pesquisa para os bairros do *Alegre* e *Vila Nova* e para áreas recentes como as ocupações. Nas ocupações encontrei alguns pescadores, mas somente uma entrevista foi realizada que foi na área da *Caixa D'água* que, mesmo sendo oriunda do processo de ocupação, é considerada como bairro pela maioria dos que ali moram.

O espaço físico delimitado para a pesquisa me fez adotar estratégias diferentes das utilizadas nas pesquisas anteriores, quando me locomovia a pé, o que, atualmente não é uma boa opção, já que os bairros e ocupações ficam distantes entre si. Dez dias foram suficientes para perceber que, adotando a caminhada havia uma perda de tempo grande e não era prudente faltar aos encontros, uma vez que muitos alegavam a não disponibilidade de ceder entrevistas.

O uso de uma bicicleta foi opção acertada, pois proporcionou ganho de tempo e deslocamentos rápidos de um local para outro. As “pedaladas para a pesquisa” foram

⁸ Ao longo dos anos Marudá vem sofrendo mudanças em seu espaço geográfico através do surgimento de ocupações como *Caixa D'água*, *Dos padres*, *Bom Jesus* dentre outras. Os bairros mais antigos são *Alegre*, *Sossego* respectivamente. Neste último, se concentra o maior número de pescadores na região.

essenciais na dinamização das entrevistas e a captura das imagens fotográficas necessárias para compor essa dissertação.

Minha estada no local foi percebida pelos pescadores após as caminhadas e “pedaladas nos bairros” numa clara concepção de que eu, como pesquisador, observava tudo e estava sendo constantemente observado. A “rádio cipó”, uma denominação local para se referir às conversas ou “fofocas” de caráter informativo, conforme me confidenciou um informante, deu conta de divulgar às pessoas, em particular aos pescadores, do que eu estava fazendo ali. Na pesquisa exploratória, conversei com os pescadores alvo das entrevistas e expliquei o trabalho que pretendia fazer, ressaltando que o sentido da pesquisa era o de entender as estratégias que eles desenvolviam para amenizar os conflitos e as disputas para terem acesso às políticas econômicas e sociais do governo. A imagem 1 mostra um dos momentos da pesquisa.



Foto 1: Momento da pesquisa de campo, bairro da Vila Nova, em Marudá.
(Foto: Pescador marudaense Julho/07)

No entanto, muitos pescadores se resguardavam no sentido de não colaborar com a entrevista. Isto se deu devido alguns pescadores, principalmente aqueles que receberam matérias como apetrechos de pesca e barcos por intermédio de projetos de financiamento aprovados quando associados à ABPM e que até hoje estão inadimplentes frente ao banco financiador, evitavam dar qualquer tipo de declaração.

Segundo depoimentos no local, outro motivo que possivelmente afasta o pescador de Marudá no momento em que é solicitado a colaborar através de suas

entrevistas é a saturação de pesquisas já realizadas na área que incomodam e invadem a privacidade e poucos retornos práticos trazem para região.

Uma preocupação enquanto pesquisador foi manter em sigilo a identidade dos pescadores e pescadoras entrevistados, considerando que a temática “associativismo”, e no contexto em que se apresenta em Marudá, é de cunho complexo.

Os depoimentos dos entrevistados serão colocados nessa dissertação de objetivando manter o conteúdo da mensagem. Mas algumas falas serão inseridas na forma gramatical correta para melhor compreensão das mensagens por eles verbalizadas.

Os conteúdos das entrevistas sugerem acusações, desconfianças, corrupção, desesperança, traição e mentiras, podendo comprometer e constranger pessoas no local, mesmo que os elementos que serão trabalhados nesta dissertação não são segredos para a maioria dos pescadores, pois se não vivenciaram o processo associativo na ABPM, no geral declaram *“ouvi falar e não é segredo pra ninguém essa confusão toda na associação”* (Pb. pescador de Marudá/julho/2007). Relato como este indica um tom de revolta, sem preocupações com retaliações futuras, motivo que reforçou a insistência de resguardar a identidade dos entrevistados.

Vejamos outras afirmações *“...prefiro não fazer essa história de gravar minha fala. Só escreve mesmo”* (Sm. pescador de Marudá/julho/2007), *“...aqui já houve tanta confusão nessa associação que quase dá morte. Só não deu porque isso foi acalmado e o pessoal envolvido eram irmão e tio. Acho que por isso não vingou essa história de morte”* (Zp. pescador de Marudá/julho2007) e *“...pode gravar a entrevista mas não quero saber de confusão nenhuma com eles (ex-associados e associados informais da ABPM) e nem de polícia”* (Bb. pescador de Marudá/julho/2007).

Durante a escrita dessa dissertação os depoimentos e categorias locais que surgiram serão apresentados em itálico. De forma diferente, os relatos que ultrapassarem três linhas se apresentam como citação direta obedecendo às regras da Associação Brasileira de Norma Técnicas (ABNT).

A opção do pesquisador para identificar os entrevistados e seus depoimentos foi a utilização de duas letras, sendo uma maiúscula e outra minúscula, resguardando a

identidade do informante além de não relacionar tais códigos com seus nomes e apelidos no local⁹.

Para proceder conforme mencionado acima, tive a preocupação de ouvir todas as fitas e as entrevistas armazenadas em treze unidades, com cinqüenta depoimentos entre associados informais, não associados, ex-associados e lideranças do local.

Antes de ouvir os depoimentos, elaborei um quadro que contém na primeira coluna o nome do entrevistado e nas demais as perguntas feitas aos interlocutores. Conforme as respostas foram dadas, transcrevia-as nas linhas correspondentes ao entrevistado, buscando manter a sua forma e conteúdo. A cada relato ouvido, tive o cuidado de anotar no quadro o número da fita (de 1 a 13) e o lado (A ou B) no qual estava gravado o depoimento, objetivando a precisão dos relatos que é a base empírica deste estudo. Os quadros elaborados e classificados pelo pesquisador seguiram a tipificação dos grupos em associados, ex-associados e associados informais.

Após estes procedimentos elaborei esquemas cujas perguntas foram analisadas individualmente, tomando o cuidado de verificar a que grupo pertencia. A partir das respostas dadas, quantifiquei suas repetições e agrupei-as conforme as interpretações. Em seguida, para diminuir minhas inferências pessoais, analisava-as juntamente com os depoimentos dos pescadores do modo como foi dado, levando em conta tanto a forma como o conteúdo. Acredito que desta forma consegui controlar parte das minhas inferências considerando a importância das informações oriundas dos atores citados e que constituem a base fundamental para a análise de conteúdo utilizada nessa dissertação.

4 - QUEM SÃO ESSES PESCADORES? O perfil dos entrevistados

A distribuição das entrevistas primou por uma forma que cobrisse os dois principais bairros de Marudá, incluindo uma ocupação. Essa preocupação deve-se a

⁹ Em áreas do litoral paraense, os pescadores não são identificados ou reconhecidos pelo seu nome de batismo, mas sim pelo apelido que, no geral, em tom de brincadeira, é adquirido quando compõem grupo de pesca seja de curral, rede e outras técnicas. Esse apelido passa, ao longo dos anos, os identifica na prática pesqueira e quando solicitado informações do mesmo por terceiro. Por isso o cuidado em preservar também essa sua identidade informal.

concentração do maior número de pescadores nos bairros do *Sossego* e do *Alegre e Vila Nova*. A ocupação da *Caixa D'Água* é uma área recente, estabelecida nos últimos vinte anos juntamente com *Bom Jesus*, *Ocupação do Campo* e *Ocupação dos Padres*.

Procedi dessa maneira levando em conta a divisão geográfica utilizada atualmente pela Fundação Nacional de saúde (FUNASA), que considera nos seus mapeamentos as formas simbólicas do espaço local.

Quadro 1: Quantidade de pescadores entrevistados em Marudá

Bairros	Quantidade
Alegre	11
Caixa D'Água	1
Sossego	29
Vila Nova	8
TOTAL	49

Fonte: Pesquisa de campo/julho/2007.

No quadro 1 fica evidenciado que o bairro do *Sossego* se destaca pelo número de entrevistados, e posteriormente o *Alegre*. Isso se explica em virtude do histórico de Marudá, onde o *Sossego*, seguido do *Alegre*, foi o primeiro bairro do local formado pela migração de grande número de pescadores oriundos de Bragança e Vigia, dentre outros locais. À medida que Marudá foi se expandindo, outras áreas surgiram, nascendo a *Caixa D'água*, *Bom Jesus* e *Ocupação dos Padres* (POTIGUAR JÚNIOR: 2000).

Para eu definir a pergunta inicial, objetivando categorizar os entrevistados na tipificação por mim adotada, indagava: “*you já foi associado à ABPM?*”. Esse procedimento encaminhou o preenchimento do roteiro de entrevista semi-estruturado dos três grupos tipificados em associados informais, ex-associados e não associados.

Quadro 2 Quantidade de pescadores entrevistados, por tipologia.

Denominação	Associados Informais	Ex Associados	Não Associados	TOTAL
Quantidade	12	06	31	49

Fonte: Pesquisa de campo/Julho de 2007

Dentre os associados informais encontram-se sete que nunca foram associados à ABPM, mas estão colocados nessa categoria por estarem dentro do universo dessa associação e terem conhecimentos e informações referentes à ABPM, além de freqüentarem atualmente as reuniões ali programadas, compondo assim, o grupo que acredita na reativação da ABPM, diferentemente do grupo tipificado como não associados, cujo conhecimento sobre essa associação é difuso. Lembro que entre os associados informais, encontram-se cinco ex-associados, que é um número significativo o que se diferenciam pela postura de ainda acreditarem no soerguimento da associação. Isto os diferencia de outros ex-associados que são céticos quando se referem à retomada da associação e não demonstram nenhuma intenção de voltar a se associar à ABPM. Estes são classificados separadamente.

A informalidade e a agregação das pessoas que estão tentando retomar as atividades da ABPM chegam a atingir dezenove associados informais. Durante a pesquisa de campo, foi possível conversar com apenas doze. Esse quantitativo oscila entre as reuniões, quando elas ocorrem de fato, variando em doze, dez e até seis pessoas. Porém, para ter informações mais exatas sobre o número de presenças desta categoria que participou pelo menos uma vez nas reuniões, verifiquei a lista de freqüência do dia 03 de junho de 2007, na qual constava a assinatura de dezenove pessoas.

As entrevistas com ex-associados foi tarefa árdua porque alguns pescadores criaram mecanismos para evitar as conversas ou fazer qualquer depoimento. Detectei que a inadimplência é o fator que os afastou das entrevistas

Consegui o depoimento de três dos seis pescadores contemplados com financiamento de barcos e redes de pesca quando a ABPM *estava muito bem na foto*¹⁰. Os demais não moram em Marudá como no caso do ex-presidente da ABPM, ou evitaram a entrevista.

Entrevistar os não associados foi fácil por ter conseguido vários contatos e porque nesta classificação inclui-se a maioria dos pescadores. Estes depoimentos se pautam em críticas por variados motivos, entre os quais o maior ou menor distanciamento que mantém com a ABPM. O fato da localização geográfica do bairro

¹⁰ Declaração de um pescador na pesquisa de campo em julho de 2007

do *Alegre* ser para alguns pescadores distantes da associação, influencia na comunicação e aproximação da associação em questão. Segundo observações e relatos, existe a falta de interesse dos próprios pescadores em se associarem à ABPM por motivos diversos. Esta questão será retomada adiante.

Entre os entrevistados estão dois ex-presidentes da ABPM que no contexto atual se polarizam entre os que acreditam no soerguimento da associação, como no caso de Em, que procura agregar pessoas para tal empreitada, e Zn que pouco acredita no retorno da ABPM. O primeiro (Em) é do grupo dos associados informais e o outro, (Zn), dos que são ex-associados¹¹.

Para melhor esclarecimento e valorização das tipologias, achei pertinente situar a classificação dos pescadores por técnicas que utilizam para o desenvolvimento da atividade pesqueira. Porém, os entendimentos de quem é o pescador sob o ponto de vista dos que ali moram é diferenciado quando tomo como parâmetro os órgãos de financiamentos de pesca e a academia. Sobre essa discussão Leitão (1997), em uma pesquisa com pescadores na Ilha do Capim em Abaetetuba, nordestes paraense, esclarece que se reconhecer “pescador mesmo” vai além de possuir equipamentos de pesca, mas diz respeito à tradição dessa atividade que é passada de pai para filho. Isso desconsidera aquele indivíduo que de uma hora para outra “*vira pescador*” apenas em eventualidades e sem a responsabilidade daquele que já está desde a infância pescando e no pleno exercício dessa atividade e se identifica como tal.

Assim “*o pescador mesmo*”¹² é aquele que enfrenta maresias e depois de muitas viagens não passa mal, não vomita. Esse pescador sabe localizar os cardumes de peixes através, dentre outros fatores, pela cor da água; tem destreza no uso das técnicas nessa atividade; vive exclusivamente da pesca. Ou seja, o pescador artesanal ou “*o que faz tudo na mão*”, com esses atributos, passa a se diferenciar de seu contrário, o pescador industrial.

Deste modo, em Marudá, os depoimentos deixam claro quem é o pescador segundo os seguintes depoimentos: o verdadeiro pescador “*é aquele que vive da pesca mesmo*” (Bb...Pescador de Marudá, pesquisa de campo/julho/2007). Em outro relato

¹¹ Entre esses pescadores foram aplicados dois roteiros de entrevista, um versava sobre sua condição enquanto dirigente da ABPM e outro como ex-associado dessa mesma associação.

¹² Título de dissertação de Wilma Leitão defendida em 1997 no Departamento de Antropologia da UFPA

aparece uma afirmação crítica indicando que “*tem gente que é inscrito na colônia de pesca e em associação, mas nunca pisou na água e nem sabe tratar o peixe*” (Ar...Pescador de Marudá, pesquisa de campo/julho/2007) e ainda “*ah, a pesca de curral pra mim não é pesca. É só colocar o curral e ficar esperando, tá pronto a pesca*” (Fc.Pescador de Marudá, pesquisa de campo/julho/2007).

Considerando as falas acima e a discussão de Leitão (1997), entendo que “o pescador mesmo” se reconhece levando em conta suas atividades e questões locais e a descrição utilizada pelas entidades oficiais de pesca, descrevendo-o como aquele que vive da pesca, seja ela artesanal ou industrial, assalariado ou não, e com técnicas ditas tradicionais, além de estar inscrito nas colônias de pescadores.

O quadro 3 mostra a situação dos pescadores entre os quais alguns entrevistados nesta pesquisa e que não estão na ativa. Não aparecem os aposentados e os que não pescam, mas continuam inscritos na colônia de pescadores, e que de alguma forma estão arrolados na pesquisa.

Quadro 3 Pescadores entrevistados por tipo de pesca. Marudá

Tipo de Pesca	Curralista	Redeiros	Pesca esporádica	Pescador Aposentado	TOTAL
Quantidade	16	21	6	6	49

Fonte: Pesquisa de Campo/Julho de 2007

Devo lembrar que parte dos pescadores considerados redeiros são os proprietários de redes e desenvolvem a atividade pesqueira em embarcações, ou seja, compõem a tripulação de um proprietário de barco. Há casos em que esses pescadores entram somente com a força de trabalho nas tripulações, mas devido sua destreza e prática ao longo dos anos é reconhecido como redeiro. Esses casos são típicos daqueles pescadores que estão a serviço do marreteiro que exploram a força do trabalho pesqueiro por deterem os meio de produção. Essa situação faz parte da rotina encontrada em Marudá, onde existem marreteiros, a exemplo dos residentes no bairro do *Sossego*, sendo encontrados três deles com destaque para um que é proprietário de seis barcos. No bairro do *Alegre* consegui identificar somente dois que possuem três embarcações.

Entre os redeiros, duas mulheres foram indicadas por pescadores da área enquanto redeiras. Durante as entrevistas, elas relataram que, como pescadoras, desenvolvem, entre outras atividades, *a jogada de redes* com a ajuda dos maridos. Segundo seus relatos, elas realizam pesca em alto mar com intuito de pilotar os barcos de seus companheiros. Somente uma é inscrita na Colônia Z6 de Marapanim, a outra não possui tal inscrição “*por descuido mesmo*” (Mc.Pescadora de Marudá, pesquisa de campo/julho/2007).

Os pescadores que são classificados em pesca esporádica são aqueles que vez ou outra vão pescar e são regidos pela vazante e a cheia da maré diária, mas que nem sempre conseguem vaga para serem embarcados¹³. Normalmente, após cada viagem, demoram a pescar outra vez, por isso são considerados *não pescadores* pela maioria dos que foram entrevistados. Aqui estão incluídas duas mulheres que desenvolvem a pesca e coleta de camarão na beira-mar e que, apesar de terem inscrição na Colônia Z6 de Marapanim, são vistas como não-pescadoras.

Entre os seis pescadores que são aposentados, grande parte não desenvolve mais a pesca em alto mar, sendo que um deles possui um barco de pesca e gerencia tal atividade frente a uma tripulação composta por irmãos e sobrinhos. A importância da inserção deles nas entrevistas se dá por serem os antigos associados da ABPM. Eles ajudaram a compreender o passado e traçaram um perfil do que entendem ser a associação nos dias atuais.

Os curralistas todos estão na ativa e desenvolvem a atividade pesqueira em Marudá e reclamam da imposição feita pela Prefeitura de Marapanim que proibiu a construção de currais de pesca na orla local. Segundo relato, “*tem que colocar o curral agora atrás da praia*” (Mg...Pescador de Marudá, pesquisa de campo/julho/2007), ou seja, após o final da construção da mencionada orla em julho de 2004.

A minha intenção em considerar a primeira questão do roteiro de entrevista foi detectar quem era inscrito na Colônia Z6 e qual era a situação do entrevistado quanto à adimplência ou inadimplência nessa entidade. Isto permitiu que eu percebesse se o

¹³ Embarcado é quando um pescador consegue uma vaga para compor a tripulação de uma embarcação que no geral obedece à lógica do parentesco. Em outro caso, o pescador compõe tal grupo para pagar dívidas, através de sua força de trabalho quando a embarcação pertence a um marreteiro.

informante está próximo ou distante do processo associativista em Marudá e frente a ABPM.

O propósito destes relatos orais foi obter elementos que demonstrem de forma direta ou indireta se o descrédito na associação tem relação com a desesperança que os pescadores manifestam frente às colônias de pesca em quase todos os estados.

Quadro 4 :Pescadores de Marudá inscritos e quites na Colônia de Pescadores Z6

Inscritos na Colônia de Pescadores Z6 de Marapanim				Quite na Colônia de Pescadores Z6 de Marapanim			
Sim		Não		Sim		Não	
Ap	Ñ Ap	Ap	Ñ Ap	Ap	Ñ Ap	Ap	Ñ Ap
03	32	03	11	-	18	6	25

Fonte: Pesquisa de campo/julho de 2007.

Convenções:

Ap – Aposentados

Ñ Ap – Não aposentados

O quarto quadro demonstra que dos quarenta e nove entrevistados trinta e dois não são aposentados e três aposentados afirmam estarem inscritos na colônia Z6. Os demais são os não inscritos que somam quatorze, sendo onze não aposentados e três aposentados. Há dentre os pescadores entrevistados três inscritos aposentados e não estão quites com os seus pagamentos mensais com a colônia de Pesca Z6. O mesmo número aparece para aposentados que nunca se inscreveram na Colônia Z6 são contados como inadimplentes. Dezoito dos inscritos estão quites e esses estão relacionados nos que não são aposentados. No quadro quatro também está indicado que quatorze estão em débito e vão somar com os onze da mesma classificação como não aposentados, perfazendo um total de vinte e cinco. Por fim, observa-se a existência de onze pescadores que não são aposentados nem inscritos.

Durante as entrevistas, notei que estar inscrito e principalmente não dever suas obrigações mensais na Colônia de Pesca Z6 representa o direito e a possibilidade de receber algum benefício material, caso contrário, é visível a insatisfação entre os pescadores que podem estar na faixa de idade entre vinte e cinco e quarenta anos, cujos depoimentos ressaltam a ausência dos benefícios,

“ até a colônia não traz benefícios para nós. Nós temo que dá um jeito com nossos conhecidos para se aposentar, como eu fiz. Já essa associação [ABPM] só beneficia os deles e os que estão próximo deles, os parentes. Foi sempre assim aqui em Marudá”.. (C.Pescador de Maruda, julho/2007)

Observei que a ausência dos dirigentes da Colônia de Pescadores Z6 de Marapanim, sempre serve de paralelo com outras instituições associativistas na área de pesca. Isto foi lembrado no momento de fazer críticas às associações de pescadores, em particular à ABPM. Os pescadores acreditam que não dá em nada serem sócios da ABPM, que, da mesma maneira que ocorre com a Colônia de Pescadores Z6, isso não trará benefícios de qualquer ordem.

Dentre outros benefícios, o mais importante é a aposentadoria que pode ser solicitado após quarenta e cinquenta anos em função de doenças de trabalho inerente à atividade pesqueira e este fato incentiva a maioria dos pescadores a se filiarem na Colônia de Pesca Z6 reforçando seu caráter assistencialista na região.

Após a apresentação da problemática, justificativas, objetivos e o contexto metodológico da pesquisa empírica em Marudá, apresento a composição dessa dissertação que é formada de três capítulos.

No primeiro capítulo trarei a trajetória teórica do estudo que considera o capital social como um dos caminhos para o entendimento do associativismo no meio pesqueiro, tendo em Putnam (2007) o apoio conceitual para as reflexões. No segundo capítulo faço uma revisão bibliográfica sobre o associativismo na pesca demonstrando trajetórias e situações referentes ao capital social pesqueiro, em particular no nordeste paraense, área onde se situa Marudá.

Buscando situar geográfica e historicamente Marudá, o capítulo 2 trará a caracterização da área de estudo permitirá a visualização geral do local pesquisado, estando, dentre outras questões, o modo como foi ocupada essa área e seu perfil atual como as causas e conseqüências do turismo na região.

Complementando o perfil da área de Marudá, nesse capítulo demonstro como ocorreu e vem ocorrendo o associativismo na região através do perfil da ABPM, o eixo central desse estudo. Isso servirá de base para entender as experiências vividas em Marudá tendo como foco central essa associação

O capítulo dois apóia o terceiro que trará análises referentes aos dados coletados levando em conta as três tipificações dadas aos pescadores, materializando posicionamentos dos pescadores referente às suas relações frente a ABPM e de como a associação construiu sua trajetória até as sugestões que estes pescadores manifestam de como a ABPM deve ou não funcionar tendo como foco o associativismo no local.

Por fim, apresento as considerações finais, que vêm com a certeza de receber críticas, mas que se traduzem em um esforço para entender, mesmo que temporalmente, os entraves por que passam as associações no nordeste paraense, em particular em Marudá. Acredito que este estudo foi apenas um dos meios empíricos para contribuir na compreensão dos caminhos e (des) caminhos do associativismo pesqueiro na Amazônia em Marudá, com um olhar direcionado para um melhor desenvolvimento local futuro.

CAPITULO I

CAMINHOS TEÓRICOS DA PESQUISA: Capital social e pesca

1.1 - O CAPITAL SOCIAL NOS ESTUDOS PESQUEIROS: uma reflexão necessária.

A partir das leituras feitas e das observações em campo, considerei o comportamento, compromisso ou falta dele, confiança ou desconfiança e cooperação no que diz respeito ao associativismo manifestado pela ABPM e os pescadores em Marudá, bases fundamentais para deixar claro o modo como percebi e usei o conceito de capital social a partir do lugar e do contexto em que ele ocorre apesar de ter consciência do seu sentido polissêmico (REIS:2003; YÁNES:1999, TOCQUEVILLE:2005; PUTNAM:2007).

Aqui me apoiarei em vários autores e particularmente em Putnam (2007), que entende o capital social com ênfase na organização política e no processo de ajuda mútua que se baseiam na regra de reciprocidade e na confiança, sendo esse um dos caminhos para a manifestação e compreensão deste conceito. Considera-se também a cooperação espontânea, a participação e organização social como mecanismos para acionar esse capital, que se materializa, dentre outras instâncias, na vida associativa.

Para Putnam (2007) capital social diz respeito

“...as características da organização social como as redes, normas e confiança que facilitam a coordenação e a cooperação para benefícios mútuos que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (p.177).

Para Putnam, sem esse tipo de capital é impossível alcançar determinadas metas traçadas por grupos organizados e desestimula seus participante e, em particular associações, que é o foco interpretativo desse autor e meu interesse nesse estudo.

Já Pierre Bourdieu ressalta o capital social através de sua apropriação em diferentes grupos. Segundo ele,

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos

institucionalizadas de inter-conhecimentos e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, a vinculação de um grupo, como um conjunto de agentes que, não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por ele mesmo), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas relações são irredutíveis a relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas, cuja instauração e perpetuação supõem reconhecimento dessas proximidades (BORDIUEU;1998:67)

Especificamente sobre capital social, Bourdieu aborda esta temática em um texto denominado “escrito de educação” tratando-o como um mecanismo que se constrói por intermédio do processo educativo. Já em “Razões Práticas” e o “Poder Simbólico”, não se nota uma menção específica sobre o capital social, ou seja, esse autor o situa dentro do capital cultural onde estão vários tipos de capitais, dentre eles o econômico, político, simbólico e o social.

Desse modo, percebe-se uma diferença entre Putnam (2007) e Bourdieu (1998;1989 e 2007) no que se refere ao capital social. O primeiro considera que a dimensão do político não dever ser sobreposta pela econômica para acionar e entender o capital social. Já Bourdieu discute o capital em suas expressões (econômica, histórica, simbólica, cultural e social) com possibilidades de se projetar sob variados aspectos no capitalismo ou em outro modo de produção limitados as circunstâncias de sua produção.

Fica claro que, apesar das diferenças conceituais, o capital social apresenta impactos em todas as esferas sociais e na capacidade dos cidadãos de criarem e desenvolverem suas redes de relações possibilitando a fluidez da informação de forma coletiva, dando abertura para a cooperação, visando sua reprodução futura.

Mesmo assim, penso que uma aproximação de Putnam (2007) e Bourdieu (1998) é perceptível, já que ambos tratam de forma particular o capital social desde as questões simbólicas, a exemplo da confiança mútua, apesar de Putnam não citar a desigualdade na acumulação de capital social como afirma Bourdieu (ABRAMOVAY: 2000; MILANNI: 2003), daí minha opção pelo referencial teórico do primeiro.

Segundo Putnam (2007), em suas análises sobre comunidade e democracia nas regiões norte e sul da Itália, o diferencial de desempenho administrativo entre ambas se dava por diversos fatores, em particular a vocação para o civismo que demarca o nível de participação, fluxo de comunicação, a obediência às regras de reciprocidade mútua

através do cooperativismo entre os indivíduos e que por si só incentivava, dentre outros fatores, a proliferação de associações.

A percepção de Putnam referente ao capital social diz respeito às questões de cognitividade e alteridade de determinados grupos para a inserção em manifestações na busca de suas demandas políticas, econômicas e sociais, através de atos coletivos que permitem ações coordenadas. Esse perfil discursivo foi adotado direta e indiretamente por vários autores em diferentes regiões de estudos como Yánes (1999) que discutiu políticas públicas em Córdoba; Lundwal (2003) que fez reflexão sobre democracia local e descentralização em Honduras; Milanni (2002) que analisou o desenvolvimento local em Pintados na Bahia; Abramovay (2000) com territorialização e desenvolvimento rural e Wirth e Hamel (2006) com discussões teóricas de democracia participativa e desenvolvimento.

Assim para Putnam (2007), os mecanismos para acionar a participação encontram alicerce na confiança mútua e na socialização dos benefícios conquistados, imprescindíveis para a materialização do capital social que garante a coesão dessas ações por intermédio das redes de relações externas e internas de instâncias alternativas organizativas, como cooperativas e associações¹⁴.

Além dos autores já mencionados, Putnam (2007) vem inspirando diversos estudos cujas discussões são as mais diversas como redes sociais, movimentos sociais e as variadas matrizes de organização política, tornando-se um dos parâmetros para auxiliar na mensuração e considerações dos autores que lançam mão do conceito de capital social em suas produções acadêmicas.

A visão de outros autores sobre o capital social e associativismo dizem que para a efetivação desse contexto a confiança mútua é imprescindível entre líderes e liderados, possibilitando a “radicalização democrática”¹⁵ no interior das associações, diminuindo o espaço para líderes oportunistas e corruptos, o que torna as associações mais eficientes em seus objetivos. Assim, entendo que para construção de um ambiente de democracia participativa no associativismo, o conflito é salutar desde que haja respeito entre as

¹⁴ Um debate importante, apesar de não usá-lo de forma extensa, é de Alexis de Tocqueville em sua obra “A Democracia na América” que discute o associativismo como um dos mecanismos para a efetivação democrática considerando suas observações em um espaço e tempo vivido.

¹⁵ Termo usado por Wirth e Hamel (2006) baseado em Putnam.

partes envolvidas, reconhecimento de divergências como maneiras virtuosas de perceber as diferenças que são construídas nesse processo.

Nesse tipo de análise a atenção à sociabilidade e às relações de reciprocidade calcadas no compadrio, parentesco e amizade e suas intrincadas manifestações no processo associativo da solidariedade, estratégias subjetivas e cognitivas, devem ser categorias desveladas nessas reflexões e que será uma das bases analíticas na dissertação por estarem presentes no contexto pesqueiro.

Pretendo me apossar do termo capital social a partir de estudos e pontos de vistas que considero pertinentes para minha análise, mas particularmente as que se aproximam da discussão do associativismo como alternativa de organização política cuja participação traz em seu bojo o conflito simmeliano subjacente a qualquer realidade associativa. Assim levo em conta fundamentalmente valores individuais à política e o sujeito como participante e protagonista desse associativismo no local onde ele ocorre (YANEZ;1999; LUNDWAL, 2003; TOCQUEVILLE:2005,).

Deste modo a articulação do local e global nessa discussão será uma questão a ser considerada já que o associativismo apresenta-se de forma coercitiva pelo Estado no sentido de organizar, mesmo que forçosamente, agricultores e pescadores em instituições de classe como associações e que nos últimos anos vêm amargando problemas causados por um distanciamento dos tomadores de decisão e em particular de problemas de estrutura política, econômica e social interna que são arestas a serem aparadas exigindo assim um forte capital social dos que nesse tipo de organização se envolvem. Essa mesma percepção também é notada nos estudos de Leonardo (2005), chamando atenção para a necessidade de um envolvimento direto dos atores sociais na criação e desenvolvimento de associações sem estarem tão dependentes as amarras do Estado.

Assim considerarei o perfil acima para tecer comentários e procurar entender como o capital social mostra sua face através do associativismo nos estudos pesqueiros, em particular como ele é representado pela ABPM em Marudá, no Município de Marapanim, Pará, precisamente notando de que forma ele se manifestou e se manifesta entre os pescadores filiados ou não a essa entidade.

1.2 - O CAPITAL SOCIAL E O ASSOCIATIVISMO PESQUEIRO

É propósito dessa dissertação e de outros estudos já realizados nas regiões brasileiras e no Nordeste do Pará, trazer discussões sobre a forma e concepção da apropriação do associativismo no seio da produção rural familiar, dedicando um olhar para a pesca artesanal, percebendo como a manifestação do capital social se dá entre os pescadores em uma determinada realidade, conforme indicam alguns estudos (CABRAL, 2002; NASCIMENTO, S/D; LIMA, 2003; CONCEIÇÃO e MANESCHY: 2003; SANTOS, 2005 e MANESCHY & KLOVDAHL: 2007).

A temática sobre o associativismo vem tomando fôlego em algumas produções no Estado do Pará e fora dele no sentido de pontuar questões fundamentais para guiar as políticas públicas que vem sendo implementadas ao longo dos anos entre os trabalhadores do mar.

Os vários estudos na pesca vem demonstrando que o ator social mais interessado no sucesso das empreitadas nas políticas públicas – os pescadores – não têm dado a devida atenção para a importância dos movimentos sociais e associações em suas localidades o que demonstra o pouco estoque de capital social, conforme Putnam (2007).

As suposições que têm orientado as análises dos teóricos da pesca dizem respeito às fragilidades organizativas dos movimentos sociais, associações e cooperativas, o que leva ao enfraquecimento dos grupos de pesca distanciando-os das principais relações que poderia pautar e incentivar seus interesses para o desenvolvimento local e melhoria de qualidade de vida.

Citar somente a aproximação ou afastamento dos pescadores frente às instituições de apoio e fomento e ressaltar que as associações, cooperativas, sindicatos têm amargado uma existência efêmera não resolve a discussão e muito menos traz entendimento claro ser esses fatores tão presentes no contexto pesqueiro. Não devemos perder de vista as condições de concepção e absorção de associativismo na agricultura e em áreas de pesca artesanal cuja produção familiar é sua base.

As questões localizadas devem ser consideradas, já que as observações dos pesquisadores demonstram que os contextos políticos não se distanciam das relações

público e privado, demarcadas, em muitos casos, pelo nepotismo cuja relação de parentesco e compadrio são recorrentes nas realidades dos pescadores artesanais em suas associações, o que, nas discussões teóricas de Putnam (2007), é definido de “familismo amoral” e pouca contribuição traz para a efetivação organizacional e principalmente para a manutenção e crescimento do capital social.

Não deve ser esquecido que discutir o desenvolvimento local na pesca através de várias instancias, dentre elas, o associativismo, requer uma disponibilidade política, econômica e social na redução das demandas, em particular nos dilemas que vem enfrentando as associações referente à ação coletiva. Isso revela que para observar e analisar tais fatores não somente o econômico e de mercado devem ser vistos como mola mestra dessas engrenagens mas também os fatores culturais e simbólicos dos lugares e das pessoas (BOURDIEU,1989;1998;2007; ABRAMOVAY: 2000; RATTNER: 2002; TOCQUEVILLE:2005; PUTNAM: 2007).

Por outro lado, entendo que trilhar caminhos para o entendimento do associativismo no Brasil e na pesca requer voltarmos na história e percebermos as várias faces de intervenção do Estado nesse processo como ocorreu na era Colonial, Império, I e II República, Ditadura, Redemocratização e Nova República, ou seja, representações políticas oficiais na pesca de modo diversificado. O objetivo é mostrar suas formas diferenciadas quando o assunto é a organização política nas diversas esferas, nas quais a pesca artesanal terá dedicação especial.

Entender a organização política na pesca fora das amarras interventora do Estado é fundamental, considerando alguns períodos históricos. Um exemplo disso é a ditadura militar, um cerco fechado e que foi vencido trazendo em sua esteira a redemocratização. Nesse período, as possibilidades de grupos organizados, até então na clandestinidade, mostraram-se favoráveis atingindo o campo cujo apoio da ala progressista da igreja católica foi inegável através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e outras instâncias ligadas à Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Assim, a presença marcante da Igreja Católica traz proposições para a organização política no campo estendendo suas bases para o interior dos Estados criando setores de apoio aos trabalhadores rurais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação de Órgãos de Assistência Social e Educação (FASE). Na pesca isso é sentido com o surgimento do Conselho Pastoral da Pesca, (CPP), incentivando o

aparecimento de outros tipos de movimentos sociais como o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e Movimento de Pesca do Pará (MOPEPA).

Em Marudá, a Igreja desenvolveu ações sociais a partir da década de 1960, por intermédio e auxílio de alguns padres residentes em sua sede municipal, Marapanim, cuja base tradicional de ajuda mútua aos moldes de Mauss (1974), incentiva a coletividade local com apoio de moradores engajados no bem-estar dos habitantes da vila, onde surge a Igreja de São Pedro. Ali foi construído um barracão para efetivação de obras sociais, surgindo, posteriormente, outro espaço, o Centro Comunitário de Marudá (CCM).

Com apoio da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA)¹⁶, o CCM organizou vários grupos que receberam números na busca de identificar pessoas, locais e carências conforme essa numeração. Assim, os pescadores do bairro do *Sossego* foram identificados através do denominado *grupo número 8*, que guiava o envio de verbas ou materiais para a pesca no local sob a gerência do CCM. A partir do *grupo número 8* é que surgiu Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá a (ABPM), em cujo olhar essa dissertação está focada e terá um capítulo dedicado à sua trajetória.

Merecerá atenção nessa dissertação particularidades dos atores sociais ligados à pesca artesanal abordadas em outros trabalhos, em especial como isso foi considerado no contexto da elaboração de políticas públicas, em particular a forma como foram viabilizadas para atender à demanda pesqueira no Brasil, ou seja, com um olhar enviesado do Estado materializado na criação de vários órgãos cuja prática assistencialista é representada no atendimento das carências sociais numa não sinergia entre Estado e localidade que, para Yáñez (1999) e Leonardo (2005), são mecanismos que contribuem para o enfraquecimento do capital social.

O contexto acima oferece apontamentos para a discussão aqui pretendida já que os autores que discutem capital social partem do princípio de que ele não deve ser acionado apenas para aquisição de material, mas sim para fortificar os grupos enquanto

¹⁶ A Fundação Legião Brasileira de Assistência, (LBA), criada na forma do Decreto-lei nº 593, de 27 de maio de 1969, com personalidade jurídica de direito privado, foi entidade integrante do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Sua finalidade primordial foi promover, mediante o estudo do problema e o planejamento das soluções, a implantação e execução da política nacional de assistência social, bem como orientar, coordenar e supervisionar outras entidades executoras dessa política.

um coletivo, não sendo percebido nas políticas públicas brasileiras ao longo da história voltadas para a pesca artesanal, as quais se traduzem em caráter assistencialista, como retrata o processo histórico brasileiro referente às questões ligadas a pesca.

As reflexões envolvendo o capital social e o associativismo na pesca, levam em conta as instituições já estabelecidas juridicamente e sua composição interna, mas em alguns casos pouco discutem o antes, o durante e o depois dos conflitos e como esses são geridos nesse tipo de instituição, como a ABPM cujas tensões e conflitos se constroem sobre variados aspectos.

Pensar no contexto acima incentiva lançar o olhar para as discussões de Milani (2003) que analisa o desenvolvimento local, remetendo a reflexão às redes sociais¹⁷ e capital social. Essa categoria é analisada por Milani (2003), à luz de Putnam, entendendo ser o termo possuidor de característica que apontam a necessidade de disponibilidade e sinergia entre os componentes de determinado grupo organizado, como as associações.

Em suas perspectivas analítica de Milani (2003), mostra que o capital social se manifesta pelos indivíduos devido aos atributos relacionais desenvolvidos, a exemplo das relações de parentescos, amizade e compadrio, bem como as redes intencionais estabelecidas com instituições e suas particularidades, a exemplo das associações na pesca. Esta característica é também discutida por Martins (2004)

Percebe-se que as análises sobre relações sociais avançam conforme são criados novos paradigmas, que buscam trazer explicações dos processos sociais, resultantes destas relações, sejam elas individuais ou coletivas, onde o capital social é valorado. (LUNDWAL: 2003).

Quando fazem suas reflexões sobre relações sociais e capital social, Marteletto & Silva (2004) convocam também Robert Putnam e James Coleman, destacando que “os dois tratam de capital social como um recurso coletivo baseado nas normas e redes de intercâmbio entre os indivíduos”(p.8).

¹⁷ O termo “rede social” tem origem nos estudos antropológicos, em especial com Radecliff Brow, na busca de explicar a estrutura social. Já Barnes e outros, que pretendiam explicar as relações sociais primárias do cotidiano tipificando-as em fechadas e abertas, elos fortes ou fracos etc. Estas duas proposições analíticas se encontram hoje justamente no enfoque das reflexões das redes sociais e são somatórias explicativas a exemplo de uma unidade de análise, que é o ator social cuja intencionalidade política é colocada como um elemento fundamental do mesmo. Mais detalhes consultar Scherer-Warren (2005).

A reflexão de Marteletto & Silva (2004) sobre o capital social é feita em outra no caso de Wirth & Hamel (2006), que tratam da participação e democracia para o desenvolvimento local, sendo tais questões as que aqui me interessam e que serão importantes quando tomo como foco as relações estabelecidas entre os associados informais, os não associados e os ex-associados à ABPM, cuja tônica nas discussões está pautada no sucesso do passado, fracassos e incertezas no presente da ABPM, ou seja, sua trajetória de auge e decadência observados e ouvidos nos depoimentos na pesquisa de campo e que dão indicativos da fragilidade desse capital social fruto de variados fatores, acionados por suas redes de relações e que receberam atenção especial nessa dissertação.

Como pode ser notado, os autores convocados para a discussão sobre capital social demonstram que a partir de seu objeto de estudo essa categoria foi considerada de modo a entender suas particularidades, demonstrando que Putnam inspirou todas as discussões, o que oferece um indicativo de serem essas perspectivas interessantes na análise do meio social pesqueiro quando lançamos o olhar para as políticas públicas e o associativismo entre os pescadores artesanais.

Pretendo nessa dissertação e pelo que considerei de Putnam (2007) e outros autores, levar em conta a singularidade, os desejos, as ansiedades, as revoltas que se manifestam no associativismo pesqueiro na particularidade de Marudá, dando vez e voz aos pescadores, que é a condição basilar para tomadas de decisões em situações desfavoráveis a partir do que Putnam conceitua como capital social.

Adotando o conceito de Putnam e uma postura metodológica cujo saber local será apoio incondicional, é que, em seguida, farei uma revisão bibliográfica para demonstrar como nos estudos pesqueiros, o capital social, seja de forma direta ou indireta, aparece como apoio ao entendimento da organização política na pesca e em especial o papel das associações e dos pescadores no desenvolvimento local e na busca da qualidade de vida desses atores sociais na Amazônia e, em particular, no nordeste paraense, tentando perceber por que em algumas regiões as associações funcionaram e em outras ela foram ineficazes, sem tirar os faróis do caso de Marudá.

1.3 - APROPRIAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO ENTRE OS “POVOS DAS ÁGUAS”: uma revisão bibliográfica

A análise referente ao associativismo aqui tratada terá o olhar direcionado para estudos realizados em diferentes regiões do Pará, em particular o nordeste paraense, os quais envolvem associações, dirigentes e pescadores associados a elas onde podemos perceber discussões sobre o capital social. Estes trabalhos, dentre outros em diversas áreas, tratam de relações de poder, a solidariedade, estratégias existentes nas organizações e servem de apoio para as reflexões voltadas para as ações individuais e coletivas que influenciaram e influenciam no avanço ou retrocesso do associativismo entre os pescadores artesanais associados como é o caso da ABPM e os pescadores em Marudá.

A motivação dessa revisão bibliográfica surgiu da importância analítica que ela traz sobre pesca e suas particularidades políticas, econômicas e sociais dos atores sociais que habitam grande parte do território haliêutico na Amazônia. Sendo assim considero relevante essas reflexões como auxílio para a construção dessa dissertação.

Para discutirmos o associativismo, é preciso compreendermos a organização política na pesca, por isso lancei mão de conceitos que ajudam a definir as relações políticas e sociais existente no processo de associativismo da ABPM em Marudá. Serão levadas em conta as dimensões sociais e culturais e que não podem ser entendidas apenas sob o aspecto institucional e econômico, mas a partir dos interesses de pessoas e grupos que permeiam a organização política conforme nos alertam Putnam (2007) e Eric Wolf apud Feldman-Bianco & Ribeiro (2003).

Os estudos sobre a realidade pesqueira vêm se desenvolvendo sob diversas óticas, a exemplo das abordagens antropológicas e sociológicas, cuja problemática da organização social do pescador é evidente nas reflexões de vários autores¹⁸.

Inicialmente para entender o significado de organização social, Fernandes (1963) considera que “a organização social de uma sociedade, em um momento dado, é definida como o conjunto de atividades, de ações e de relações humanas, de caráter adaptativo ou integrativo, ordenados em uma configuração social” (P.20) isto é, as

¹⁸ Nas produções paraenses ver Loureiro (1985); Furtado (1987), Nascimento (1993); Campos (1993); Furtado, Leitão & Mello (1993); Nacif (1994); Mello (1995), Maneschy (1998), dentre outros.

relações do homem com o meio na busca de suprir suas necessidades físicas, psicológicas, biológicas e sociais sendo arregimentadas enquanto mecanismos individuais e coletivos sob determinadas bases organizacionais, como as relações de parentesco, compadrio, amizade e vizinhança.

A organização política é a idéia de que esta seja entendida como o delineamento das ações que influenciam nas relações sociais considerando-se a forma como elas são construídas e (re) construídas no contexto político “a partir do lugar social que ela ocupa na sociedade” (MAGALHÃES:2002,p.277).

Sobre o associativismo, Scherer Warren (1998; 2003) considera esse conceito não algo definido por envolver diversos significados históricos e ser similar a outros como ong's e movimentos sociais.

Baseado no sentido de associativismo de Scherer Warren (1998; 2003) e nas análises de Fernandes (1963) e Magalhães (2002) referente à organização social e no conceito de capital social de Putnam(2007), aqui o associativismo primará pela valorização e concepção dos indivíduos nele envolvidos com suas particularidades e modos de vida.

Para melhor entender o associativismo, é interessante um breve olhar na história. Segundo Scherer-Warren (1998; 2005) e Doimo (2002), há dois momentos marcantes para compreender-se o associativismo no Brasil. O primeiro diz respeito ao período que abrange as décadas de 1960 e 1980, quando a busca era o reconhecimento identitário das organizações alternativas pelo Brasil, como sindicatos e associações e outros. Nos anos 1990, sob a égide da globalização, eram emergentes as formas institucionais conjugadas na busca de uma participação cooperativa, atreladas as parcerias entre o Estado, ong's e o mercado, originando perfis diferenciados de associativismo dentro de concepções e funcionalidades diferenciadas.

Particularmente na década de 1980 emergem sindicatos e associações no âmbito das discussões sobre a Reforma Agrária, quando vários movimentos sociais se articularam no campo, organizando entidades, provocando variadas reações violentas do Estado contra sindicalistas e líderes de trabalhadores rurais (MARTINS:1995).

Na Amazônia, em áreas de conflitos pela terra, conforme as análises de Castro (1992), é que se dá a participação mais efetiva do homem do campo no processo

político nacional, cujo associativismo é um dos meios de interlocução e representação desses atores sociais no meio rural. No bojo dessas manifestações organizacionais, nota-se uma movimentação de grupos organizados de pescadores visando garantir o reconhecimento político da classe, no afã de ver atendidas as demandas dos “Povos das Águas”.

Antes do período acima, Silva (1988) destaca que, mesmo de forma indireta, o pescador ao longo da História do Brasil, teve participação em alguns movimentos sociais, a exemplo da “Guerra do Açúcar” em Pernambuco e da “Guerra da Independência” na Bahia no período colonial. No período imperial, temos “a Cabanagem” no Pará e a “Guerra de Libertação dos Escravos”, no Ceará. Para o autor, esses fatos serviram para amadurecer a importância do pescador não somente no contexto econômico, mas também no político e social.

A história recente demonstra em estudos e pesquisas, que velhos desafios são ainda presentes para a legitimação identitária e institucional do associativismo pesqueiro, como as questões políticas, econômicas e, fundamentalmente, culturais, que continuam nas agendas de discussões nas quais participam intelectuais, instituições governamentais, não governamentais e movimentos sociais visando atingir uma sinergia necessária nesse contexto.

1.4 - ASSOCIATIVISMO NA PESCA: alternativa ou imposição?

Diegues (1983) e Maldonado (1986) ressaltam avanços desenvolvidos nos estudos sobre a pesca a partir de um contato mais direto entre o pesquisador e o pesquisado. Suas análises direcionam à independência como uma das características do pescador, que vem se transformando nas últimas décadas pela inserção no turismo, iniciando relações sociais mais próximas à terra a exemplo de sua introdução em sindicatos, cooperativas e associações. Estas afirmativas ajudam nas reflexões dessa dissertação.

Os autores que tem se dedicado à temática da organização política do pescador artesanal apontam ser fundamental o associativismo como mecanismos de interlocução dos que da pesca vivem como base para sua (re) organização política.

Por outro lado, outra revelação sobre esse debate evidencia que, ao longo da história, o associativismo na pesca tem apresentado fragilidades causadas por diversas questões, dentre elas o assistencialismo praticado pelas colônias de pesca e incorporado pelos pescadores através de sua característica imediatista. Quando se organizam e se inserem em associações, há pouca preocupação dos dirigentes e dos próprios pescadores com as relações sociais desenvolvidas antes, durante e depois desse processo organizativo. Isso implica a não fortificação dessa organização enquanto classe de trabalhadores demonstrando um fraco capital social e uma invisibilização política desse grupo¹⁹.

Leitão (1997), sobre a invisibilidade do pescador na ótica da organização política, afirma:

Como os dois lados da mesma moeda, essa invisibilidade não se traduz apenas na ausência de ações do governo voltado para o setor pesqueiro, mas reflete-se também na fragilidade do sistema de organização dos pescadores da pesca que, diante do vazio institucional, não conseguem mobilizar forças para consolidar sua representação política, seja ela através de Movimentos e Associações, o que os tornaria visíveis enquanto produtores e cidadãos (LEITÃO; 1997,P.8)

Dentre as questões expostas por Leitão (1997), pensar o associativismo na pesca é trazer à discussão a forma como ele foi sugerido e imposto pelas entidades oficiais brasileiras, forçando os pescadores à convivência com dirigentes externos e distantes de sua *vida* cotidiana. A constatação deste fato é (era) a ocupação por essas pessoas em postos de presidentes de Colônias, Federações e Associações de pescas por várias regiões do Brasil e no Pará.

Um exemplo da situação acima é que os pescadores não foram levados em conta quando o Estado, através de ações unilaterais, criou a Conferência Nacional dos Pescadores (CNP), a Federação Estadual dos Pescadores (FEPA) e as Colônias de Pesca com suas referidas zonas, com discurso de melhor organizar politicamente os “Povos da Águas”. Este fato remonta ao período colonial de D. João VI, quando, numa tentativa frustrada de organizar os pescadores, foi criada a primeira Colônia de Pescadores no

¹⁹ Como exemplo de estudos sobre a pesca em regiões brasileiras temos, na Paraíba, com Maldonado (1993), no litoral paulista, com Diegues (1983) e no litoral carioca com Duarte (1999) e Toledo (2001).

Brasil, denominada de “Nova Ericeira”, localizada em Garoupa, Porto Bello, no Estado de Santa Catarina, demonstrando que:

...à própria criação da formação da Colônia que não levou em conta as aspirações dos pescadores. Ao contrário foi imposta, de cima para baixo, uma administração que tornou a Nova Ericeira mais um departamento da Marinha portuguesa – com fins lucrativos – e menos um espaço onde, a seu modo, os pescadores pudessem produzir e viver (SILVA: 1988, p. 67)

A intenção das colônias de pesca era tutelar a organização dos pescadores ao Estado e impedir sua organização, já que esses estavam insatisfeitos com a inserção e favorecimento dos pescadores portugueses na colônia. Outra justificativa era a defesa da costa brasileira contra ataques estrangeiros. (CAMPOS :1993; FURTADO, LEITÃO & MELLO:1993; MELLO:1995 e LEITÃO:1997).

Assim, ao longo da história, notamos que estar colonizado, além de ficar diretamente tutelado ao estado, nos últimos anos habilita o pescador para futura aposentadoria e para participar de linhas de crédito. E o associativismo na essência da forma como aqui esta sendo entendido, parece que ficou relegado a outro tempo e espaço e que ainda não presenciamos em alguns casos específicos.

Tanto no passado como no presente uma contradição permeia a ação ou falta dela referente ao papel de parte das colônias de pesca, ou seja, os pescadores brasileiros não recebiam e pouco recebem orientações sobre seus direitos e deveres, apenas revelavam seu caráter assistencialista, corporativista e um perfil político partidário, objetivando, em alguns casos, cargos de vereadores e prefeitos. Isso, em algumas regiões, perdura até os dias atuais, contribuindo para um imediatismo existente entre os pescadores quando o assunto é organização associativa.

Além da colônia de pescadores, a maioria das entidades mencionadas tinha como propósito a orientação política direcionada dos trabalhadores das águas, causando discussões entre estes por intermédio de suas lideranças. O lado positivo foram as reações dos pescadores que provocaram o surgimento de sindicatos e associações por todo o Brasil²⁰.

²⁰ Sobre essa questão confira Campos (1993); Furtado, Leitão & Mello (1993); Mello (1995); Leitão (1997); Conceição (2003); Cabral (2002) e Lima (2003)

Neste cenário de reivindicação dos direitos enquanto cidadãos e pescadores, existem indicativos de uma organização efetiva dos pescadores em entidades representativas da pesca por meio do surgimento de organizações alternativas, ocorrendo com mais ênfase na abertura política do Brasil, na década de 1980, com a criação do Conselho Pastoral da Pesca (CPP), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No Pará, cinco anos depois de criada a regional norte, foi criada uma sede em Belém com atuação restrita ao estado.

Mesmo com a criação do CPP, receios ainda existiam entre os pescadores, que reagiram de imediato através de um movimento denominado “constituente da pesca”, que buscava garantir essa mesma autonomia política e sindical aos pescadores, e de onde surgiu o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), estendendo suas bases a vários estados no Brasil. Em seguida, o artigo VIII da Constituição Federal garante aos pescadores liberdade organizativa e autônoma, equiparando-o aos sindicatos e às colônias de pescadores (ROCHA et. Al:1996).

No Pará, com apoio direto da Igreja Católica, ocorreu a mobilização para uma representação alternativa da pesca, em 1989, com a estruturação do Movimento dos Pescadores do Pará (MOPEPA). O MOPEPA passou a atuar como mediador frente ao Estado e aos pescadores, visando garantir a representação nas discussões de políticas públicas para o setor pesqueiro e privilegiando o ramo artesanal através do artigo 244 e correspondente a parágrafos da Carta Paraense. Esse fato colocou os pescadores mediante às questões inerentes a esse processo como a normatização (SILVA:1988).

Porém, apesar de serem organizações alternativas, aos olhos dos pescadores artesanais e dirigentes havia estranhamento devido a ausência de uma relação próxima entre pescadores e essas entidades que, para os teóricos do capital social, é um início da “tragédia anunciada”, ou seja, tanto da desarticulação política pesqueira como o uso e abuso indiscriminado do dinheiro público .

Além das questões acima, o surgimento de diversas instituições foi outro entrave para a organização política na pesca que trouxe em seu bojo a normatização da atividade na pesca. Segundo Bezerra (2000), a normatização pesqueira no Pará passa pelo Decreto n.º 5.721 de 5 de abril de 1965, que cria o Grupo Executivo de Pesca (GREPE), subordinado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico do Pará (CONDEPA) que

posteriormente se denomina Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP).

As exigências acima foram surgindo de modo a aproximar pescadores e entidades governamentais, mesmo sendo feitas de forma coercitiva a exemplo da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) que, em conjunto com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) “se incumbiam de fomentar o desenvolvimento da atividade pesqueira na Amazônia em consonância com o sistema capitalista” (BEZERRA: 2000, p.4).

A tentativa de regulamentação da atividade pesqueira e de uma organização política forçada visava diminuir os conflitos em áreas de pesca, surtindo, no entanto, poucos resultados já que ficava e fica flagrante que a pesca industrial burlava e burla esses regulamentos além de ter certa proteção do Estado, uma vez que é privilegiada no processo de financiamento. Este quadro tem uma tendência a se modificar com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) no Governo Federal e mais recentemente criado no Estado do Pará, por constituir em suas direções pessoas oriundas do contexto pesqueiro e que viveram de perto o drama que povoa essa realidade organizativa o contexto pesqueiro²¹.

Grzybowski (1990), que trata dos movimentos sociais no campo traz em suas reflexões similaridades analíticas a dos autores que se dedicam ao estudo dos movimentos sociais e associativismo na pesca, destacando seu cenário fragmentado onde as ações ocorrem de forma dinâmica e em várias direções levando os atores a terem esperanças, expectativas e decepções. Isto é evidente nos estudos voltados para os agricultores familiares, sendo recorrentes nas questões culturais que muitas vezes são ignorados nas normatizações institucionais, quando são desconsideradas as particularidades dos processos organizacionais inerente a esta categoria social. As exigências e as normas não contêm as especificidades das realidades destes atores sociais que sobrevivem dos produtos aquáticos e que são impeditivos de acessar as políticas públicas, por exemplo, pela falta de documentação.

²¹ A SEAP no Pará, tem em uma de suas diretorias um ex-presidente do MONAPE e a ex-secretária geral do MOPEPA.

Outra questão a ser considerada diz respeito à parca participação política. Sobre isso, Ferreira (1999) quando trata do associativismo no meio urbano evidencia que, apesar do crescimento considerado de sindicatos e associações, é ínfimo o quadro de participação política efetiva dos trabalhadores de cada área específica. Muitos dos que participam desse tipo de organização pouca clareza tem do que sejam os sindicatos e associações e a função dos objetivos e do papel de cada entidade. Essa realidade demonstra similitudes dos que vivem a organização política em áreas rurais.

A idéia que é passada e absorvida pelos associados tem um caráter paternalista e assistencialista voltados para as necessidades materiais. Assim, para articular a questão material e a participação envolvendo o coletivo poucos avanços e esforços são feitos em virtude da prevalência constante dos interesses individuais. Esse contexto é observado, de maneira geral, no segmento da sociedade voltada para a produção rural familiar o que enfraquece o acionamento e uso constante do capital social nessas particularidades associativas.

Entendo que o associativismo deve ser pensado no contexto sócio-cultural da produção familiar rural e em particular dos pescadores artesanais, situação que vai além de pensar somente o imediato e técnico, como era feito há algum tempo, e sim a valorização das manifestações subjetivas e coletivas nas quais se materializa o capital social, termo possuidor de diversas características, dentre elas a confiança e benefícios mútuos (MILANY:2003; BURITY:2001; CUNHA:2000; SANTOS/SD)

Por outro lado, estudos têm mostrado que as associações, dentre elas a de pescadores, geram superposição de iniciativas, levando os indivíduos a múltiplas inserções em processos organizacionais distintos e, com isso, provocando conflitos negativos. Se este fato for verdadeiro, evidencia-se uma tendência a colocar em xeque os objetivos para a viabilização de políticas públicas, considerando as múltiplas redes de relações oriundas de pressões e negociações com vistas ao associativismo e mecanismos de barganha dos atores externos e internos às organizações (BURITY:2001)

Os comentários acima vêm ao encontro do que diz Lima (1999) referente ao movimento social enquanto construtor de identidade sendo que, em alguns segmentos dos movimentos sociais, essa identidade termina sendo forjada utilizando-se o conceito de representação social e ideologia no intuito do entendimento do que constitui o

próprio movimento nas ações cotidianas e de seus componentes a partir de questionamentos subjetivos, inclusive do que seja o associativismo.

Apoiado em Lima (1999) e nas minhas observações na pesquisa de campo e em leituras sobre o associativismo, ficaram evidenciados alguns elementos discutidos por esse autor e que estão presentes nas associações de pescadores. São relações derivadas das ações do próprio movimento e que serão demonstrados nas análises que se seguem.

Ainda sobre a identidade do pescador, Lima (2003) através de sua pesquisa realizada na Baía do Sol no nordeste paraense, apresenta contribuições interessantes quando discute movimentos sociais e gênero. A pesquisa indica a identidade da mulher marcada, dentre outros fatores, pela sua participação em movimentos sociais, particularmente nas associações e colônias de pesca que, apesar de tímida, contribui para a demarcação de um espaço de debate e visibilização da pescadora, há tempos invisíveis nas políticas públicas e entre as próprias mulheres, mostrando mais uma alternativa para acionar e analisar o capital social no contexto da pesca.

Por outro lado, Conceição (2003) traça um perfil da organização política na Região Bragantina, fazendo uma discussão sobre o associativismo que precisa ser avaliado em algumas regiões do Pará e que a autora considera como “associativismo às pressas”. Ela se baseia no fato de pescadores e agricultores, frente às exigências burocráticas, terem criado as associações e levado os associados a se relacionarem com entidades governamentais para regularizá-las, cujos contatos com entidades financeiras, como bancos, secretarias de Estados, ongs nacionais e internacionais, foram necessários para a elaboração de projetos para financiamentos.

Os fatores tão estranhos à realidade social dos pescadores artesanais no Pará demonstrado por Conceição (2002), provavelmente interferiram nos problemas internos das organizações locais, fato que pode desencadear a extinção de associações criadas sem a participação política efetiva dos atores locais, o que motiva ainda mais pensarmos esse tipo de organização com apoio e discussão sobre o capital social.

1.5 - A PRÁTICA ASSOCIATIVISTA ENTRE OS “POVOS DAS ÁGUAS”: breves situações

Ao longo da história, o associativismo vem se mostrando essencial para a manutenção e viabilização dos direitos e deveres dos pescadores em áreas haliêuticas, mas precisa ser revisto pela forma como vem sendo implantado e absorvido nessas áreas. Mesmo que de forma frágil, este se dá pela participação em movimentos que chamam a atenção da sociedade brasileira, como o da mobilização dos trabalhadores do campo que ocorreu no Brasil com o “Grito do Campo”, hoje “Grito da Terra” (CAMPOS:1993).

As associações se reproduzem na busca de afirmar a dinâmica pesqueira materializada na organização política como elemento de pressão em busca dos direitos e deveres dos pescadores na Amazônia. Entretanto, o preconizado neste tipo de associativismo se apresenta longe da realidade social de grande parte das localidades pesqueiras na Amazônia, particularmente das escolhas e das decisões do universo pesqueiro que tem os próprios códigos que resolvem, por exemplo, a viabilização dos materiais de pesca, seja ela em alto ou à beira mar, pautados em acordos a partir das relações de parentesco, compadrio e amizade, dentre outros.

Mcgrath et al (1996) fazem reflexões sobre o manejo comunitário nos lagos de várzea, que, apesar de ter um reconhecimento legal, possui uma política interna na qual as associações apresentam-se como estratégia para a mobilização e viabilização no fazer acontecer o manejo desejado. No entanto, estes autores destacam que algumas experiências de manejo comunitário tiveram resultados não favoráveis devido à fragilidade associativista local, que impediu a fiscalização e o gerenciamento interno dos recursos pesqueiros da várzea, tornando o manejo comunitário, por meio das associações, inviável.

Mcgrath, Amaral e Almeida (2006), analisando associações de pesca no Médio Amazonas, demonstram o impacto do Fundo Constitucional do Norte (FNO) na região, destacando os fatores que causaram e causam a inadimplência dos pescadores em decorrência da fragilidade das associações nesse processo. Segundo os autores, isso ocorre em decorrência da ausência de qualificação dos pescadores que necessitam deste preparo para a gestão e prática das associações, o que deveria evitar as conseqüências

negativas dessas organizações, como o descrédito frente às instituições financiadoras dos seus próprios pares que enfraquecem o estoque de capital social, o que se reflete nos mecanismos que advém dos fatores não presenciados no associativismo, ou seja, a participação, o compromisso coletivo, confiança e a qualificação para gestão.

Dando a mesma importância para a organização política efetiva entre os pescadores, dentre elas o associativismo local, Furtado et. al (s/d) mesmo não tratando diretamente dessa temática, indicam, em uma etnografia no Lago Grande de Monte Alegre, no Médio Amazonas, a luta pela apropriação e manutenção de espaços construídos com os recursos primários, cujos conflitos são recorrentes. No mapeamento da área através de uma Etnografia dos Conflitos na Pesca (ECP), as autoras destacaram a importância do associativismo para mediar conflitos, em particular os existentes na área pesquisada, resultantes da necessidade de demarcação espacial tanto na água quanto na terra, caracterizando uma territorialidade produtiva e de vivência cuja organização política é fator importante. Continuando, elas mencionam as fragilidades no associativismo local, evidenciando o quanto é imprescindível a organização política nas áreas pesqueiras para incentivar a participação dos moradores e associados em variadas frentes, como o manejo comunitário, os acordos de pesca, o que, de certa forma, demarcaria uma nova fase da relação homem - terra - água.

É importante ressaltar que no contexto investigado pelas autoras, mesmo sendo incipiente a organização política local, é destaque a presença da mulher nos conflitos e na participação da fiscalização dos recursos pesqueiros. Essa participação, mesmo incipiente, se materializa na composição de grupos organizados como associações e colônia de pesca, a exemplo das localidades de Curucaca, Curral Grande, Jaquará, Flexal, dentre outras no Médio Amazonas.

A participação política feminina vem se desenhando a partir de seu reconhecimento como pescadora ou pescadeira²² por entidades governamentais, não governamentais e movimentos sociais, fato que marca a presença feminina no poder de decisão em questões que envolvem a pesca no Pará, inclusive, assumindo direções de associações e colônias de pesca como em Marudá, Baía do Sol, em Mosqueiro, Maracanã, Pereru, Cachoeira do Arari e São Caetano de Odivelas, demonstrando a existência de um capital social que era desconsiderado nas políticas públicas e nos

²² Categoria usada por Alencar (1993)

estudos sobre o associativismo. (MANESCHY, ALENCAR, NASCIMENTO:1995; MANESCHY e ALMEIDA:2002).

È importante ressaltar que a mulher, em sua ação relacional com o homem, está cada vez mais presente em associações e sindicatos nas áreas de pesca, fato realçado nas reflexões de vários autores e confirmado em minhas observações na pesquisa de campo, já que:

“Acho que a mulher deve ta participando sempre das associações e da Colônia de pesca. Isso ajuda pra ela ficar mais esclarecida dos direitos e ajuda a conhecer outras coisas nas palestras, encontros e outras coisas que agente faz nos eventos. Acho que isso ajuda a levar os pescador que, as vezes, é desinteressado. Agora isso funciona, vê só o “X”, tai duente. Se ele não fosse associado a colônia tava ai jogado. Só falta a associação daqui [Marudá] se organiza , né! (Sf, Pescadora de Marudá, pesquisa de campo/julho/2007)

A inserção feminina no espaço político vem incentivando os maridos a estarem mais próximos aos interesses trabalhistas e perceberem a organização política na busca de seus direitos como trabalhadores do mar conforme as autoras mencionadas acima.

Entretanto, a dinâmica envolvendo a mulher na organização política não ocorre de modo pacífico devido às características do universo da pesca cuja formação inicial pertence ao sexo masculino e porque a mudança de postura referente ao domínio do homem sobre a mulher e da vivência dela, não somente no espaço privado mas também no público, interfere no papel social masculino em virtude da bipolaridade da divisão sexual do trabalho (ALENCAR:1993; LIMA:2003).

Nota-se que o papel da mulher junto aos maridos, filhos, parentes e amigos tem sido revelador para a construção de uma relação mais simétrica na pesca, revelando a mulher-pescadora sem negar o espaço do homem-pescador como parceiro de profissão. Este viés reforça a questão de gênero na pesca com a tendência de valorizar homens e mulheres enquanto trabalhadores do mar e principalmente conquistar o poder de voz ativa no momento de discussão, planejamento e execução de projetos, políticas públicas e tomada de decisão de qualquer natureza, por intermédio de sua inserção nas colônias e associações, indo ao encontro das discussões de Yánes (1999), Abramovay (2000), Lundwal (2003) Wirth e Hamel(2006) e Putnam (2007), que tratam do capital social enquanto mecanismo imprescindível nesse tipo de organização.

Minha interpretação é que tratar gênero é vê-lo sob o caráter relacional, percebendo o papel de importância da mulher para a reprodução de seus pares. Nesse processo de reconhecimento positivo da mulher no meio pesqueiro como pescadora, representado na submissão e passividade diante dos problemas cotidianos, precisa ser mais discutido e o associativismo pode ser um dos meios para tal, inclusive reforçar o processo relacional político necessário entre seus “companheiros”, “esposos” e “maridos”,²³ principalmente no espaço público.

1.6 - ASSOCIATIVISMO NA PESCA E CAPITAL SOCIAL: incursões em estudos no nordeste paraense.

As discussões até aqui apresentadas mostraram experiências diversas relativas ao associativismo na pesca, com destaque para a necessidade do desenvolvimento das ações individuais e coletivas que envolvem as organizações dos pescadores e pescadoras via associações, colônias de pesca, sindicatos em algumas áreas de pesca.

Neste item da dissertação trarei informações específicas de como tem se desenvolvido o associativismo no nordeste paraense, apoiado nos estudos de pesquisadores que focalizam essa temática e que apresentam elementos concernentes ao capital social, cadeias produtivas e gênero, necessários para análises e reflexão do estudo de caso em Marudá.

Santos (2005), por exemplo, ao estudar a cadeia produtiva nos municípios de Augusto Corrêa, Bragança, Curuçá, Maracanã, Marapanim, São João de Pirabas e Viseu, responsáveis por cerca de 1/4 da produção estadual de pescado, demonstra que o fraco associativismo foi um dos entraves nessas regiões para a efetivação de uma cadeia produtiva favorável aos pescadores locais. Para ele, isso se dava pela forma como as associações são encaradas pelos pescadores, isto é, de modo distanciado e assistencialista, abrindo retaguarda para que atravessadores assumam o papel principal na cadeia produtiva, em particular na comercialização interna e externa do pescado.

²³ Denominações percebidas entre as mulheres referente aos pescadores em Marudá, independente de o casamento ter sido efetivado de modo formal seja na igreja, seja em cartório.

Para este autor a cadeia produtiva está relacionada à agregação de valores que perpassam pela organização social através das associações de classe e que devem ser vistas não somente como mecanismo de acesso aos recursos materiais, mas como um viés para o enriquecimento do capital social que há muito vem se discutindo nos textos sobre organização política na pesca. Para Santos (2005), alguns autores apontam a dinâmica do capital social como um dos caminhos para diminuir o distanciamento organizacional em áreas dessa região, amenizando a desigualdade presente nas cadeias produtivas locais. Reforçando seu argumento, o autor comenta:

O nível de organização social dos pescadores precisa ser fortalecido. Nos municípios do nordeste paraense, embora muitos pescadores estejam registrados nas Colônias de Pescadores ou outras associações, a sua participação em grande proporção, não tem sido efetiva se restringindo, apenas, à ida em reuniões de forma esporádica (SANTOS: 2005: p.17)

O argumento de Santos (2005), reforça que a atenção deve estar voltada para o capital social. Dando ênfase a esta questão, Nascimento (s/d) discute o associativismo e capital social no município de Bragança, dentro da Associação Ruralista de Pescadores da Vila do Castelo; Associação dos Pescadores Artesanais de Bacuriteua e Associação dos Pescadores e dos Produtores Diversos da Praia de Ajuruteua. Para a autora, o surgimento de associações no nordeste paraense foi incentivado pelas políticas públicas, em especial o FNO, revelando a importância do capital social nesse processo.

No caso investigado por Nascimento (s/d), os elementos recorrentes são a falta de coerência relativa aos objetivos propostos pelas associações e uma intensa desconfiança mútua existente entre associados e dirigentes. Isso se materializa pelos números de sócios que as associações investigadas possuíam, variando entre cinco a doze associados. Este baixo quantitativo de integrantes nas associações, a concentração de atividades nos dirigentes, problemas de planejamento e fraca articulação entre os associados, contribuíram para que, no momento da elaboração de projetos de financiamentos, esses indicadores favorecessem o enfraquecimento das associações. Mesmo com as atividades paralisadas, duas das associações mencionadas acima, tinham o reconhecimento enquanto pessoa jurídica e pelos pescadores associados.

Um detalhe me chamou atenção na pesquisa de Nascimento (s/d), a saber: o fato de Bragança ser o único município do Estado do Pará que tinha uma secretaria voltada

exclusivamente para a pesca, o que possivelmente traria sinais de mudanças e incentivos para o desenvolvimento do associativismo no setor pesqueiro local. Não foi bem isso o que ocorreu, mas sim um “fenômeno associativo” (MANESCHY & KLOVDAHL :2007). Segundo esses autores, em estudo sobre redes de associações de grupos camponeses no nordeste do Pará, ocorreu o mesmo fenômeno das associações de pescadores na mesma região estudada por Nascimento (s/d), isto é, associações criadas de forma desestruturada tanto sob o ponto de vista de pessoal qualificado quanto financeiro. Na mesma região de pesquisa de Nascimento, Cabral (2002) ao tratar da participação dos pescadores na organização política na localidade de Caeté, ressalta a importância do capital social para o desenvolvimento local e sedimentação do associativismo na região.

Segundo Conceição (2003), o “associativismo às pressas” na Região Bragantina, sem tempo para serem pensadas questões materiais imateriais deste universo, acarretou e acarreta constrangimentos diversos, por exemplo, o alto índice de inadimplência ante as entidades de financiamento e o desaparecimento de várias associações de classe.

Fatores como a concentração de poder envolvendo relações de parentesco, a inserção da Colônia de Pescadores de Bragança que não tem a confiança da maioria dos pescadores, a criação prematura de associações e, por fim, a inserção de pessoas externas às localidades investigadas implicava a falta de articulação e de objetivos comuns, prevalecendo tão somente interesses de grupos específicos e diferenciados dos que moravam na região, se distanciando do processo construtivo de capital social em associações e entidades ligadas diretamente aos pescadores nesses locais.

As questões apontadas por Conceição (2003); Santos (2005); Nascimento (s/d); Lima (2003) e Maneschy & Klovdahl (2007) foram encontradas em um estudo que realizei sobre o associativismo na Ilha de Caratateua, situada no nordeste do Pará, onde três associações tiveram existência efêmera em decorrência de motivos apontados por esses autores. Isso mostra como o associativismo na pesca possui fragilidades que precisam ser analisadas em decorrência da participação política tímida, do imediatismo material e financeiro praticados individualmente e da falta de qualificação de seus dirigentes que contribuem para o enfraquecimento dessas organizações, fragilizando o capital social.

Apesar dos (des) caminhos trilhados por várias associações de pescadores, algumas experiências tiveram êxito no nordeste do Pará. Nesse momento me reporto a

um estudo de gênero envolvendo o associativismo na pesca. Maneschy & Almeida (2002) demonstram, através de um projeto de pesquisa e extensão referente a gênero e o associativismo no meio pesqueiro, foram criadas duas associações localizadas em Cachoeira e Pereru, no município de São Caetano de Odivelas. Estes autores vivenciaram e analisaram o desenvolvimento das duas associações, a Associação de Mulheres na Pesca e na Agricultura de Pereru (AMPAP) que teve seu embrião no clube de mães e na catequese da igreja católica, além dos contatos com pesquisadores da UFPA; a Associação de Mulheres de Pesca de Cachoeira (AMUPESC) delineada pela trajetória de suas líderes que já tinham participado em cursos de qualificação e seminários através do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), facilitando o surgimento dessa associação no local.

Mesmo com fatores favoráveis ao surgimento das associações, foram marcantes os problemas de ordem técnica, a circularidade de associados, a burocratização e a ausência de recursos para despesas materiais para estruturação da associação. Somado a isso, houve os conflitos internos entre pares e a resistência cultural em relação ao papel da mulher nesse tipo de prática organizativa. Isto se deu porque reuniões, seminários, viagens, demandavam o afastamento dessas mulheres de seus lares, invertendo a lógica existente até então. Conforme a proposição analítica aqui sugerida, o associativismo e o capital social, esses mecanismos vivenciados por essas mulheres poderiam ser indicadores de que as associações poderiam reverter sua situação negativa de participação caso esse capital fosse mais explorado.

A iniciativa acima contribuiu para o reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora do mar no local, permitindo que ela tenha acesso à informação de forma mais rápida e abrindo espaço para incentivar a melhoria da qualidade de vida dos pescadores e pescadoras, além de tornar possível o desenvolvimento local.

Apontando as mesmas características envolvendo gênero na pesca e participação política na localidade da Baía de Sol, em Mosqueiro, Lima (2003) destaca que mesmo sendo realizada de forma tímida e precária, a participação da mulher em colônias de pesca e associações é uma garantia de sua visibilidade. Para esta autora, este fato demarca o espaço identitário da mulher, a exemplo do surgimento de estudos em instituições como o MPEG e UFPA, que possuem projetos de pesquisa sobre as relações do homem com o meio ambiente, gênero e movimentos sociais. Continuando, ela diz

que essas iniciativas são interessantes e importantes e tiveram incentivos financeiros de ongs internacionais e órgãos governamentais que reconhecem o papel da mulher como um dos caminhos para a melhoria de vida no contexto pesqueiro em virtude de sua jornada de mãe, mulher, educadora e pescadora.

Os autores que dão suporte às questões sobre associativismo partem de pesquisas sobre a reordenação das populações tradicionais considerando seus saberes e os elementos de sociabilidade que permitiram o êxito de sua capacidade de resistência e de reordenação social (CONCEIÇÃO: 2001,p. 161), reordenamento esse que busca perspectivas de melhoria de vida conforme apregoa o associativismo cujo capital social é algo a ser investigado para identificar como essas fragilidades se manifestam e de que maneira poderiam ser amenizadas.

Deste modo, a tentativa de dialogar com os autores que tratam da temática aqui enfatizada me leva a trabalhar essas questões nas relações estabelecidas pelos dirigentes da ABPM frente aos pescadores na particularidade da Vila de Marudá. Porém antes disso, pretendo apresentar um esboço acerca do local da pesquisa ressaltando sua ocupação histórica e seus aspectos atuais e, em particular, as primeiras experiências associativistas.

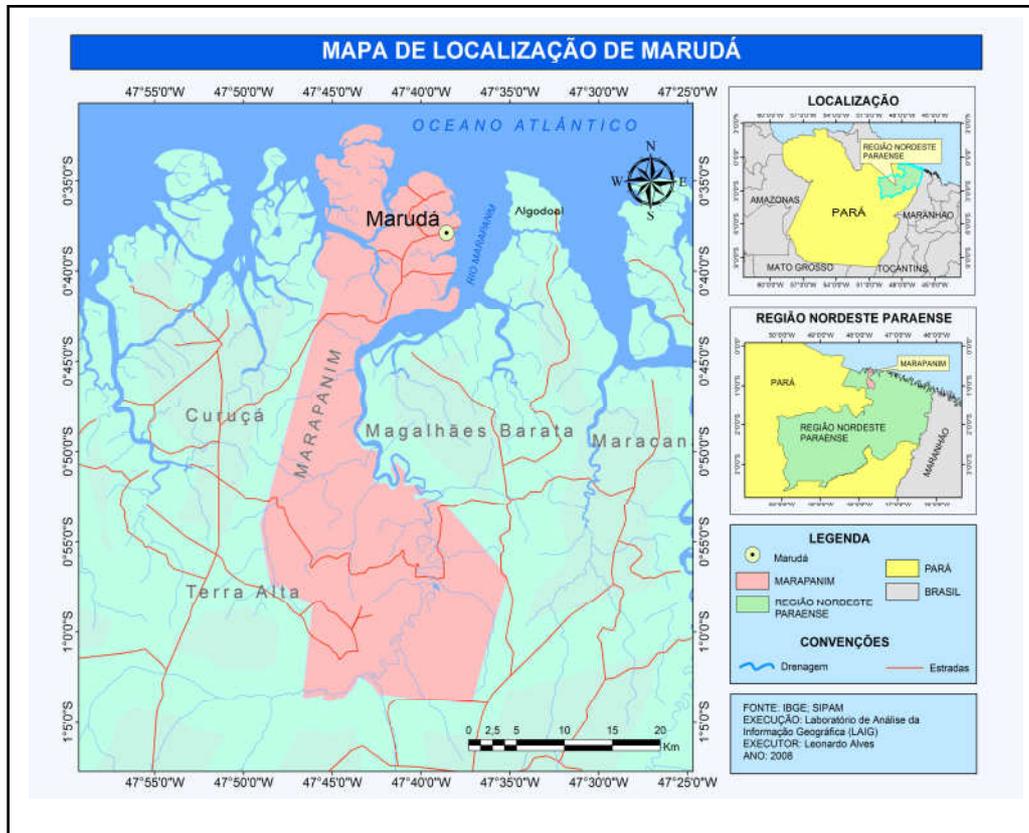
CAPÍTULO II

MARUDÁ: HISTÓRIA E EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVISTAS

2.1- MARUDÁ E SUA OCUPAÇÃO.

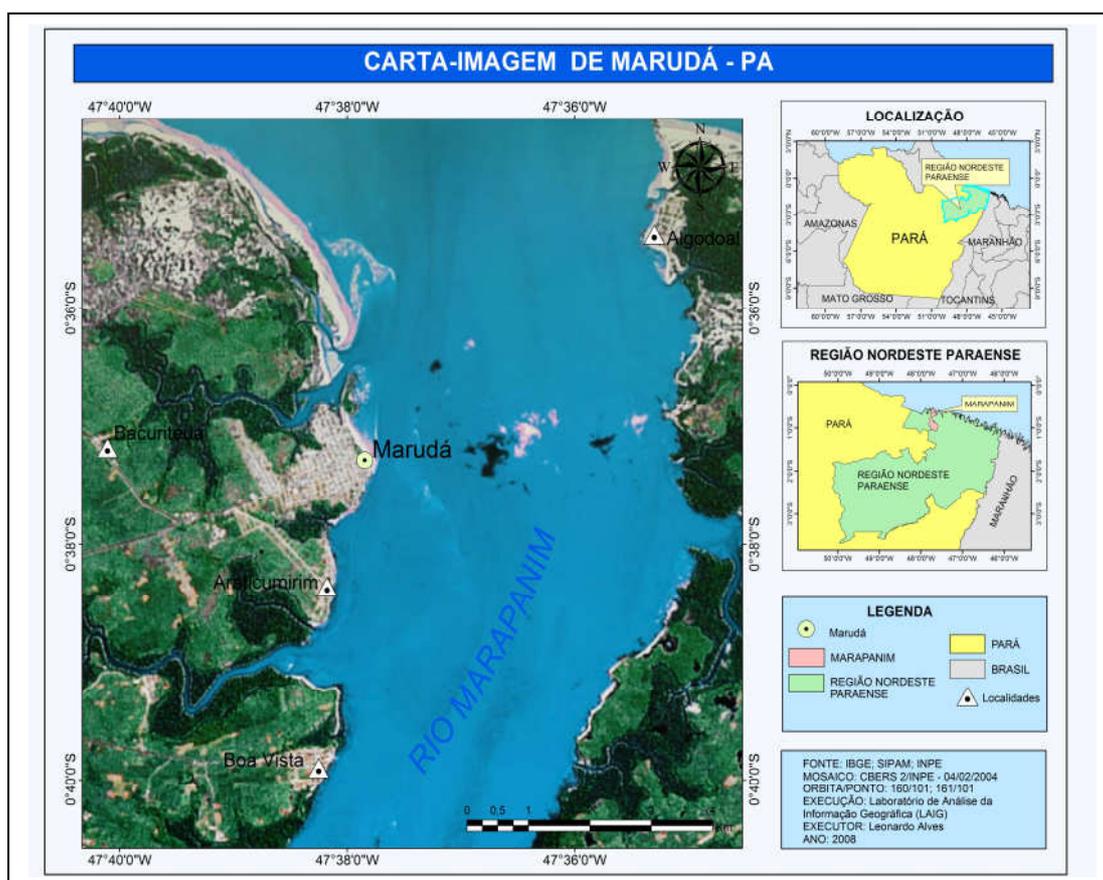
Para uma visão do histórico de ocupação da Vila de Marudá, utilizarei como parâmetro o livro “Curralista e Redeiros de Marudá de Furtado (1987) por ser referencial para quem deseja realizar estudos sobre a Vila de Marudá. Alguns eventos não apresentam uma estrita sucessão de datas, mesmo assim foi possível demarcar, cronologicamente, a maioria dos acontecimentos relatados pelos informantes de Furtado no período de sua pesquisa.

Marudá localiza-se na Ilha de Marudá, litoral do Município de Marapanim. Seu limite ao norte é com a Baía de Marapanim em direção ao Oceano Atlântico; a leste com a foz do Rio Marapanim; a oeste com o Igarapé Marudá, ao sul com o Igarapé Samaúma e partes dos terrenos dos povoados de Bacuriteua, Cafezal e Recreio (FURTADO, 1987:p.92).



MAPA 1: Localização de Marudá

Segundo Furtado (1987), Marudá apresentava aglomerados humanos que se dividem geograficamente por varias áreas, onde se destacam: Caju, Araticum Miri, Recreio, Santa Maria, Porto Algre, Bacuriteua, Cafezal, Vista Alegre e Paixão, se complementada pelos sítios de São Clemente e São Vicente, Retiro. Na orla marítima estão a vila Câmara e Marudá, sendo esta ultima *locus* deste estudo.



MAPA 2: Carta-Imagem de Marudá

Segundo fontes orais obtidas na pesquisa de Furtado (1987), antes de 1931, o primeiro morador da vila de Marudá foi Nilo Pinto, de procedência do sítio Messai, sede municipal de Marapanim, que se instalou próximo à praia. Após a chegada desse último, Sr. Abel e a “Velha” Petrolina, oriundos de Macunandeuá, residiram em uma área conhecida hoje como bairro do *Alegre*. Posteriormente mudaram-se para Marapanim, depois para Bacuriteua e, em seguida, retornaram para Marudá.

Ainda no período citado acima, foram realizadas vendas da terra de Sr. Geraldo Martins de Sena e arrendamento das terras da União pela Gonçalo Brandão e Cia, uma empresa que trabalhava com a comercialização de pesca no local, possibilitando a

chegada dos primeiros curralistas em Marudá e, posteriormente, de suas famílias vindas de Soure.

Segundo dados, em 1931, chegou em Marudá um grupo de pessoas da família de dois informantes de Furtado (1987), Márcio e Teodoro. Estes trabalhavam como curralistas e seus pais desenvolviam atividades na Gonçalo Brandão e Cia. Neste mesmo ano aportam nessa vila pesqueira os curralistas de Soure, Antônio Marques de Pinho, Zezinho, João Izidoro e Benedito Brandão.

Em 1935 chega de Bacuriteua, em Marapanim, Raimundo Coelho, “o Forquilha”, e sua esposa, “Dona Tavica”. Em 1937, Raimundo Coelho muda-se para Marapanim mas retorna para Marudá no mesmo ano e trabalha na Gonçalo Brandão e Cia.

Em 1940 há estímulo para que outras pessoas viessem para Marudá. Isto acirra a briga pela posse do produto pesqueiro por duas companhias de pesca, uma de propriedade de “Zé da Aguardente” e a de Gonçalo Brandão e Cia. Esta última fazia o movimento de entrada e saída do pescado em Marudá para outras regiões, tendo por isso a “*consideração*” da maioria dos pescadores.

Além da vinda de outras pessoas ao longo dos anos, em 1946 a erosão marinha ameaçava o barracão da Gonçalo Brandão e Cia, incentivando esses atores sociais a adquirirem terras da viúva de Geraldo Martins de Sena. Seus proprietários passam três anos explorando produtos do mar levando parte dos pescadores a se instalarem nessa área.

Após 1946, morre o presidente da Gonçalo Brandão e Cia. Seus sócios, que moravam em Belém, passam a residir em Marudá, no bairro do *Alegre*, retornando à capital paraense na década de 1950. Em informações coletadas por Furtado (1987), através de João Gouveia, corretor de imóveis na época da pesquisa, as terras compradas da viúva de Geraldo Martins de Sena pela Gonçalo Brandão e Cia. foram divididas entre os sócios, cabendo a cada um 1/3. Após essa divisão, algumas vendas foram feitas a pessoas residentes em Belém criando-se um loteamento que contribuiu para o crescimento da região que em 1950 já conta com aproximadamente 140 habitantes.

Em 1953 o prefeito de Marapanim adquire um terreno em Marudá cujo recibo fica em nome de sua esposa, que negocia o mesmo para João Batista de Oliveira Damasceno, que transforma essas terras em loteamento.

Inciam-se as obras para a construção da estrada Marapanim-Marudá sendo esta o mesmo caminho trilhado pelos primeiros moradores dessa vila de pescadores, facilitando, inclusive, o escoamento do principal produto da região, o pescado, para outros locais como Belém, Castanhal e diversos centros urbanos do Pará. Nesse período, surge o primeiro caminhão no local denominado de pau-de-arara, que transportava produtos para serem vendidos na vila, além de servir de meio de transporte para deslocamento de pessoas para Marudá.

Com a estruturação da estrada Marapanim-Marudá e a dinâmica de vendas de áreas por intermédio dos loteamentos, em 1958 a vila de Marudá já contabiliza 230 moradores, sendo a praia o espaço mais habitado. Posteriormente, os moradores se expandiram para o bairro denominado *Alegre*. (FURTADO:1987)

Em 1968 há a concessão de loteamentos pelo Sr. Lucindo aos moradores próximos da praia de Marudá vitimados por um incêndio. Este loteamento deu origem ao bairro do *Sossego*.

A partir da década de 1970, acontecimentos em Marudá são considerados importantes por envolver os moradores do local em mutirões, por exemplo a construção da Igreja de São Pedro, o surgimento do Centro Comunitário de Marudá, que abrigava atividades sociais, e o prédio da delegacia local. Na Educação, a Escola Tereza Braga e Eliofer Alves da Costa atendem à localidade nos ensinos Fundamental e Médio.

Ainda na perspectiva organizacional, clubes de mães e de jovens surgem no local sob a orientação da Igreja Católica, através de seus novos prédios, como a Igreja de São Benedito. Sob o ponto de vista da organização política dos pescadores, Marudá vive as primeiras experiências associativista internas voltadas aos pescadores e suas famílias com a criação da Associação Beneficente de Marudá (ABPM) e a Associação de Mulheres da Área Pesqueira de Marudá (AMAPEM).

2.2 – ASPECTOS DE MARUDÁ HOJE.

A partir deste item as informações surgem quando outros pesquisadores realizaram estudos na área²⁴, mas destaco fatos ocorridos de 1996 até os dias atuais, período em que realizei pesquisa na região.

Como se nota, o que permitiu a inserção de pessoas em Marudá foi a construção de estradas e a disposição de venda de terras através de loteamentos existentes no local. Isso motivou a chegada de pessoas à vila que alavancaram o turismo na região, denominadas por Furtado (1987) de população flutuante, permitindo o crescimento populacional e a expansão geográfica do local de forma desordenada, como é comprovado nos dados de 1996-2006 e em minhas observações em campo em 2007.

O acesso à vila de Marudá pode ser via terrestre, que é o meio mais usual. Nas décadas de 1930 e 1940, a rota marítima era mais freqüente, aportando vários pescadores de diversas áreas, sendo esta uma das alternativas trilhadas pelos primeiros migrantes que vivem nesta vila pesqueira. Não é desconsiderada aqui a via marítima, que é mais presente nas idas e vindas de pescadores marudaense e de fora do local quando da atividade pesqueira na região.

Fora a atividade pesqueira que depende exclusivamente da vazante e cheia da maré e que será tratado a posteriori, na rotina de Marudá, é possível notar no começo do dia, às sete horas, a presença do padeiro que, na garupa de sua bicicleta, transporta um paniero cheio de pão e grita “*olha o pão a um real!*”. Por volta das nove horas da manhã o “Zé verdureiro” anuncia o preço do cheiro verde e da chicória para temperar o pescado de todo o dia. Não perdendo tempo na disputa pela venda, o coletor de caranguejo (*Ucides cordatus*), de Porto Alegre ou Camará, em sua bicicleta, vende esse produto a cinco reais o paniero ou a *cambada*²⁵. Esse, no geral, chama mais atenção “*das pessoas de fora*”²⁶ quando visitam o local.

Marudá mantém algumas características de trinta anos atrás, por exemplo a presença familiar na produção do dia-a-dia seja na terra ou no mar. O pescador de maneira geral e, dependendo da pesca que desenvolve, seja ela de rede e de curral, sua pesca se inicia conforme a vazante e a cheia da maré, obedecendo, desse modo, ao

²⁴ Moreira (1990); Nacif (1994); Nery (1995); Potiguar Júnior (2000)

²⁵ Termo usado para se referir aos caranguejos que são vendidos amarrados em um cipó tirado do próprio manguezal.

²⁶ Termo usado para se referir aos turistas em Marudá.

tempo natural (NASCIMENTO: 1995). Quando não vai à pesca, este pescador pratica atividades que lhes dê algum ganho, como a capina da casa de turistas e uma agricultura incipiente.

A esposa ou companheira do pescador está mais ligada às atividades internas da casa. Nas observações em campo, há indícios que essa esposa, na maioria dos casos, vive sobre a dependência financeira do marido, o que não impede que desenvolva ações para o complemento da renda familiar como a produção de remédios caseiros, a ajuda na roça, a coleta de crustáceos e moluscos e a produção artesanal de carvão. Os filhos e filhas dos pescadores, dependendo da idade, quando não se dirigem para a escola seja no turno da manhã, das sete às onze trinta minutos, no intermediário, das onze e trinta às quinze horas, ou no horário vespertino, das quinze às dezoito e trinta minutos, são convocados para desempenharem tarefas na ausência do pai e da mãe.

No ano de 1996, quando iniciei a pesquisa em Marudá, a região já se encontrava em processo elevada expansão populacional e geográfica, possuindo aproximadamente 2.417 habitantes, segundo a Fundação Nacional de Saúde (FNS).

Destaco fatos de importância significativa na área, em particular a construção da primeira delegacia no local, em 1998, através de um mutirão. Este fato dá indicativos do crescimento da violência na região próxima a *Caixa D'água*. O prédio da delegacia conta com apenas três compartimentos, um para dois agentes, outro para o rádio transmissor e o último para a cela, que tem capacidade para cinco presos.

Um dos agentes informou que são presos ali pessoas que se envolvem em casos considerados perturbadores, por exemplo, as *arengas*²⁷ nos finais de semana. Entretanto, após vinte e quatro horas de detenção estes são liberados.

A abordagem e a apreensão de pessoas são realizadas por soldados do 4º Destacamento de Polícia Comunitária (4º DPC), que pertence ao 5º Departamento de Polícia Militar de Castanhal, em Marudá, com um prédio próprio no bairro do *Alegre*. Os casos mais complexos são transferidos e registrados na Delegacia de Marapanim.

Um dos responsáveis pelo 4º DPC diz que o objetivo do Batalhão na localidade é o atendimento a serviços de prevenção à criminalidade. Para proceder com seus trabalhos, são destacados um sargento e quatro cabos, de segunda a sexta. Nos fins de

²⁷ Termo usado para se referir as brigas e confusões que ocorrem em festas e bares em Marudá.

semana, este número é reduzido, prejudicando as atividades por eles desenvolvidas ao longo da semana.

Segundo o responsável pelo 4º DPC, os usuários de drogas têm crescido, bem como a prostituição de menores do sexo masculino e feminino. Há um destaque para a prostituição feminina que se torna visível no período da gó (*Macrodon ancylodon*)²⁸, quando a movimentação intensa de mulheres de outras regiões é constante. Isso se dá porque é neste período que os pescadores de vários locais aportam em Marudá “trazendo muito dinheiro”, oportunizando o ganho de “dinheiro fácil”²⁹, conforme o relato abaixo:

“No período da gó, janeiro, fevereiro e março, onde os pescadores ganham muito dinheiro, eles vêm de várias regiões pra Marudá e passam dias aqui. As meninas vão para o Porto do Sossego e se oferecem em troca de pequenas quantias em dinheiro, tipo 10,00 e 20,00 reais. Isso é todo ano”.(Policial Militar/Pesquisa de Campo/Julho de 2007)

O informante destaca que o crescimento desordenado do local facilita o acesso de pessoas de Belém foragida da justiça, que se instalam nas ocupações, com destaque para a “*Ocupação dos padres*”, *Ocupação do Campo*”, “*Bom Jesus*”, “*Ocupação da Torre*”, próximo ao prédio da telefônica *Oi*. Para ele, Marudá “*parece calmo*”, mas mudanças ocorreram de maneira negativa, pois o policiamento é precário, os arrombamentos e assaltos acontecem periodicamente na casa de turistas.

Em 2004, Marudá ganhou sua primeira orla marítima, que há anos vem incentivando a entrada de mais pessoas no local e provocando o crescimento do turismo e da violência conforme foi comentado.

Em 2006, após dez anos de visitas e pesquisas, percebo que a região de Marudá paulatinamente vai sendo ocupada por pescadores de outras regiões e pessoas oriundas de Belém e de Castanhal que optaram por fixar residência no local. No caso dos pescadores de outras regiões que fixaram residência em Marudá, esse processo foi propiciado pelo ambiente aprazível e o acesso mais rápido à subsistência, ao pescado, cuja produção na maioria dos casos se caracteriza por ser familiar. No entanto, há uma reclamação constante de que “*os peixes “estão indo embora e ficando escasso”* devido à

²⁸ Espécie de peixe dessas e outras regiões.

²⁹ Declaração de um Sargento em serviço em Marudá.

pressão humana sobre o meio aquático, o uso inadequado de técnicas de pesca como a de curral. A motivação das pessoas de Belém e de Castanhal que decidiram se fixar em Marudá, se dá por conta da aposentaria e da busca por uma vida tranqüila ou por terem fixado algum negócio, geralmente ligado ao turismo na área.

Nas últimas pesquisas de campo, em janeiro, junho, julho e agosto de 2007, através de informações da FUNASA em Marudá, verifiquei que o local tem hoje um número de habitantes de aproximadamente de 2.785. O espaço geográfico reconhecido pela instituição são os bairros de *Alegre*, *Sossego* e *Vila Nova*. As ocupações como “*Caixa D’água*”, “*Torre*”, “*Bom Jesus*” e “*Ocupação do Campo*” são tratadas como bairros quando solicitados informações de endereços aos moradores dessas áreas.

As disposições estética e espacial das casas em Marudá são variadas sobressaindo-se as dos turistas em todos os bairros - *Sossego*, *Alegre* e *Vila Nova* incluindo nesse espaço as áreas de ocupação, o que demonstra o diferencial estrutural segundo as condições desses atores sociais e revela o empobrecimento cada vez mais presente dos pescadores no local conforme podemos visualizar nas fotos 2 e 3 abaixo.



Foto2: Casa de turista/Bairro do Sossego. (Foto: Petrônio Potiguar/Julho/07)



Foto3: Casa de pescador/Ocupação “Bom Jesus. (Foto: Petrônio Potiguar/Julho/07)

Os investimentos em energia elétrica, água encanada, telefonia fixa e torre para celulares ocorre por conta da demanda turística nas férias e feriados e se desenvolvem de forma tranqüila, mas os demais serviços voltados à saúde, saneamento básico e à segurança, dos quais depende a população em seu dia a dia, se encontram precários.

Os serviços na Unidade de Saúde da Família em Marudá (USF) estão direcionados para a prevenção de doenças diversas, que se materializam em palestras educativas sobre Doença Sexualmente Transmissível, HIV, Diabetes, Hipertensão,

segundo o responsável pela unidade. Os horários de funcionamento da USF se dá de segunda a sexta, das oito às doze horas e das quatorze às dezoito horas. Nos sábados e domingos cessam esses serviços.

No dia-a-dia os atendimentos na USF estão focados no setor ambulatorial, consultas, visitas domiciliares que funcionam de maneira precária, pela ausência de estruturas físicas, transportes e de pessoal capacitado para tal função, conforme opinião do médico de plantão.

Os programas como o pré-natal, os exames de hipertensão, diabete, tuberculose, hanseníase, diarreias e diversos tipos de viroses, são os mais presentes no cotidiano de Marudá. Quanto ao índice de portadores do vírus HIV, no ano de 2006 foi realizada uma coleta de sangue em trezentas pessoas para proceder o referido exame. Foram detectados dez casos na região. Estão inclusas nesse total, mulheres grávidas, cujo número detectado soma dois casos. O médico entrevistado chama a atenção para o fato que há possibilidades dessa estatística ser maior em decorrência do número de coletas não corresponder à quantidade de pessoas residentes no local.

O mês onde ocorre maior atendimento médico é julho levado pela visita de turistas e comerciantes. No ano de 2007, os casos mais freqüentes foram gastroenterite, causada por viroses, intoxicação resultante da ingestão de água não tratada no local e a hepatite. A deficiência respiratória foi a causa do atendimento freqüente nas crianças em julho/2007.

O quadro de funcionários da USF fora o mês de julho e feriados conta com um médico clínico geral e um dentista que atendem de segunda a quinta-feira; uma enfermeira presente no local de segunda à sexta-feira, e quatro técnicos de enfermagem que dão apoio ao atendimento com curativos e aplicação de injeções.

Existem duas escolas em Marudá. A Escola Municipal de Ensino Fundamental “Tereza Braga Teixeira”, que hoje atende turmas de 5ª a 8ª séries em três turnos, com um total de trezentos e sessenta alunos matriculados no ano de 2007. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) funciona apenas no período noturno com 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas, com um total de cento e um alunos que efetivaram sua matrícula, com idades variadas.

O número de discentes especiais³⁰ é de dezesseis distribuídos em várias séries e turmas sem distinção alguma. Segundo a secretária da escola, o atendimento não diferenciado se dá pela ausência de profissional capacitado para essa especialidade.

Funciona também no local a Escola “Eliofar Alves da Costa”, que atende alunos da alfabetização ao Ensino Fundamental. Esta escola possui três turmas de alfabetização, sendo duas com vinte e cinco alunos e outra com dez, no ano de 2007. Atende ainda seis turmas de 1ª série, totalizando cento e trinta e quatro alunos nessa série, nos três turnos. Existem quatro turmas de 2ª série com noventa e quatro alunos, de 3ª série com noventa e oito, e a 4ª série com noventa e dois alunos respectivamente, nos três turnos. As duas turmas do EJA possuem juntas vinte e nove alunas.

Tanto a escola “Tereza Braga” quanto a “Eliofar, buscam suprir as necessidades básicas do local no que diz respeito ao ensino fundamental que é complementado na sede municipal Marapanim, quando esse processo não é interrompido por variados fatores, como o auxílio de alguns alunos ao desenvolvimento das atividades que envolvem a família e a pesca segundo as diretoras e alguns professores duas escolas em uma conversa informal.

Em relação à educação voltada para o nível superior, Marudá viveu em 2004 a experiência de ter instalado temporariamente na escola “Eliofar”, a Universidade Vale do Acaraú (UVA), que atendeu aproximadamente, quarenta alunos oriundos de várias localidades, como Vista Alegre, Câmara, Marapanim, dentre outros, com o curso de Pedagogia. Apenas trinta alunos finalizaram essa jornada, os demais desistiram por dificuldades financeiras e de deslocamento quando o funcionamento do curso de Pedagogia passou a ser na sede, Marapanim.

A UFPA, através do campus de Castanhal, instalou dois cursos de nível superior em Marapanim, o de Pedagogia e Matemática em parceria com a prefeitura municipal. A maior parte dos alunos ali matriculados eram oriundos de Marapanim e um pequeno número, aproximadamente seis, residiam em Marudá que cursavam Pedagogia.

No domínio da religiosidade, percebo que Marudá apresenta diversidades no que se refere às concepções religiosas, indo do catolicismo, passando pelo protestantismo,

³⁰ São alunos com necessidades especiais, tais como baixa visão, síndrome de Dow, surdos, mudos e deficientes físicos.

até a umbanda. Por isso utilizarei o termo religiosidade por ter o mesmo entendimento de Furtado (1987) em ser este o melhor caminho para explicar essa pluralidade religiosa.

A foto 4 mostra a Igreja de São Pedro que foi a primeira de Marudá e está localizada no bairro do *Sossego*. São Pedro, padroeiro dos pescadores, teve sua igreja construída em Marudá através de um mutirão que agregava pessoas do bairro do *Sossego e do Alegre*. Esse mutirão estava sob o comando de D. Arlete, moradora há mais de quarenta anos do local. Juntamente a essa igreja foi construído um barracão que deu origem ao oratório dessa igreja com trabalhos sociais que culminaram posteriormente com a criação do Centro Comunitário de Marudá, presidido por D. Arlete por aproximadamente quinze anos.

Vale ressaltar que o papel de Dona Arlete na Vila de Marudá tornou-se uma referencia no local devido seu empenho na melhoria da qualidade de vida dos moradores de Marudá década de 1970, materializado pelas buscas de financiamentos e projetos sociais via LBA e outras instituições. Isso lhe conferiu e lhe confere autoridade quando instituições, seja governamental ou não governamental procuravam ou procuram injetar investimentos na Vila onde o auxilio dessa líder local é acionado de imediato.

É curioso notar que a experiência de dona Arlete com projetos sociais a tornou popular em Marudá e em várias localidades do município de Marapanim. Isso lhe rendeu convites políticos mas, no entanto sua negativa em disputar a cadeira de vereadora municipal sempre foi algo presente. Segundo uma conversa informal, ela não concorda com o contexto político local pois “*é cheio de confusão e pouco benefício traz pata a comunidade*”. Mas isso não foi o suficiente para que ela colecionasse também inimigos políticos e comentários negativos sobre sua conduta durante a presidência do Centro Comunitário de Marudá.



Foto 4: Igreja de São Pedro, a mais antiga no bairro do sossego em Marudá. (Foto: Petrônio Potiguar/Julho/07)



Foto 5: Igreja de Nossa Senhora das Graças, bairro do Alegre em Marudá. (Foto: Petrônio Potiguar/Julho/07)

Conforme imagens 5, outra Igreja é a de Nossa Senhora das Graças, padroeira da Marudá localiza no *Alegre*. No mesmo bairro, os fiéis do catolicismo contam com a Igreja São Benedito, que aparece na foto 6. A mais recente é a igreja de Nossa Senhora Maria Auxiliadora, no bairro do *Sossego*.



Foto 6: Igreja de São Benedito, bairro do Alegre em Marudá. (Foto: Petrônio Potiguar/Julho/07)

Além das igrejas representantes do catolicismo, encontram-se outras alternativas religiosas que se destacam em Marudá, a exemplo da Igreja da Paz, no bairro do *Sossego*, uma Assembléia de Deus na *Caixa D'água* e um templo denominado de Santuário Evangélico, demonstrado na foto 7.



Foto 7: Santuário Evangélico, Bairro do Alegre em Marudá. (Foto:Petrônio Potiguar/Julho/07)

Somando as práticas religiosas do catolicismo e protestantismo, é possível encontrar manifestações de sincretismo e de “*bruxarias*”, a exemplo de uma moradora do bairro do “*Sossego*” que, no momento de dores físicas e dependendo da enfermidade, “*puxa*” e reza sobre ombros, braços, pernas do enfermo e, garantem os

informantes, cura em dois dias as dores sentidas. Esta manifestação foi acompanhada por mim no momento da pesquisa de campo, quando acometido de uma tendinite, fui orientado a procurar a tal “*bruxa*” para ter a cura de minhas dores.

A família da referida “*bruxa*” está envolta em mistérios. Em particular chama atenção as histórias que envolvem a vida de seu marido, um velho pescador que segundo depoimentos, se transforma em porco em noites de lua cheia, “*mas isso é conversa, acho que é até mentira*”, garante uma informante.

O fato acima me remeteu à leitura de Galvão (1976) na obra “Santos e Visagens” particularmente a passagem sobre o negro Frederico. Segundo relatos feitos a Galvão, Frederico se transformava em porco e atacava os transeuntes em Itá. Após estratégias montadas para sua prisão, no momento em que se preparava para atacar nas ruas da cidade de Itá, o suíno foi espancado por soldados e levado para a delegacia local. Na manhã seguinte, curiosos, os soldados se dirigiram à cela do prisioneiro para ver o porco aprisionado, e lá estava Frederico, completamente nu e ferido, constatando, segundo os depoimentos dados à Galvão, a veracidade dos relatos no local.

Nota-se assim que os bichos visagens ainda habitam o imaginário de populações que vivem na Amazônia, sendo importante para entendermos a lógica que permeia os produtores rurais nessa região, considerando inclusive os pescadores e a vila de Marudá.

Não escaparam aos comentários feitos durante a pesquisa acontecimentos envolvendo a “*macumba*”, isto é, práticas de sincretismo que para alguns moradores “*são coisas fora de Deus e que só trazem o mal pros outros*”. Isso é reforçado quando uma esposa de pescador relata que seu marido, doente há mais de cinco anos, foi alvo de alguém mal intencionado e que tal situação “*é coisa feita por gente macumbeira e invejosa*”³¹

Acompanhando a exposição sobre o imaginário local, nas quais crenças e promessas são percebidas e vivem lado a lado com o profano que se materializa nas festividades, o que, segundo Galvão (1976), são características dos que na Amazônia vivem e incluindo aqui, o contexto marudaense (FURTADO:1987:160).

³¹ Esse pescador já esteve várias vezes em Belém e o diagnóstico dado pelos médicos dizem que ele é portador de uma tuberculose crônica causado pelo constante consumo de cigarro.

As festividades religiosas fazem parte da rotina do lazer local. Chamam atenção a festa de São Benedito, em Janeiro, de São Pedro, o padroeiro dos pescadores, em 29 de junho e o Círio de Nossas Senhora das Graças no mês de novembro.

No círio de Nossa Senhora das Graças, segundo o ex-responsável pela organização da festividade, hoje falecido, havia uma competição entre os moradores dos bairros do *Alegre* e *Sossego* na disputa entre os grupos para ver quem melhor vestia a santa em sua peregrinação pelas casas em Marudá, antes da festa do círio.

Na festa de São Pedro há uma grande comemoração no local. Entre outras atividades, ocorre a saída da imagem do santo do porto do bairro *Sossego* até o *Alegre*. A festividade dura aproximadamente três dias, quando comidas e bebidas são servidas nas casas dos pescadores e vendidas no barracão da Igreja de São Pedro.

Relativo a manifestações culturais do local, notei pouco interesse dos jovens pelo ritmo do carimbó, o que parece ser resultante de uma inserção constante de músicas e costumes vividos fora de Marudá, a exemplo das músicas de aparelhagens³². Isso foi reforçado quando procurei saber sobre os grupos de carimbó existentes na localidade. Há um grupo de dança que esporadicamente se apresenta em Marudá e em outras regiões, que é o “Grupo Carimbó da Terceira Idade” do Centro Comunitário local. Outra informação diz respeito ao “Beija Flor Mirim”, grupo de dança formado por crianças e adolescentes que às vezes se apresenta em Belém e em festivais pelo interior do Pará, quando dispõe de recursos financeiros para tal.

Além das festividades religiosas que compõem o processo de ludicidade dos moradores em Marudá, interessou-me saber quais as atividades de lazer e como se deu a formação de times de futebol.

Através de um jogador de futebol que mora em Castanhal e é filho de um pescador, foi possível obter informações sobre os clubes de futebol existentes em Marudá, oficiais ou não, isto é, os registrados na Liga Paraense de Futebol (LPF) e os criados eventualmente.

Somente o “Marudá Sport Clube” é inscrito na LPF e representa a localidade em torneios externos. Os demais existem informalmente, participando de torneios que

³² Aparelhagens de som com alto poder sonoro e tecnologia avançada, que anima as festas nos períodos de veraneio e difundem as músicas como o tecnobrega, melody.

ocorrem em Marudá nas férias e feriados. A lista é formada pelos times Milan Futebol Clube, Juventude Sport Clube, Poeirão Futebol Clube, Atlético Marudaense, Vênus Futebol Clube, cuja bandeira se divide nas cores verde e laranja como pode ser visto na imagem 8, Os lagartos Futebol Clube, com bandeira de representação conforme foto 9; Pé-de-Moleque, Veteranos Futebol Clube, Mansão Macabra Futebol Clube, Sem Terra Futebol Clube, Cara-de-osso Futebol Clube e São Paulo Futebol Clube. Todos os times de futebol participam de torneios internos e externos a localidade.



Foto 8: Bandeira do Vênus Esporte Clube de Marudá.
(Foto: Petrônio Potiguar/Julho/07)



Foto 9: Bandeira do "Lagartos Voadores de Marudá"
(Foto: Petrônio Potiguar/Julho/07)

Quando assisti a algumas partidas de futebol nos finais da tarde, notei ocasiões em que um indivíduo jogava em dois e em até três times. Em várias partidas que assisti, o "Poeirão" Esporte Clube foi campeão foi o que obteve mais vitórias, sendo o campeão do torneio interno realizado em julho de 2007.

2.3 - A PESCA E A PRODUÇÃO FAMILIAR EM MARUDÁ

Apesar de ter a consciência de que a produção pesqueira é quase exclusiva em Marudá, deve-se lançar o olhar para outras atividades desempenhadas pelos pescadores da região e verificar como o grupo familiar é acionado seja no mar e na terra.

Para a reprodução de maioria dos moradores do local, destaca-se a atividade pesqueira direcionada para a venda e o consumo. Já os crustáceos e moluscos são coletados em pequena escala servindo como complemento alimentar das famílias. Nessas ações percebe-se que é acionada a produção familiar com intuito de diminuir os gastos e, principalmente, por ser uma alternativa para amenizar as dificuldades no dia-a-dia.

A atividade pesqueira tende a ser variada, dentre elas a pesca de rede, demonstrada na foto 12 e de barco, que é desenvolvida na beira e alto mar. A pesca de montaria é feita por poucos proprietários ou por marreteiros. Esses últimos, através de um contrato informal com pescadores, geralmente seus devedores, embarcam os pescadores com uma equipe de pesca para alto mar, dando possibilidade do pescador de sanar parte de sua dívida. A foto 11 demonstra a chegada de uma tripulação de pesca pertencente a um marreteiro

A pesca de curral vem enfrentando sérios problemas causados pelas proibições feitas aos pescadores, através da prefeitura de Marapanim, no sentido de não “armarem” estas técnicas de pesca frente a praia. Segundo os curralistas no local, no entendimento dos responsáveis por esse tipo de fiscalização, os currais, sob o ponto de vista estético, não são compatíveis com a orla construída no local, cujo objetivo era embelezar atrair turistas para Marudá. Na foto 10 a imagem dessa técnica.



Foto 10: Curral de pesca em Marudá/Bairro do Alegre. (Foto: Petrônio Potiguar/Julho/07)



Foto 11: Chegada de pesca em barco no Porto do Bairro do sossego (Foto: Petrônio Potiguar/Julho/07)



Foto 12: Saída para a pesca de rede em Marudá. (Foto: Petrônio Potiguar/Janeiro/07)

Outra ferramenta de uso diário é a tarrafa, uma tecnologia que é levada por pescadores em uma canoa para o desenvolvimento de pesca a poucos metros da beira mar.

A pesca de linha é desenvolvida às proximidades da praia, a chamada “*pesca de beira*”. Na pesquisa de campo observei que esse tipo de técnica é mais usual entre as crianças e os adolescentes mas que em tempos de escassez, é de grande ajuda para alimentação no seio familiar.

O espinhel, um tipo de linha de pesca, é uma ferramenta que permite ao pescador desenvolver a “pesca de fora”. Para realizá-la é necessária uma corda para a extensão do aparelho, bóias ou flutuantes, que permitem a visualização da peça em ação, cordas de bóia que atam a bóia e a linha mestra, pedras ou poitas, peso para manter o espinhel firme e apresar o peixe e anzóis presos sequencialmente a tal linha, peça principal do aparelho por apreender o peixe à canoa (FURTADO E NASCIMENTO: 1982).

Na pesca em Marudá é possível encontrar vários tipos de relações características das áreas de pesca, desde a reciprocidade aos moldes de Mauss (1974) à relação desigual na atividade da pesca. A primeira diz respeito ao processo de ajuda mútua no momento das dificuldades. Isso foi presenciado por mim quando um pescador, de volta da pescaria em alto mar, teve sua rede de pesca danificada. No dia seguinte, conforme a foto 13, companheiros de pesca se reuniram para proceder o conserto da rede em um espaço de tempo menor, objetivando a garantia da ida desse pescador na próxima empreitada pesqueira.



Foto 13: Momento de conserto de rede de pesca Marudá. (Foto:Petrônio Potiguar/Julho/07)

Durante o conserto da rede, em uma conversa informal com um dos pescadores, foi-me confidenciado que o ato da ajuda mútua é freqüente em Marudá, desde que o pescador seja *considerado* e apresente uma boa conduta na pesca. Isso, segundo o informante, é testado quando outros pescadores passam por problemas similares ao relatado acima, cuja postura de quem recebeu ajuda anterior é observada. Para o pescador “*é obrigação todos nós ajudar o companheiro que precisa, principalmente se já recebemo ajuda em algum momento né!*”. Percebe-se que a teoria da reciprocidade de Maus é bem visível nesse contexto, já que no depoimento do pescador a obrigação da retribuição da ajuda dada deve ser recebida, como aconteceu no caso relatado.

Quando falo da relação desigual no momento do desenvolvimento da atividade pesqueira, reporto-me ao contrato informal entre marreteiro e o pescador no local. Isso se dá por conta de os pescadores artesanais não possuírem condições financeiras para adquirir os meios de produção necessários para a atividade pesqueira, recorrendo, na maioria das vezes, ao aviamento, uma modalidade de crédito tradicional.

Segundo alguns pescadores, entre os vários produtos que estão inseridos neste tipo de aviamento estão o rancho (açúcar, arroz, farinha, feijão, óleo, cachaça, dentre outros produtos) da qual uma parte é levada para a pesca e a outra é deixada na casa para suprir as necessidades básicas da família. Além disso, se for necessária a pesca em alto mar, a compra de óleo, gelo, dentre outros produtos, é acionada pelo marreteiro através de *adiantamento* em dinheiro ou com os próprio produtos que são comprados pelo aviador.

Conforme presenciado no local e na seqüência das imagens na foto 14, inicia-se assim uma relação de dependência dada pela dívida contraída do pescador com o marreteiro. Quando volta da pesca, a maior parte da produção desse pescador é entregue para o marreteiro que vende o produto para o mercado externo, ficando com o maior lucro da produção.



Foto 14: Seqüência de imagens demonstrando a chegada da pesca em alto mar até o momento da entrega do peixe para o marreteiro local/ Marudá. (Foto: Petrónio Potiguar/Julho/07)

Mesmo sanando parte de sua dívida, o pescador fica ligado ao financiador por um compromisso moral, que o obriga a ter uma relação duradoura, já que quase sempre o pescador, em situação financeira desfavorável, recorre novamente ao marreteiro que lhe financiou no passado. Este contexto é recorrente na vila de Marudá (FURTADO E NASCIMENTO:1982; SILVEIRA:1979).

Além da pesca, outros produtos são retirados do mar, como os crustáceos e os moluscos, capturados com tecnologias simples, em alguns casos, com instrumentos reaproveitados de peças inutilizadas como ganchos de ferros, luvas elaboradas a partir de restos de pano para a captura do caranguejo, que é depositado em um paneiro. Esse tipo de coleta não é presente em Marudá. Na atualidade essa ausência se dá pela degradação que vem sofrendo o mangue ao longo dos anos.

Fazem parte da produção dos pescadores do local outros produtos que não são oriundos diretamente da pesca de rede, de curral, linhas, anzóis, montarias e barcos, mas sim da extração destes através de outras tecnologias com as que são utilizadas para a captura do camarão (*Litopenaues brasiliensis*), o puçá.

Outro produto consumido pelas famílias dos pescadores e demais freqüentadores da vila de Marudá é o siri (*Calinectes App*), não comercializado em grande quantidade, mas vendido aos turistas e, às vezes, aos donos de pequenos restaurantes local.

Mas nem só do mar vive o pescador e sua família em Marudá. Apesar de a região não ser direcionada para o plantio e a roça, essas atividades são realizadas por alguns pescadores em áreas distantes de sua moradia. Eles utilizam terrenos pertencentes a genros, filhas ou filhos, que em geral, residem nas localidades de Câmara, Bacuriteu, Porto Alegre e Recreio. Logo, nota-se que o sistema de produção familiar do pescador é feito no mar e também na terra.

Na atividade agrícola destaca-se o plantio de alguns produtos, principalmente da mandioca (*Manihot esculenta*, Crantz.) para o fabrico de farinha, obrigatória na dieta alimentar para acompanhar o peixe cozido, frito ou simplesmente em um “*avuado*”³³.

Um dos informantes, morador do bairro do *Sossego*, destaca que lança mão da plantação na localidade de Câmara. Nesse caso, o plantio até a colheita da mandioca envolve a relação de parentesco e compadrio. A mulher merece destaque. Essa, além de mãe e educadora, também “*pega no cabo da enxada*” para auxiliar o marido nesta empreitada. Após a plantação e a colheita, vem a “*torragem*” da farinha que conta com a ‘*parceria*’ de um vizinho que “*empresta*” sua casa de farinha para viabilizar a tal produção. Por esse auxílio, o vizinho recebe uma lata do referido produto além de estabelecer um laço de reciprocidades aos moldes de Mauss (1974).

Segundo relato de outro pescador, morador do bairro do *Alegre*, a produção familiar se direciona para a plantação de banana (*Musa*, Lp.), feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) e melancia (*Citrullus vulgaris* Schar). Essa produção é desenvolvida no *Recreio*, distante de sua residência aproximadamente um quilômetro. Plantando banana, feijão e melancia há mais de cinco anos, esse pescador conta com a parceria de seu genro e da filha, desde o processo da plantação até a colheita. A produção em geral é para o consumo próprio e para algumas vendas esporádicas.

Frutas como o caju (*Anacardium occidentale*, L.), não são cultivadas pelos pescadores. No entanto, são coletadas por essas famílias nas vizinhanças, nos meses de janeiro e fevereiro, quando são aproveitadas para o preparo de sucos e doces. Fora isto, o ajirú (*Cryobalanus icaco* L.), um tipo de fruta que se reproduz próximo do mangue,

³³ O *avuado* é um ritual que ocorre na chegada dos pescadores de suas pescarias. Neste momento o peixe é preparado e levado direto ao fogo – construído eventualmente -para ser frito e posteriormente degustado, regado a cachaça.

serve como alternativa que, vez ou outra, “*servia para enganar o estômago na hora da fome*³⁴”.

As mulheres produzem junto a seus maridos o carvão em *caieiras*, como pode ser observado na foto 15. A caieira é um buraco feito ao chão onde são depositados restos de madeira, coberto com folhas de bananeira e areia para a produção de carvão. O seu preparo dura em média três dias para ser finalizado e em seguida é retirado para o consumo doméstico e vendas esporádicas.



Foto 15: Momento da retirada de carvão da caieira em Marudá.
(Foto: Petrônio Potiguar/Julho/07)

Outra alternativa de renda, que é desenvolvida por algumas esposas de pescadores na área externa da casa, é o “grude” para venda posterior. A grude, similar a uma geléia, é retirado da barriga do peixe e colocado para secar em uma giral que seca por três dias, quando então, é vendida para a produção de cola plástica. Poucas ações são percebidas para essa produção.

Em hortas levantadas próxima às casas, as esposas dos pescadores cultivam cebolinha (*Allium fistulosum*) chicória (*Cichorium endiva L.*), pimentão (*Capsicum annuum L.*), maxixe (*Cucumis anguria*) e tomate (*Lycopersicon esculentum*), utilizados como temperos dos alimentos diários. Além disso, há a criação de aves e porcos que são um substituto na dieta alimentar da família na ausência do peixe.

³⁴ Segundo o relato da esposa de um pescador e observações em campo, o mangue está sendo devastado na região por diversos motivos, desde a construção de casa de turistas e pescadores sobre esse meio até a inauguração da orla de Marudá, que atingiu parte desse meio ambiente.

Os filhos, na fase adolescente para adulta, vez ou outra, assumem o lugar do pai no auxílio das atividades da pesca e outras, inclusive no turismo. Quando a mãe está ausente, as adolescentes cuidam das crianças e desenvolvem atividades mais “*leves*” ligadas à casa, como cuidar dos irmãos menores, lavar louça e roupa e tratar da horta, caso a família possua uma. Os meninos, segundo alguns pescadores, desempenham serviços mais “*pesados*”, como o de auxiliares de carpinteiro, pedreiro e as vezes, a pesca.

As atividades “*pesadas*”, tendo como referência a pesca e a roça, são aquelas que exigem maior esforço físico e as “*leves*” são o inverso, além de oferecerem menos perigo. Notamos que desde a tenra idade a divisão sexual do trabalho é clara, estando o espaço privado ligado à tarefa das mulheres e o espaço público ligado aos homens (FURTADO & NASCIMENTO:1982; MOTTA-MAUÉS:1993; MENASCHE:2004).

Assim, se lançarmos um olhar atento, observamos um elo entre as características dos pescadores e as dos agricultores, cuja produção é voltada exclusivamente para a terra. As práticas desenvolvidas pelos pescadores artesanais, em algumas regiões no Pará, lhes dá livre acesso aos recursos aquáticos para efetivarem suas atividades de pesca nas “*águas de trabalho*”³⁵. Aqui a composição do parentesco é uma das estratégias para produção familiar pesqueira somada a outras complementares como a agricultura e a coleta, dando-lhe características de campesinidade (BIORN:1997; LEITÃO E MANESCHY:1996).

Em Marudá a polivalência do pescador discutido por Furtado (1987) se dá, apesar da exclusividade pesqueira, quando eles mesclam a pesca com outras ocupações, como uma agricultura incipiente somada às atividades de carpinteiro, pedreiro, caseiro, sendo a família acionada para execução dessas tarefas. Porém, é importante ressaltar a posição das atividades do pescador e sua família quando nos referimos ao tempo.

As atividades do pescador na terra têm um tempo cronometrado para início e fim, dependendo do “*contrato*” fechado com o marreteiro, seu “*patrão*”. Mas na pesca de rede ou de curral, o tempo, neste caso, não é o cronológico, e sim o natural, levando

³⁵ Quem discute sobre a “Água de Trabalho” é Biorn (1997), quando compara a relação terra-trabalho e água e trabalho e faz o seguinte comentário: “Entretanto especialistas que conhecem a região e a população ribeirinha do interior do Amazonas sabem que o estado não só tem uma questão da terra, mas também uma questão das águas. Os que moram nas beiras dos rios do interior amazonense dependem tanto da terra de trabalho (para agricultura de subsistência) quanto do acesso às águas de trabalho...” (p. 33)

em conta que a saída da tripulação para o alto mar ou a montagem e despesca do curral dependem exclusivamente do tempo natural, ou seja, da cheia e da vazante da maré (NASCIMENTO:1993).

2.4. – A INTERFERÊNCIA DO TURISMO EM MARUDÁ

A Vila de Marudá, estruturalmente, tem experimentado mudanças, em particular a orla da praia local seguindo o modelo turístico preconizado pelas políticas públicas. Isso permitiu o crescimento de pousadas, pequenos hotéis, bares e restaurantes.

No mês de julho, a movimentação de pessoas no local ocorre por diversos motivos. O primeiro se dá pela grande circulação da população flutuante que ocorre a partir da quinta-feira, quando as programações das férias se intensificam. Isso exige que o comércio marudaense se prepare, pois além do número de pessoas que ficam em Marudá, outras atravessam para a ilha de Algodual, no Município de Maracanã, mas geralmente fazem compras na vila antes da travessia, o que se dá a partir do porto localizado no bairro do *Alegre* e que leva aproximadamente quarenta minutos de barco saindo de Marudá.

O terminal rodoviário durante o mês de julho, tem um movimento dinâmico que se intensifica nos fim de semana. É bom registrar que o transporte regular de entrada e saída de Marudá não atende a demanda num período movimentado como julho. Assim, as vans e micro-ônibus são alternativas para grande parte dos frequentadores de Marudá.

O cotidiano das pessoas que trabalham nas férias de julho em Marudá, incluindo os comerciantes de Belém, Castanhal e outras regiões, inicia às sete horas da manhã. Dependendo do tipo de comércio, restaurantes ou bares, ocorre rodízio de pessoas para atender a demanda turística local. O comerciante, seja ele de Marudá e de outras regiões, pagam aproximadamente trezentos reais ao Conselho Distrital de Marudá (CDM), para ter suas barracas próximas à praia³⁶. Ainda no início da manhã, é possível verificar algumas pessoas “*amanhecidas*”³⁷ e outras fazendo caminhadas pela orla e

³⁶ Esse dado foi fornecido por um ex-funcionário do Conselho Distrital de Marudá

³⁷ Pessoas que passam a noite nas festa e bares até o amanhecer do outro dia.

outras em barracas que vendem café, pão, queijos e outros produtos que compõem o café da manhã.

Os que tomam café da manhã em suas residências, aproximadamente às nove horas, se dirigem para a praia dando início à diversão que dura o dia todo. A movimentação se intensifica a partir das onze horas quando a praia fica lotada, conforme pode ser observado nas fotos 16 e 17. Essa dinâmica perdura até às dezoito horas. Antes disso, a orla fica repleta de carros com placas de diversas localidades, como Belém e Castanhal.

Em julho, o movimento diário de pessoas em Marudá e na orla é constante. De segunda a quarta, entre dezessete e vinte horas, a presença de senhoras e senhores e crianças é predominante. Após as vinte e uma horas, nota-se a frequência de adolescentes e jovens, momento em que a *confusão* de sons dos carros reúne “tribos” com gostos diferenciados.



Foto 16: Momento de pique, a praia lotada em Marudá. (Foto: Petrônio Potiguar/Julho/07)



Foto 17: Ônibus e carros que se deslocam aos domingos para Praia de Marudá. (Foto: Petrônio Potiguar/Julho/07)

O aumento dessa movimentação é possível ser percebida quando a maioria dos visitantes em Marudá chega na sexta-feira e retorna no domingo. Isso foi observado quando fiquei no pátio da casa na qual estava hospedado, na “Caixa D`água”, que é a principal saída de Marudá em direção a Marapanim, Castanhal, Belém e outras cidades.

Todas as segundas-feiras do mês de julho, adotei a rotina de caminhar para perceber como a praia era deixada pela população turística do fim de semana. A praia amanhecia suja. A coleta de lixo foi percebida somente no terceiro final de semana de julho, quando um trabalho de educação ambiental realizado por alguns funcionários da

prefeitura de Marapanim que objetivava orientar os turistas a conservarem os locais freqüentados limpos.

O som elevado das músicas do “Marubar”, local onde os jovens de Marudá se concentram aos domingos para tomar cerveja e conversar até as vinte e três horas, fora das férias e feriados, foi constante. Em julho e nos feriados, a diversão não tem hora para encerrar a partir de quinta-feira, como pude ver e ouvir nas conturbadas tentativas de dormir na noite marudaense.

Em virtude das variadas atividades nesse período e ao longo dos anos, não dormir sossegadamente é sentido por alguns informantes dessa pesquisa que se instalam próximo à praia. Reforçando esses comentários, presenciei o noticiário das rádios “Publicidade” e “a Nativa” divulgando a programação para as férias. Para o dia 11 de julho de 2007, por exemplo a programação seria intensa, pois o “Príncipe Negro” estaria no local. Continuando a divulgação nos dias seguintes, foram anunciados “O Nova Dimensão”, foto 18, “O poderoso Rubi”, “O Brasilândia” e “O Guerreiro Tupinambá” na foto 19, ou seja, as aparelhagem que estão constantemente nas atividades de verão no Pará nos últimos cinco anos.



Foto 18: A aparelhagem 1: Nova Dimensão. Tocou em Marudá (Foto: Petrônio Potiguar/Julho/07)



Foto 19: Aparelhagem 2 “Guerreiro Tupinambá. Programado para tocar em Marudá dia 1 de agosto/07/ (Foto: Petrônio Potiguar/Julho/07)

Em julho em Marudá, os serviços prestados incluem a delegacia móvel, além da 4º. DPC, fato que chamou minha atenção pela ação da Polícia Militar na fiscalização de bolsas dos vendedores ambulantes. Segundo um ex-aluno meu que cursava Pedagogia

na UFPA -Castanhal, a revista se deu por ter ocorrido prisão de algumas pessoas portando drogas no ano de 2006, num indicativo de que o tráfico de drogas não é novidade em Marudá.

Para realizar a fiscalização e oferecer segurança no mês de julho, o destacamento da 4º. DPC é de cinquenta militares, vinte cinco na primeira quinzena e o restante na segunda. O atendimento é intenso, destacando arrastões na praia, brigas generalizadas, assaltos à mão-armada, roubo a ônibus e vans, tráfico de drogas principalmente de cocaína e de maconha.

A ambulância para resgate de feridos e doentes está a todo o momento presente na orla. Em Marudá, o atendimento hospitalar depende da urgência e os horários seguem um padrão segundo na qual médicos e enfermeiros ficam de sobreaviso para as eventualidades.

Durante a estada na orla, meu olhar não deixou escapar alguns detalhes. Por exemplo, a presença dos filhos de pescadores que freqüentam os eventos das férias de julho absorvendo padrões de comportamentos que pouco tem a ver com a realidade por eles vivida em seu dia-a-dia. Dentre outras formas, isso foi notado nas danças e gostos musicais do jovem marudaense. As aparelhagens com o tecnobrega, o melody, reage e o funk dominam o ambiente e conquistam esses jovens, o que parece aborrecer os pescadores mais antigos de Marudá, conforme o relato abaixo:

“Chega mês de julho, os meninos não querem trabalhar. Só querem veranejar. Bebem, brincam. São irresponsáveis. A pesca? não querem saber!. Ganham um dinheirinho aqui, acolá com alguns servicinhos e pronto. É isso aí, essa confusão toda. Nós só ficamos olhando, e quando ganhamos um dinheirinho, é recebendo as pessoas aqui. Mas a pesca eu tenho que fazer que é meu pão de cada dia. Hoje mesmo vou pro Marajó pescar. (Pm.Pescador de Marudá/Pesquisa de Campo/julho/07)

A insatisfação demonstrada se refere ao comportamento frente ao trabalho e sua forma de produção econômica, ainda que isso possa ser tido como preocupação com as mudanças sociais.

O elevado número de vendedores de Belém e outras regiões que comercializam produtos em Marudá, dão a tônica do movimento turístico no local. São barracas com sorvete, frango assado, churrasquinho, venda de bugigangas, CD's piratas, roupas e

outros produtos ao longo da praia onde “*essas pessoas de fora*” tentam obter lucros via o turismo local como pode ser visto na foto 22. Marudá também atrai vendedores de fora do Estado do Pará, como o comerciante de rede da cidade de Fortaleza, no Ceará, e outros que fazem parte de uma pequena feira montada ao lado do terminal rodoviário, oriundos de Caruaru e Recife, em Pernambuco.



Foto 20: Vendedor de Porto Algre, localidade próximo a Marudá comercializando caranguejo em Marudá. (Foto: Petrónio Potiguar/Julho/07)



Foto 21: Vendedor de Belém comercializando brincos, colares e pulseiras artesanais em Marudá. (Foto: Petrónio Potiguar/Julho/07)

Quanto aos moradores da região noto que, quando não estão na atividade de pesca e comercial, estão empenhados na construção e “*ajeitamento*”³⁸ das casas de turistas, que são as atividades mais procuradas nesse período.

Um outro aspecto do turismo é destacado na fala de alguns moradores locais. Para alguns, o impacto ao meio ambiente foi o principal motivo da destruição do manguezal.

Uma moradora do lugar relata que a construção da orla na praia aumentou a violência local por conta de roubos e do número de jovens bêbados e viciados em drogas. Para ela, esta proposição turística traz somente a desorganização interna por inserir valores não compartilhados pela população local, o que por si só traz malefícios que estão presentes na região³⁹

³⁸ Os homens se direcionam para capina, pintura de casa e pequenos consertos. Quando não são encarregados de trazer peixe aos turistas. As mulheres geralmente aproveitam o momento para a lavagem de roupas e desenvolver atividade de cozinha.

³⁹ Essa informante desenvolve informalmente atividades de ecoturismo e hospeda pessoas em sua casa e realiza viagens de barco a várias localidades de Marudá.

O depoimento acima é reforçado por um comerciante local que possui um investimento no Hotel Esplanada, destaque turístico na região. O comerciante faz a avaliação dos dois lados da moeda relativos à vinda do “*progresso*” turístico. Primeiro, ele ressalta avanço econômico para alguns comerciantes no local, mas, por outro lado, o turismo trouxe, a reboque, os males que presenciamos na vida urbana como crescimento da violência no local. Para reforçar seu posicionamento, o comerciante relatou um assalto ocorrido em uma van oriunda de Marapanim. Essa foi abordada por dois indivíduos que adentraram no veículo e renderam motoristas e passageiros levando-os para outra localidade, Vista Alegre. Lá dois comparsas da quadrilha aguardavam e procederam com a “*limpeza*” dos passageiros. Feito o roubo de relógios, dinheiro etc, os assaltantes foram embora e abandonaram a van e os passageiros a 30 km de Marudá.

O comerciante acima mencionado destaca que o turismo desordenado, o descaso dos políticos e à presença de pessoas estranhas no local, acentuaram a falta de segurança que a vila pesqueira enfrenta na atualidade.

Chegando o fim do mesmo de julho, as pessoas se retiram do local em decorrência do “*fim do dinheiro*” e retornam às cidades das quais vieram. A vizinhança local onde eu estava instalado já se retirava de Marudá dando início a um processo de calmaria que anuncia a chegada do mês de agosto, quando o local volta à normalidade. Esse é o momento em que os comerciantes, donos de bares, restaurantes e lanchonetes fazem as contas (despesas, dívidas e lucros) e conferir o “*caderninho de fiado*” que é uma das estratégias de venda mais usadas nesse período, segundo um dono de restaurante.

Tendo como apoio teórico os estudos de Furtado (1987) e outros pesquisadores que por estas paragens estiveram, observei que Marudá está tendo o seu perfil pesqueiro redefinido, tanto na composição espacial como cultural. No que concerne ao espaço, isto pode ser visto quando lançamos o olhar para a expansão geográfica do local que conta com aproximadamente três bairros e quatro áreas de ocupação, com habitantes que pouco usufruem das políticas públicas de saneamento básico. Em relação à cultura, quando tomo como referência a manifestação local, que é a dança do carimbo, esta pouco é valorizada e sendo substituída por alternativas musicais como o reagge e tecnobrega que são tocadas exaustivamente pelas aparelhagens que realizam as festas.

Além disso, noto ainda que o turista traz novas modas e seduz os jovens, criando anseios que estão longe de sua condição financeira.

Venho percebendo que, além da negação do carimbó, muitos jovens não desejam trabalhar e pouco se interessam pelos saberes tradicionais de seus pais e avós. Esse fato, segundo informações obtidas nas entrevistas, tem provocado a saída de filhos de pescadores do local, que decidem migrar para outras cidades, principalmente para Belém, em busca de melhores perspectivas de vida. Não tendo sucesso nem destaque no campo de trabalho em consequência da falta de qualificação para determinadas atividades no meio urbano, estes, acabam morando em áreas de ocupação na capital paraense ou retornam para o seu local de origem (POTIGUAR JUNIOR:2000; MARINHO:1997)

Passados aproximadamente trinta anos dos estudos de Furtado (1987) e a realização de outras pesquisas na área, acredito não ser apressado dizer que Marudá pode ser considerado um lugar em transição, que sai de um perfil exclusivamente pesqueiro para um local turístico-pesqueiro, o que leva a vila e seus moradores a se adaptarem a novos valores, costumes e regras para sua sobrevivência, forçando a lógica do local a se inverter, já que as atenções, os movimentos e as atividades dos pescadores se diversificam para um atendimento direto ao turista freqüentador da praia de Marudá, em oposição aos anseios de parte dos moradores.

No contexto acima, percebo que a questão organizacional ganha corpo e se materializa na criação de associações, como a dos comerciários, dos lancheiros, dos ambulantes, todas visando principalmente o lucro econômico, sem a preocupação direta na fortificação da organização política. Isso parece demonstrar que essas associações vêm seguindo os mesmos caminhos da ABPM E AMAPEM, no que se refere à fraca participação política e baixo capital social.

2.5. CAMINHOS DO ASSOCIATIVISMO EM MARUDÁ

Para entender melhor a organização política em Marudá, que é um dos elementos importantes para atender os objetivos dessa dissertação, resalto que o local tem um histórico complexo relativo ao associativismo e várias tentativas organizativas de alguns grupos, como é o caso da ABPM.

Os pescadores contam com sua organização oficial na pesca, que é a Colônia de Pesca Z6, com sede em Marapanim, que até o final da década de 1980, tinha um representante em Marudá, o capataz, pessoa encarregada de desenvolver atividades de cunho burocrático para a colônia, como a cobrança do pagamento das mensalidades dos pescadores, além de divulgar as palestras e reuniões da entidade.

A relação dos dirigentes da Colônia de Pesca Z6 com os pescadores de Marudá é de constante conflito e afastamento. Existe conflito porque a colônia não atende, segundo os pescadores, suas demandas sociais. O afastamento decorre das ausências dos associados da Colônia Z6 e onde poucos são os que se inscrevem nela, e quando o fazem são em momentos de dificuldades e quando o tempo da aposentadoria se aproxima. Estes aspectos contribuem para o enfraquecimento organizacional dos pescadores na região.

Em Marudá existia uma Delegacia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com sede em Marapanim, onde algumas pessoas se cadastraram como lavradores pelo fato de estarem ligados ao cultivo do roçado em pequena escala em áreas arrendadas herdadas e distantes da vila em questão. Este fato se justificava devido Marapanim, como sede municipal, possuir duas áreas ecológicas distintas, a praiana e a de água doce, distinguindo as atividades de pesca e a agricultura nos sistemas de produção praticados.

As características da área praiana estão presentes em Marudá, com solos pobres e não propícios às atividades agrícolas, o que impede que pescadores desenvolvam estas atividades em grande escala (FURTADO: 1987). Hoje em dia não se houve falar dessa Delegacia, mesmo havendo algumas pessoas ligadas a esse tipo de produção.

Criado para a organização de atividades lúdicas, a Sociedade dos Amigos de Marudá (SAMAR) foi inaugurada por freqüentadores da vila com o intuito de organizar atividades em épocas de veraneio. Essa entidade não tinha a participação dos moradores do local mas nem por isso criou um fosso entre a população flutuante (turista) e os nativos (FURTADO:1987). O prédio da SAMAR funciona para atividades como cursos, palestras promovidos por escolas públicas e outras entidades e, no mês de julho é utilizado como abrigo para alguns turistas que para lá se dirigem mediante ao pagamento de uma taxa.

O “Grupo dos Veteranos”, segundo informantes, teve como objetivo reunir os pescadores mais antigos do lugar para discutirem sobre a pesca. Estes planejavam atividades lúdicas no Centro Comunitário, principalmente as que direcionavam para a festa de São Pedro, padroeiro dos pescadores.

Os Grupos de Mães surgiram sob a orientação da Igreja Católica e ainda existem no local. Outros grupos são presentes nessa vila de pescadores, como os de jovens ligados à Igreja Católica que de maneira geral são criados para o desenvolvimento de trabalhos litúrgicos e com objetivo de reunir jovens de Marudá na organização de eventos que possam sensibilizá-los quanto a questões políticas, econômicas e sociais, em particular problemas ligados ao uso de drogas. Ressalto que esses grupos possuem organizações alternativas fora do contexto católico cristão, como a Igreja da Paz, de orientação luterana, e as do protestantismo em suas várias ramificações, como a Adventista do Sétimo Dia.

O Centro Comunitário de Marudá (CCM) foi criado informalmente em 29 de junho de 1965 sob a presidência de Joana Gomes de Souza, conforme ata de fundação oficial datada de 29 de junho de 1969. Seu estatuto foi elaborado em 13 de setembro de 1979 sendo declarada de utilidade pública e sem fins lucrativos em 07 de abril de 1995 pela lei municipal número 1.413/95. Seu CGC/CNPJ é sob o número 04552519/0001-3. Seus objetivos estavam e estão ligados em propiciar benefícios para região, através de palestras, seminários e busca de alternativa de renda para famílias de pescadores.

Dentre os projetos desenvolvidos pelo Centro Comunitário, encontram-se os que ofereciam curso de artesanato direcionado para as esposas de pescadores e de qualidade de vida as pessoas da terceira idade por meio do “Projeto Sobreviver”. Esses projetos objetivavam oferecer alternativas de renda, melhoria da qualidade de vida e geração renda e emprego⁴⁰.

Os projetos sociais do CCM atendiam também os pescadores que se organizaram em um grupo denominado pela LBA de *grupo dos 8*, no bairro do *Sossego*, de onde surgiu a ABPM.

⁴⁰ Segundo Ofício 121/90 do Centro Comunitário de Marudá que buscava dar um perfil financeiro desse centro ao sr. Frederico Anibal Costa, Secretário Estadual da Fazenda de época, essa entidade começou a receber incentivos da LBA a partir de 1979, dez anos após sua criação.

Nos últimos anos o CCM passou por crises, sendo uma delas sua possível desativação pela prefeitura de Marapanim. Isto aconteceu em 2004 devido à falta de fundos para o desenvolvimento de outros projetos sociais somada a problemas políticos internos na região. Sua desativação é algo superado, mas as dificuldades financeiras continuam somadas às crises estruturais internas⁴¹.

Em Marudá existem organizações associativistas voltadas à produção de artesanato e de remédios caseiros, a exemplo do “Grupo “Erva Vida” e a Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá (AMAPEM). Seus objetivos estão pautados na melhoria de vida das esposas de pescadores por meio da produção e venda de seus produtos, além de qualificá-las com realizações de cursos, palestras e seminários para posteriores necessidades internas desses grupos e a busca de autonomia de seus participantes.

Mas ao longo dos anos, nota-se que conflitos foram instalados entre a AMAPEM e o “Erva Vida” levado, dentre outros fatores, por partes de seus integrantes serem discidentes da ABPM quando uma crise interna se instalou resultando na dispersão dessas ex-associadas da ABPM culminando posteriormente com a criação desses dois grupos. No caso desse último, os conflitos provocaram a saída, em 2003, de sua antiga coordenadora, fragilizando a dinâmica das atividades em curso. A inadimplência da primeira diante da SEFA é um dos principais problemas para a retomada de seu funcionamento.

A Associação dos Ambulantes de Marudá (AAM), foi criada em maio de 2007 por iniciativa, segundo pescadores, de um turista que frequenta assiduamente a região, sendo este eleito presidente da entidade. Os depoimentos sobre as ações do dirigente da AAM dizem que ela não está funcionando a contento de seus associados. Isto se dá pelo não cumprimento da promessa de seu dirigente, que estava garantindo que o espaço de venda de produtos de qualquer natureza na praia de Marudá durante o mês de julho, seria exclusivo dos que estavam ali associados e seria garantido por meio de uma portaria de proibição do prefeito de Marapanim. Isso não ocorreu e provocou uma reclamação geral dos associados à AAM pois já estavam se preparando para

⁴¹ Em diálogo com a ex-presidente do Centro Comunitário, foi relatado que o atual dirigente da entidade estava em vias de ser impedido de exercer suas atividades. Isso ocorre pelas constantes perdas financeiras que esse centro está sofrendo, causados, dentre outros fatores, pela ausência do gestor em grande parte do tempo no local.

desenvolver suas vendas no mês de julho, inclusive com camisas padronizadas da associação conforme mostra a foto 22. Para esses associados,

Esse pessoal de fora vem pra cá ganhar dinheiro e nós não fica com nada. Acho que essa idéia de associação é boa demais. Pelo menos nós fica trabalhando aqui e vê todo mundo daqui ganhando uns trocados vendendo esses produtos.(Pescador de Marudá/julho de 2007).

A partir da promessa não atendida, os associados pouco acreditam na proposição feita a eles inicialmente pelo criador da AAM, principalmente quando perceberam que o prefeito de Marapanim não publicaria nenhuma portaria para proibir a entrada de pessoas na região, primeiro por ser ilegal, pois a Constituição Brasileira garante o direito de ir e vir a todos os indivíduos e em segundo lugar, porque não haver mecanismos de controle de entrada e saída de pessoas seja de que destino for no município, em particular Marudá.



Foto 22:Pescador/Ambulante na orla de Marudá inscrito na AAM.
(Foto:Petrônio Potiguar/Julho/07)

Outra associação é a dos Comerciantes de Marudá (ACM), criada no ano de 2004. Fui informado por uma ex-associada que a associação não desenvolve atividades como cursos, palestras e pouco avançaram no que se refere aos trabalhos dos comerciantes de Marudá, pois

“as reuniões informavam uma coisa e, na realidade, ocorriam outras. Parece que nada dá certo nesse Marudá. Parece que tem uma cabeça de burro está enterrada aqui. Tanta gente tentou ajudar o povo daqui e nada dá certo” (comerciante de Marudá, Julho de 2007)

Além do depoimento acima, o próprio presidente da ACM declarou, em uma conversa informal, que tem tido vários aborrecimentos devido à falta de companheirismo dos associados, além de não ter apoio da prefeitura local para alavancar a associação. Segundo ele, a falta de apoio ocorre por questões políticas, como a acentuada ausência de popularidade do prefeito de Marapanim pelos habitantes de Marudá devido a vários fatores, inclusive o não apoio para a concretização de tal associação no local.

Quanto às outras organizações associativas, como a Associação dos Barqueiros de Marudá (ABM); Cooperativa dos Lancheiros e Atravessadores de Marudá (CLAM), só obtive informações de que há pescadores que são associados a elas e que moram em Maracanã e regiões próximas, já que ambas foram criadas com o objetivo de organizar o transporte de turista de Algodual para Marudá e vice-versa.

Deste modo, no processo de transformação que ocorre em Marudá, a questão organizacional da vila tende a problemas que necessitam ser revistos para que os profissionais que da pesca e outras atividades vivem não sejam penalizados pela ausência de uma organização política e que pode acarretar, futuramente, problemas de várias ordens, em particular as que envolvem políticas públicas.

A seguir, darei atenção a uma associação ligada diretamente à produção pesqueira há mais de dez anos que é a Associação Beneficente de Marudá – ABPM, cujos objetivos concentraram-se no acessar recursos para financiamento de produtos da pesca aos pescadores e que dediquei minha atenção nessa dissertação na busca de compreender que fatores levaram-na a conflitos internos, externos, até sua situação atual que a coloca em vias de extinção.

2.6 – A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS PESCADORES DE MARUDÁ.

Embora a ABPM ser o objeto do estudo, algumas explicações sobre a AMAPEM são importantes, considerando que sua dissidência da primeira e seu enfoque voltado para a produção de remédios caseiros e artesanatos são contextos relevantes para a reprodução familiar. Este fato é comprovado na formação do quadro social desta associação formado por mulheres, sendo algumas esposas de pescadores que estiveram ligadas diretamente à ABPM.

A fala da ex-presidente da AMAPEM é esclarecedora:

...a AMAPEM envolve pesca no meio e seu nome. É Associação de Mulheres da Área Pesqueira de Marudá, mas na verdade ela trabalha com remédio caseiro e com artesanato. Quer dizer, a gente não é voltada pra pesca. Então, o nome foi batizado porque nós moramos na área pesqueira já que a todo nosso redor é só pesca. Na verdade a AMAPEM não é voltada pra a pesca em si. (pesquisa de campo/janeiro/2007)

O depoimento acima esclarecendo os objetivos da associação, foi um dos pontos importantes para a tomada de decisão de direcionar o estudo dessa dissertação somente à ABPM, já que meu interesse era discutir a questão do associativismo e o capital social nele inserido a partir da experiência de uma associação que tivesse seus objetivos voltados exclusivamente para a produção da pesca e perceber como se deu e se dá sua trajetória enquanto entidade local representante dos pescadores. Tudo isso foi considerado, além das crises e dos conflitos que a ABPM estava e está enfrentando e que por si só foram incentivadores para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Assim, embora não ser o foco da pesquisa, a questão de gênero merece atenção, pois do modo como se apresenta suscita esse debate na localidade que, conforme Maneschy, Alencar, Nascimento(1995), Maneschy & Almeida (2002) e Lima (2003) é um dos processos vivenciados em várias áreas de pesca e que vem ganhando espaço considerável e ações concretas como no caso da AMAPEM e do “Erva Vida”, em Marudá.

Além da AMAPEM, outras associações existem em Marudá com relações estabelecidas entre diferentes dirigentes e associados, mas somente esta possui contatos,

mesmo que sejam conflituosos, com a ABPM. Ambas se contrapõem à Colônia de Pescadores Z6, fazendo coro aos movimentos sociais como MONAPE, MOPEPA e CPP. Estes últimos têm suas coordenações instaladas na capital paraense e apresentam tensões que, de alguma maneira, influenciaram nos conflitos internos e externos da ABPM como já foi mencionado.

No caminho dos estudos sobre o associativismo na pesca que tratam de questões relativas a (re)organização política dos pescadores e de como as associações desenvolvem seu trabalho de conscientização para garantia dos direitos e deveres dos associados, esta pesquisa pretende indicar elementos que servirão de ferramenta de informação aos pescadores associados ou não à ABPM, ampliando o leque de opções para superação das fragilidades organizativas para a (re)organização política interna dessa associação.

Devido à complexidade do entendimento do processo de associativismo de Marudá, nesta pesquisa me deterei em observar de que modo a ABPM é vista pelos pescadores, considerando que foi criada para facilitar o acesso aos financiamentos de projetos para atender as demandas dos associados.

Entender a organização política dos pescadores por meio do associativismo praticado na ABPM em Marudá é relevante, pois esta associação, por um momento, teve um papel de mediação entre os pescadores da região e as demais organizações locais, apesar de encontrar-se em processo de extinção. Assim, compreender as causas e conseqüências do porquê de ter chegado neste estágio, torna-se importante e vai ao encontro dos objetivos dessa dissertação, em particular o de perceber o papel do capital social nesse processo.

Inicialmente, com a intenção de debater suas necessidades, esses profissionais da pesca se reuniam informalmente no Bairro do *Sossego*, mais precisamente na casa de um pescador que atende pelo apelido de Didico. Esse grupo de pescadores tinha como objetivo organizar os pescadores do local em prol do desenvolvimento da pesca em Marudá, em contraponto à inércia da colônia de pesca Z6, em Marapanim.

Além da casa de Didico, o grupo de pescadores reunia-se também no barracão da igreja de São Pedro, que tinha sido construído com recursos da LBA e cujo terreno era de propriedade de dona Arlete, uma liderança local. O grupo teve apoio da igreja

citada e o barracão dela ficou como espaço para a realização das reuniões e agregar pescadores. Posteriormente, foi construído o Centro Comunitário de Marudá (CCM) cuja presidência foi exercida por Dona Arlete, que não demorou a transferir as atividades sociais da igreja de São Pedro, que também aconteciam no barracão. No novo espaço, o CCM, dentre outras atividades, foram realizadas reuniões dos pescadores que ganharam mais incentivo ao abrir um canal de interlocução com a LBA, facilitando o acesso aos recursos financeiros.

A LBA orientou a presidente do CCM a dividir os participantes deste centro em grupos de interesses, por localidades e bairros, à medida que as demandas surgiam a partir de discussões entre os interessados residentes em Marudá. Articulando isso, posteriormente iriam receber financiamentos para o desenvolvimento da pesca e artesanato, dentre outras atividades, via centro comunitário.

Seguindo as orientações da LBA, foram criados vários grupos que receberiam individualmente uma numeração conforme seus interesses. Assim, Didico e outros pescadores conhecidos como “Japuca”, “Zeca do Panta”, “Corumbá”, Sr. Pascoal, dentre outros, que moravam no bairro do Sossego, tinham interesse em adquirir materiais de pesca e receberam a denominação *de grupo número 8*.

Segundo dona Arlete e Zeca do Panta, o *grupo número 8* foi liderado inicialmente por “Japuca” que, através de um projeto elaborado por uma Assistente Social chamada Cremilda, que prestava assessoria para o CCM, conseguiram os primeiros financiamentos. O projeto do *grupo número 8* solicitava materiais de pesca e foi atendido pela LBA. Entre os pedidos constantes no projeto estavam, dentre outros itens, materiais para a confecção de rede e puçá.

Após o episódio acima, um veranista de nome Luís entra em cena e orienta os pescadores que faziam parte do *grupo número 8* a se desmembrarem do CCM e criarem uma cooperativa ou associação. Por isso, sem informar a dirigente do CCM, esse grupo passa a se reunir na casa do Sr. Pascoal, criando informalmente um estatuto e formando uma diretoria informal sob o comando do próprio Sr. Pascoal juntamente com Zeca do Panta, daí surgindo a sigla ABPM (Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá).

O modo como foi concebida a ABPM provocou um afastamento do Centro Comunitário de Marudá em virtude do *grupo dos 8* declarar certa independência.

Segundo Zeca do Panta, a intenção inicial do grupo era criar uma cooperativa, o que justificava a elaboração de um estatuto interno, caso tal proposição vingasse a partir da experiência com a associação.

Pode ser notado que a denominação dessa associação tem um apelo social forte quando lançamos o olhar para a palavra “*Beneficente*”, na qual percebe-se a influência da Igreja Católica pelos serviços sociais que ali desenvolvia juntamente com o CCM e com a participação direta dos que compunham o *Grupo Número 8*.

A intenção com o termo “*Beneficente*” era evidenciar que a mesma estava sendo criada com intuito de obter benefícios a serem socializados com os moradores do local, em particular, com as famílias dos pescadores. Estes benefícios surgiam em forma de cursos, palestras e elaboração de projetos para aquisição de materiais de pesca. Segundo Dona Arlete, as ações visavam o desenvolvimento de atividades possíveis de criar oportunidades de “*se libertarem dos marreteiros e ter uma rendinha*”.

Com a morte e a dispersão de parte dos integrantes do *Grupo Número 8* e a falta de financiamentos, via LBA, “*a associação não deu certo mais*”, segundo dona Arlete e Zeca do Panta. Após esse fato, Zeca do Panta foi procurado por três pessoas que propuseram o estudo do estatuto da ABPM e a retomada das atividades da associação. Uma dessas três pessoas era Soraya e Hernando Pinto, nora e filho de Zeca do Panta.

Com estatuto estudado, procedeu-se à inscrição da ABPM na SEFA, em 1989, com o número/CNPJ 22922579/0001-82. Quando tive acesso a um documento que demonstra a inscrição da associação na SEFA e de consultas no site dessa secretaria, notei que a sigla da associação no cadastro não é ABPM e sim ABPB. Procurei esclarecimentos com ex- associados e associados informais sobre tal fato, mas ninguém soube explicar o porquê do registro incorreto da sigla da associação tendo como parâmetro sua concepção inicial. Assim foram retomadas as atividades do *Grupo Número 8*, agora ABPM, sendo eleito presidente, Hernando Pinto para o mandato de 1989 a 1991.

A associação conseguiu agregar em torno de quarenta associados. Eram diversas as atividades incluindo elaboração de projetos para financiamentos, reuniões, participação de seminários fora de Marudá, além das parcerias com ongs, movimentos sociais e instituições de pesquisa como o MPEG e UFPA.

Com base nas entrevistas dos pescadores e nas observações em campo, a falta de preparo de pessoas do quadro social para *encabeçar*⁴² e mesmo assumir a presidência da ABPM levou à intercalação do poder frente à associação, decorrendo daí uma alternância no poder⁴³ num processo claro de continuísmo. Hernando Pinto assumiu pela segunda vez o cargo de dirigente da ABPM no período de 1992 a 1994, tendo como vice-presidente um pescador que atende pelo apelido de Maiúca. Na gestão seguinte - 1995 a 1997 - Maiúca assume a presidência, sendo seu vice Hernando Pinto. De 1998 à 2000, volta a presidência Hernando Pinto, tendo como vice presidente, Maiúca. A situação mudou no período que vai de 2001 a 2003 quando assumiu a presidência Ana Paula, segunda esposa de Hernando Pinto e ex-integrante do MONAPE.

Segundo Maiúca, a última “eleição” foi realizada apenas com a presença de cinco pessoas, incluindo os candidatos, ou seja, “*foi uma eleição às pressas*”, já que a credibilidade e as denúncias já estavam sendo divulgadas entre os pescadores no local o que conferia desconfianças e descréditos na associação. Isso nos faz refletir sobre a seguinte questão: até que ponto houve legitimidades nesse processo eleitoral?

Através de informações obtidas nas entrevistas na década de 1990 e meados de 2001, verificamos que a ABPM retomou suas ações quando começou a elaboração de projetos para adquirir financiamento de redes e barcos de pesca através do Banco da Amazônia (BASA- FNO especial), com um número de vinte associados, o quantitativo exigido por esse Banco. Ainda estavam no poder Hernando Pinto e Maiúca

A partir do contexto acima exposto, surgiram os questionamentos de alguns associados, inclusive da primeira esposa do presidente da ABPM na época, quanto aos critérios adotados para inserir nomes de pescadores associados para serem contemplados com os recursos advindos dessa agencia financiadora. Os comentários aconteciam em reuniões formais e informais, fora e dentro da sede associativa e levantavam suspeitas sobre o modo como o dirigente da ABPM desenvolvia sua gestão, gerando freqüentes conflitos.

⁴² Essa é uma expressão constantemente empregada pelos pescadores em Marudá, pois, para eles, para estar à frente da associação, a pessoa deve ter dinamismo e iniciativa própria para resolver os problemas dos pescadores no local.

⁴³ Sobre essa discussão, consultar interessante texto de Neves (2006).

As entrevistas indicam que verbas foram liberadas pelo FNO - especial para a compra de três barcos, que foram direcionados para o pai e outro para o tio do presidente da ABPM. O terceiro barco foi destinado a um cunhado do vice-presidente da associação. O quarto era de um pescador sem ligação de parentesco com os dirigentes dessa associação.

Questões como as acima mencionadas discutidas nos anos de 1990, além de outros problemas particulares do presidente da ABPM, contribuíram e influenciaram negativamente sua gestão. Um exemplo disso foi às inquietações da sua primeira esposa e associada à ABPM, que questionava as decisões e ações dentro da associação. Segundo relatos, o que incomodava a esposa e associada eram os mecanismos adotados para a realização das eleições na ABPM, que aconteciam de forma direcionada, e a maneira como se davam os critérios para beneficiar os pescadores com financiamento de projetos. Essas questões foram causadores de tensões conjugais desembocando na separação do casal.

A separação incentivou a criação da Associação de Mulheres da área Pesqueira de Marudá (AMAPEM), em 1997. Este fato acirrou os conflitos entre a ABPM e a associação criada. A situação foi agravada pelas relações de parentesco e compadrio, que se confundiam e influenciavam na tomada de decisão dos dois grupos que tinham interesses divergentes.

As relações de oposição já comentadas perduram até a atualidade, pois para Maiúca, que já dirigiu a ABPM, “*a AMAPEM foi um filhote dentro da associação*”⁴⁴, minimizando o processo histórico de sua constituição. Essa relação de desconforto fica claro na fala da ex-presidente da AMAPEM:

logo no início nós se introsava ...agora nós paramos de se introsar, porque eles tinham os trabalhos deles e nós temos o nosso aqui. Quando eles faziam projeto pra lá, era pra lá, quando nós fazíamos o nosso, era pra cá!(risos) .. eu acho que nós deveria se unir mais, pois deveria ser uma força maior. Isso depende da conversa dos coordenadores. Cada um fica isolado no seu lado e aí as coisas ficam fracas na pesca...Quem sabe seja isso, a falta de parceria. Se o pessoal da associação [ABPM] tiver o mesmo pensamento de não se unir, é por isso que fica nisso, todos desunidos, né!. (Ex-presidente da AMAPEM/pesquisa de campo/janeiro/2007).

⁴⁴ Entrevista realizada em pesquisa de campo. Janeiro/2007

O desejo de união dos pescadores na busca de uma representação política efetiva dos profissionais do mar aparece no discurso da ex-presidente da AMAPEM⁴⁵. No entanto, torna-se importante o debate sobre questões envolvendo gênero que é subjacente às constituições das relações sociais em área eminentemente masculina como é o mundo da pesca artesanal.

Além dos conflitos internos pelos quais passaram e passam a ABPM e AMAPEM, há um aparente isolamento causado, dentre outros fatores, pela situação jurídica desfavorável junto à Secretaria da Fazenda do Estado (SEFA), pois segundo informações do representante da ABPM e da ex-presidente da AMAPEM, ambas possuem uma dívida com a SEFA de aproximadamente setecentos reais. Por isso, existem impedimentos para que as duas associações participem de editais de financiamentos e atendam seus objetivos, prejudicando as associações, em particular a ABPM, que tem dificuldades para acionar suas antigas relações com entidades governamentais e não governamentais no âmbito estadual e federal, movimentos sociais e outras associações, como já havia feito no passado.

A ABPM tinha contatos com pessoas físicas e jurídicas. Eram parcerias que possibilitaram melhorias técnicas de plantio (roças e hortas caseiras) através da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI) e SEBRAE. Contavam com a orientação técnica do Banco da Amazônia e do Banco do Brasil sobre o processo de pagamentos, adimplência, inadimplência e prestação de contas dos financiamentos recebidos.

Entre outros parceiros que estavam contribuindo para o associativismo em Marudá estava o Museu Paraense Emílio Goeldi, por meio da área de Antropologia com o Projeto RENAS, em sua segunda fase, que priorizou a ação na localidade na perspectiva do melhoramento das condições de vida através de palestras, seminários e cursos que visavam tanto às questões organizativas quanto às da produção. Neste contexto foram oferecidos os cursos de filetagem de pescado, manutenção de motores marítimos, alimentação alternativa e informática básica. Segundo relatos de Dona Arlete, o MPEG já tinha colaborado com o processo associativista em Marudá através

⁴⁵ Em relação a essa problemática, consultar Duarte (1999)

da pesquisadora Lourdes Furtado que auxiliou na criação do CCM e nas discussões iniciais do *Grupo Número 8*.

Em outros momentos foram envolvidos o MONAPE, MOPEPA e CPP que, juntamente com o IBAMA, desenvolveram ações voltadas para os direitos e deveres dos pescadores dentro da ABPM.

Atualmente apesar de existirem novas instâncias que atendem as demandas dos pescadores, como a Secretaria Especial da Pesca do Governo Federal (SEAP) e o processo de criação de uma secretaria similar em nível estadual, elas não aparecem nos depoimentos dos pescadores e dirigentes ligados a ABPM.

Além dos já existentes conflitos entre ABPM e AMAPEM, continua a tensão entre os componentes e dirigentes da ABPM e a ex-presidente do Centro Comunitário de Marudá, cuja liderança é reconhecida por grande parte dos moradores da vila. Continua a disputa política local, que é ocupada, de certa forma, pela ex-presidente do CCM que tem desenvolvido vários projetos que incluem filhos e esposas de pescadores⁴⁶.

A ABPM recebe na atualidade apoio da Associação dos Pescadores Artesanais de Camará (APAC) que colabora na organização de atividades de lazer, como bingos, para angariar fundos com objetivo de reabilitar a situação financeira desfavorável da ABPM. Algumas informações sugerem que os últimos dirigentes da associação foram para Alagoas no ano de 2002 levando os documentos da associação e que não retornaram até o momento. Apesar de ser um depoimento presente entre quase todos os pescadores e pessoas entrevistadas, não pude confirmar tal informação de forma documental. Segundo um pescador, após esses acontecimentos, a ABPM começou a mergulhar no descrédito entre os pescadores por variados motivos, tornando-se um *“peixe fora d’água dentro de tanta confusão”* (Pr. Pescador de Marudá, julho de 2007).

Assim, percebe-se que as relações desenvolvidas pela ABPM em Marudá foram construídas em um contexto histórico permeado de conflitos internos e externo, havendo a necessidade de que sejam realçados e esclarecidos os “porquês” de momentos de aproximação e/ou distanciamento dos pescadores artesanais frente às associações

⁴⁶ Mesmo não exercendo mais a presidência do Centro Comunitário de Marudá, dona Arlete é sempre convocada para auxiliar esta instituição em seus projetos sociais.

localizadas nesta região, cujo impacto é refletido na articulação política e no associativismo local.

Com a tentativa de tirar a ABPM da situação de acusações e descrédito que vem sofrendo, em Marudá, existe um grupo de pescadores entre os quais está Didíco, membro do antigo *Grupo Número 8* que, desde 2003, busca alternativas para retomar as atividades de anos atrás, mas encontra dificuldades, por exemplo, a falta de documentação para prestação de contas, a inadimplência ante aos órgãos de financiamentos e ante a SEFA. São essas questões que encorajam ainda mais o estudo dessa temática a fim de saber, por meio dos atores sociais, quais são os impedimentos para que aconteça um associativismo ativo na região e que alternativas apontam para uma melhor organização política dos pescadores no local, através da presença ou ausência do capital social.

CAPÍTULO III

A ABPM EM FOCO: caminhos trilhados e práticas desenvolvidas no associativismo em Marudá

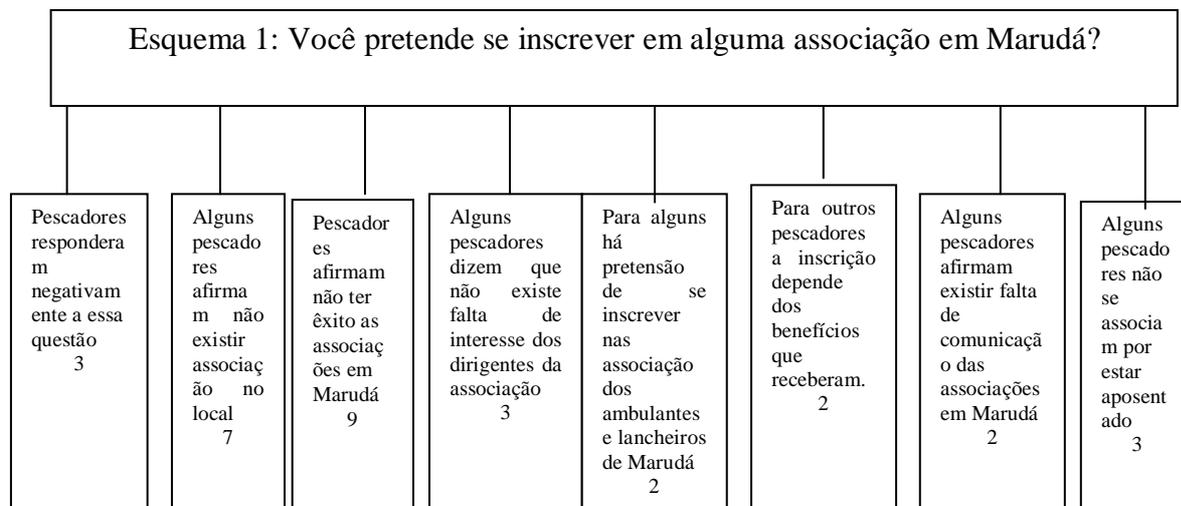
Depois de traçar o perfil da Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá (ABPM), será apresentado neste capítulo o contexto político, econômico e social do qual fazem parte esta associação e os pescadores locais na atualidade.

A partir dos relatos de ex-presidentes, do atual representante informal da ABPM e dos pescadores divididos nas três tipologias formadas pelos associados informais, os ex-associados e os não associados, procurarei traçar suas trajetórias frente à associação aqui investigada, esperando buscar possíveis respostas as questões apresentadas na introdução dessa dissertação.

Diante da proposição acima, procurei fazer interpretações e análises que passam a subsidiar o entendimento dos caminhos e (des) caminhos que essa associação trilhou. Para isso, é imprescindível ouvir os principais envolvidos neste contexto histórico, os pescadores.

3.1 –“JÁ OUVI FALAR NELA”: O que dizem os pescadores não associados a ABPM

Perguntas específicas foram feitas aos pescadores considerando sua tipificação. Deste modo, as questões abaixo foram direcionadas aos pescadores não associados e indicam diferentes posicionamentos e modos de perceber o papel das associações, porém sempre direcionam seu olhar para ações na ABPM. Vejamos como reagiram sobre a disposição ou vontade de se associarem a alguma associação em Marudá.



Nas trinta e uma respostas presentes no esquema 1, o desconhecimento da existência de associação em Marudá está presente em sete entrevistados. No decorrer das entrevistas, grande parte “*ouviu falar*” da ABPM. Mas outras associações existem no local e os pescadores demonstram não ter conhecimento de nenhuma outra entidade associativa. Das poucas que lembram, os entrevistados ressaltam a não existência de articulação entre associações e associados e falta de clareza em seus objetivos.

Das trinta e uma entrevistas, nove indicam a descrença de que o associativismo local possa dar certo. Entre os vários motivos dessa descrença há referências de poucos benefícios recebidos por amigos que fizeram parte de alguma associação, por exemplo a aquisição de materiais de pesca e barco. Atrelado a este discurso, vem a inadimplência. Neste caso, vem uma indicação da ABPM, por um dos entrevistados, que resalta a inadimplência desta associação.

“Olha, eu já estou com uma boa idade. Meus colegas falaram que a associação [ABPM] é boa, que ela vai dar isso, vai dar aquilo. Eu era cismado! Ai eu falei pra eles: “Olha, eu estou por ver isso dar certo”. Foi dito e feito! O pessoal reclama até hoje. Porque todo o pessoal da associação era fiador um do outro e olha no que deu!” (Ch, pescador de Marudá, julho de 2007).

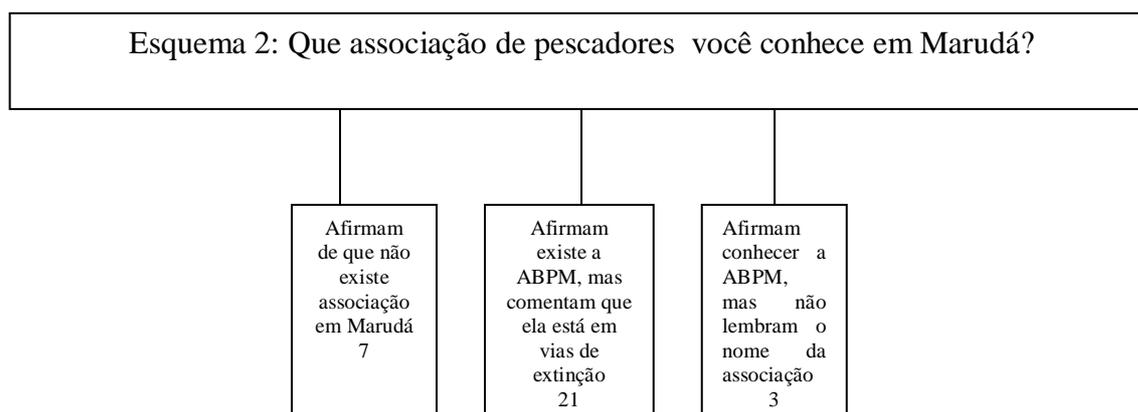
As respostas da maioria dos pescadores que não fazem parte de qualquer associação em Marudá demonstram o pouco interesse em integrar-se a qualquer associação no local devido à desmotivação e, em particular, pela ABPM.

Nota-se que a referência em estar associado ou não a uma entidade de classe é sempre voltada para a aquisição material. Mas outra discussão ganha espaço, ou seja, a desconfiança no associativismo local, que é a inadimplência da ABPM.

A inadimplência é resultante do fraco associativismo levado pela frágil preparação dos dirigentes e dos pescadores frente às obrigações que demandam esse tipo de envolvimento financeiro em associações, cooperativas e sindicatos. Isso tem provocado conseqüências desfavoráveis levando associações a contraírem dívidas ante as agências financiadoras, o que provoca constrangimentos aos pescadores e descrédito de grande parte dessas entidades frente a seus representados, órgãos públicos e ongs (MCGRATH e ALMEIDA:2006).

Aqui deparamos com os autores que discutem capital social ao percebermos a fala dos entrevistados e as análises de Magrath et al (1996). Como isso se dá? Nas análises de Putnam (2007), Abramovay (2000) e Milani (2003) a participação e a confiança fazem parte do processo de construção desse capital social e o que transparece em Marudá, na fala desses pescadores, é a falta de interesse em saber da existência de associações no local e de participação destes no contexto associativista.

Ainda assim, achei necessário fazer uma questão que apontasse diretamente para o conhecimento ou reconhecimento da ABPM por esses pescadores.



A maioria dos entrevistados tinha conhecimento de uma associação de pescadores em Marudá, sendo que vinte e um somente ouviram falar na ABPM, porém não citaram o nome nem fizeram qualquer referência a ela. Na maioria dos casos havia

citação de uma associação que estava em situação desfavorável, demonstrando distanciamento. Em algumas informações há referência de que particulares se apropriaram da associação.

“Tem uma associação aí, a do “Y” que eles estão querendo trabalhar. Mas não sei o nome dela. Até parece que acabou. Tem uma dos ambulantes e dos comerciantes que tá aí, mas também está querendo *falir*” (Sr. Pescador de Marudá, Julho/2007)

De maneira geral, pelas falas dos que foram entrevistados no bairro do *Sossego*, notou-se certa aproximação referente ao que era desenvolvido ou não na ABPM, fato que surge em oposição à conversa com pescadores do bairro do *Alegre* e de outras áreas distanciada geograficamente da ABPM. O exemplo nesta fala diz “*Só ouvi falar daquela [ABPM] do Sossego, não sei como é o nome dela. Eles fizeram essa associação pra eles só. Tem que ser pra todos, né!*” (Jn...Pescador de Marudá, pesquisa de campo/julho/2007). A fala desse entrevistado reflete a reclamação constante dos pescadores que moram no bairro do *Alegre*, que conhecem diretamente ou ouviram contar de forma vaga as dificuldades da ABPM. São poucos os pescadores mais antigos no *Alegre* que passaram as referências desta associação.

Comparando as falas dos pescadores e as reflexões de Grzybowski (1990) e Ferreira (1999), que tratam da fragilidade associativa, encontramos similitudes em Leitão (1997), Furtado (S/D), Leitão e Mello (1993) em suas análises sobre a situação representada nas falas dos pescadores. Estes autores apontam as fragilidades associativas na pesca, em particular, o pouco interesse em se associar nas associações, que é a postura mais comum dos pescadores entrevistados em Marudá.

O fato comentado acima parece ser recorrente nos estudos sobre o associativismo na pesca. Isto é notado nas pesquisas na região nordeste paraense que apontam, dentre outros fatores, serem essas fragilidades fruto de “um associativismo feito as pressas” e de modo impositivo pelo Estado que desconsidera as particularidades políticas e culturais das realidades onde o associativismo ocorre (CONCEIÇÃO:2003; MANESCCHY & KLOVDAHL:2007). Essa análise vai ao encontro da opinião de Putnam (2007) quando analisa a forma de associativismo em seu estudo, sendo mais ativo numa região e fragilizado em outras, fruto da construção e acionamento do capital

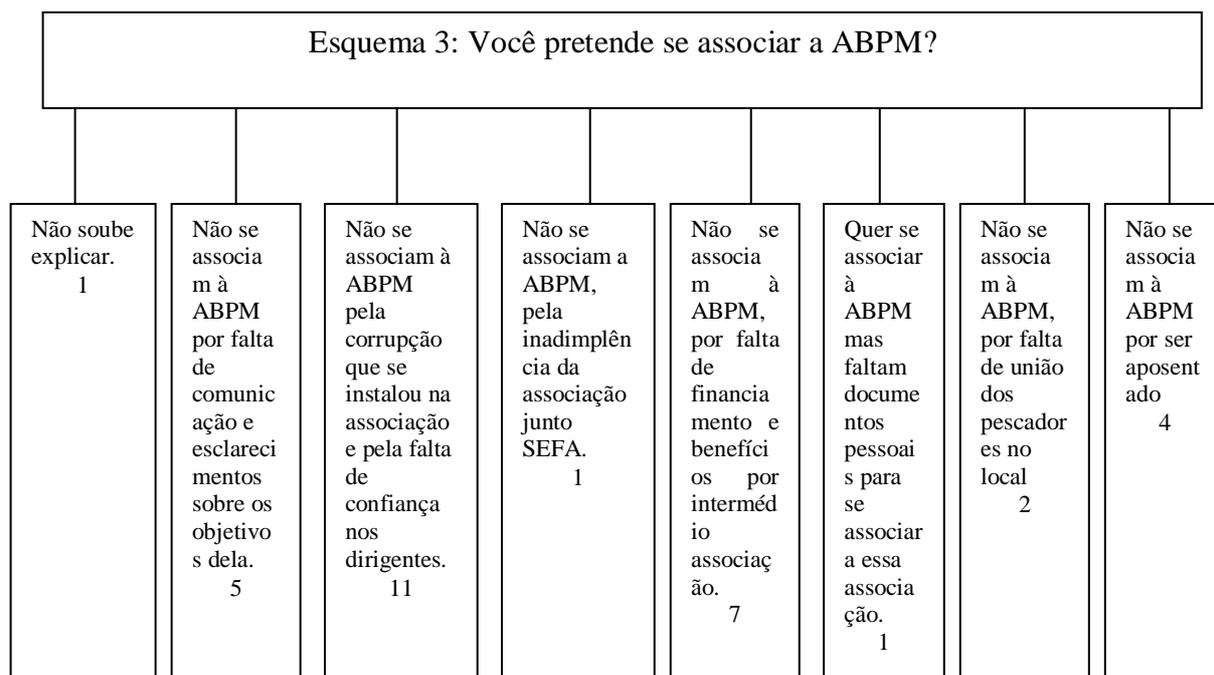
social, através da prática cívica, que necessita de pré-disposição dos que estão envolvidos no processo organizativo seno distanciado no caso aqui estudado.

Assim, a forma como foi concebido o associativismo no Brasil e em áreas de pesca pouco incentiva a auto-gestão, ou seja, a capacidade e autonomia para gerir suas próprias demandas, inclusive para administrar conflitos enfraquecendo o capital social desses pescadores. Em alguns casos, a ação que poderia ser ativa é sobreposta pela inércia e desconfiança, como é o caso dos pescadores não associados frente à ABPM em Marudá.

Analisando e cruzando as questões elaboradas no roteiro de entrevista, as respostas indicam que quase todos os pescadores eram conhecedores dos fatos que envolvem a ABPM, como a inadimplência que fez com que alguns associados não conseguissem sanar a dívida do empréstimo destinado à compra de barcos, o que os afastou do processo associativista. Os relatos a seguir revelam este fato: *“Rapaz, pra ti dizer, tinha uma associação ali no Sossego, só que acho que está por água abaixo. Até o presidente dela tá pro lado de Alagoas.”*(Am...Pescador de Marudá, pesquisa de campo/julho/2007) e *“Existe essa aí [ABPM].Essa que lhe falei, que ta com problemas de dívidas dos sócios. Os outros estão aí reclamando.”*(Ch, .Pescador de Marudá ,pesquisa de campo/julho/2007).

Foi notado um distanciamento da maioria dos pescadores não associados em relação à ABPM, a ponto de uns reconhecerem que existia uma associação e que ouviram falar nas reuniões informais nos portos e bares, mas não sabiam informar, ao certo, do que se tratava e muito menos o nome da associação à qual estavam se referindo.

As respostas das duas questões anteriores instigaram a elaboração de outra mais direta relacionada ao interesse ou desinteresse dos pescadores não associados de se associarem diretamente à ABPM.



Mesmo havendo respostas variadas, das trinta e uma, somente uma é afirmativa e ventila a possibilidade de se associar à ABPM. A corrupção e a falta de confiança aliada à ausência de financiamento de barcos e de redes de pesca, são os motivos mais frequentes que levam os pescadores a não se associarem à ABPM. Abaixo a manifestação de um pescador entrevistado.

Não quero me associar a ela, está muito fora de controle [a ABPM]. Por fim, o presidente pegou e deixou a associação e tem um barco aí apodrecendo. Que moral a associação tem? Cada um agora está assumindo sua dívida. Aí acabou! Cada um seguiu seu destino. (Sf, Pescador de Marudá, julho/2007).

O receio dos pescadores de terem que assumir os problemas anteriores existentes na ABPM é uma questão que incomoda a maioria deles. Todos conhecem os fatos ocorridos com os companheiros de pesca que foram associados a ela e moravam no bairro do *Sossego*. Já os que moram no *Alegre*, tinham pouca informação sobre a associação, o que já era um dos motivadores da falta de interesse de se associarem à ABPM.

A desconfiança em relação à ABPM aparece nas conversas informais e entrevistas, indicando no presente às aspirações destes atores sociais que estão centradas no imediatismo em decorrência da situação desfavorável vivida pela maioria. Para eles,

associar-se na ABPM poderia custar caro se os benefícios não vierem na mesma proporção das necessidades representadas pela lida cotidiana.

Nas palavras de um pescador, a sua inserção ou não na ABPM é ressaltada na frase “*Até agora não quero. Se a associação trouxesse alguma coisa de interesse pra gente. Se ela quebrasse o galho da gente seria bom, né. Trazer material de pesca pra nós, aí sim!*” (Bo, pescador de Marudá/julho de 2007). Outra manifestação é:

“Não tenho interesse em me associar na associação. Já vieram pedir meu nome, mas eu nunca apareci lá. Eles estavam pegando nome de uns e outros na casa né, mas quando tinha negócio da reunião, eles não avisavam ninguém. Quer dizer, tem associação por nome né! Os *sócio*, ninguém sabe o que ele faz. Pra se associar depende das condição que ela pode dar. Pra gente entrar numa *sociedade* e vai ter que pagar mensalidade, sem ter benefício! Assim não dá pra se associar nessa *sociedade*.” (Am, Pescador de Marudá, julho/2007)

A questão sobre o financiamento ter sido direcionado para poucos é recorrente e sempre volta para alguns ex- presidentes da associação que teriam favorecido os parentes e amigos próximos. Isso contribui para que a intenção primeira a se associa seja a possibilidade de posses materiais da maioria dos entrevistados.

Além disso, as alegações para não se associar à ABPM são fortalecidas pelos pescadores não associados devido a presente relação de parentesco na associação quando se toma por referência os benefícios oferecidos pelos dirigentes da ABPM a seus pares.

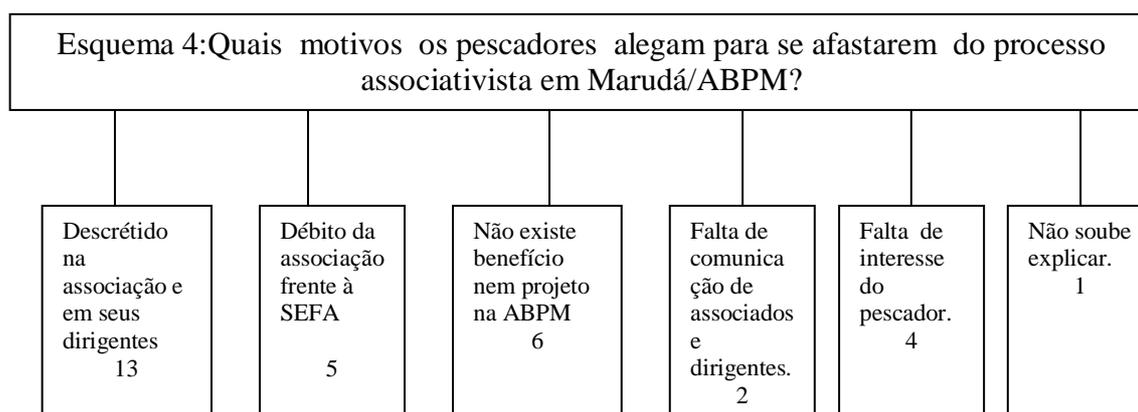
A relação de parentesco e compadrio no contexto associativista é debatido em variadas situações e regiões no Pará. Hebette, Alves e Quintela (2002), quando tratam da organização sindical na fronteira amazônica, demonstram claramente essa influência, inclusive, na tomada de decisões fundamentais para esse tipo de organização.

Reforçando esse debate, Magalhães (2002) traz reflexões demonstrando a forte influencia do parentesco e do compadrio na gestão da Associação do Loteamento Rural Rio Moju, denominada São Benedito. Segundo a autora, isso interferiu no processo político organizativo e na produção rural familiar local, encontrando formas semelhantes no nordeste paraense, em particular em Bragança e na ABPM.

O contexto mencionado anteriormente, para Putnam (2007), caracteriza-se num fato denominado de “familismo amoral”, no qual o parentesco e o compadrio exercem influência nas organizações, manifestados, dentre outros fatores, pelo nepotismo, enfraquecendo o capital social.

Até o momento, essa pesquisa indica desânimo e descrédito dos pescadores envolvidos com a ABPM que aparecem nos vários comentários dos entrevistados. Na fala de um velho pescador local o motivo dessa situação é que “*o povo aumenta mas não inventa né. Deve ter um fundo de verdade aí*”. (Al...Pescador de Marudá ,pesquisa de campo/julho/2007).

A pergunta seguinte busca saber qual a opinião dos pescadores não associados sobre o esvaziamento de associados na ABPM e a inserção de novos associados ou não nela.



A falta de credibilidade nos dirigentes da associação é de quase 50% dos entrevistados não associados à ABPM. Essa manifestação se dá de variadas formas, desde a revolta pelos amigos que foram “*enganados*” até a acusação de desvio de dinheiro na associação,

Está faltando confiança nas pessoas que estão no comando da associação. Como estou lhe dizendo, além do presidente meter a mão no dinheiro, falta trabalho e organização. Por isso o pessoal não quer se associar. Está todo mundo desconfiado. Aqui, ninguém acredita em ninguém. (Ct. Pescador de Marudá/julho de 2007)

A não confiança vem aliada à outra reclamação, que é a ausência de organização dos que estão pretendendo soerguer a ABPM. Os relatos abaixo indicam

que os pescadores que estão à frente dessa associação precisam se organizar e ter preparar para dialogar com os órgãos governamentais.

Na minha opinião, eu acho que eles fogem dos problemas. Uns meses aí fazem reunião e depois acaba. Não sei qual é o problema. O negócio é ir pra lá [Belém] resolver as coisas. Acho que ele [dirigente informal da ABPM] não tem estudo. Então isso prejudica o *cabeça* da associação. (Go, Pescador de Marudá, julho/2007)

A bagunça é geral, por isso todos nós não acredita nela [ABPM], pois só fazem reunião para enganar todo mundo. Te digo uma coisa: pouca gente eu conheço que é associado. (Np., Pescador de Marudá, julho/2007)

Na opinião de parte dos entrevistados que não são associados não há uma liderança na ABPM.

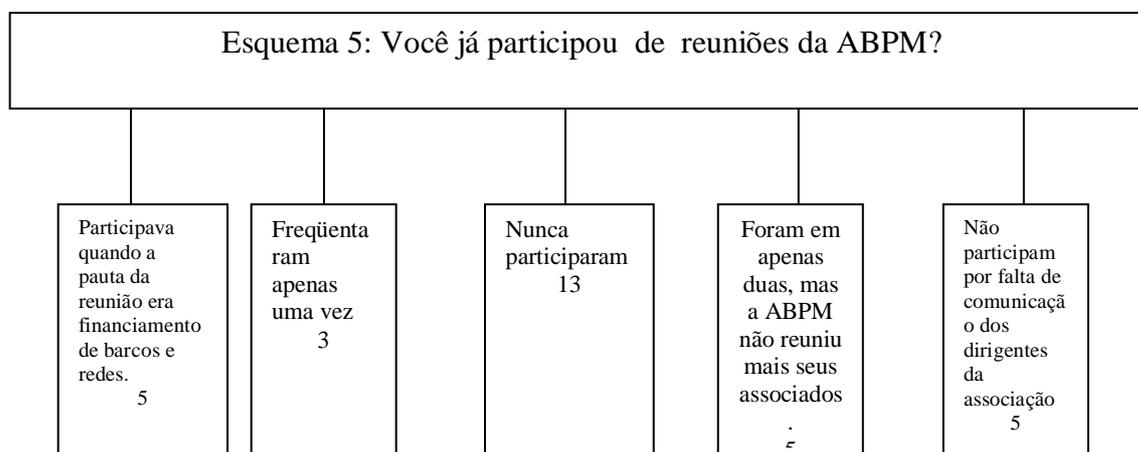
Acho que ela [ABPM] não foi avante. Fizeram empréstimo e não pagaram a associação. O mesmo ocorreu com o financiamento dos barcos. Eles não pagaram. Assim, ninguém mais confia. Aqui em Marudá é “roça”. Sociedade para mim é a colônia” (Cl. Pescador de Marudá/julho/2007)

“Faltou e falta uma união do presidente e do vice-presidente. Não tem uma chefia direta. Entra um, quer uma coisa. Entra outro e quer outra coisa. Aí não dá certo. Sem organização mesmo.” (Sf, Pescador de Marudá/julho de 2007).

Descrédito, falta de comunicação, gestão fragilizada, falta de qualificação, um dirigente sem perfil ousado para gerir a ABPM são fatores presentes nas entrevistas dos pescadores não associados e razões que os levam a não se associarem a ABPM.

Em uma situação de distanciamento, observou-se que os critérios dos pescadores não associados para que considerem alguém à frente da ABPM não são claros e também são recorrentes entre os entrevistados nas duas outras tipologias, o que indica fragilidades e dificuldades para que o capital social seja acionado, especificamente no caso dos dirigentes que, para Burity (2001), Nascimento (S/D), Milani (2003) e D´Araújo (2003), Santos (S/D) e Cunha (2000), poderia ser um dos caminhos para a retomada da auto-estima e da confiança de dirigentes de associações e associados.

Sobre a participação dos entrevistados em reuniões nessa associação, achei importante saber o que os leva a participarem ou não dos eventos promovidos pela ABPM.



Os motivos que levam os pescadores não associados, quando convidados, a não comparecerem às reuniões na ABPM, dentre outros fatores, são manifestadas no relato a seguir:

“Já participei, mas acho que isso não dá certo não. Eles falam, falam, mas não tem nada de concreto pra nos beneficiar. O pessoal não quer saber mais dessa história. Aqui no Marudá só dá esperto. Pessoal de fora vem aqui, uns quanto, pra ajudar, mas não sei não”!(Ct.pescador de Marudá, julho/2007).

Quando se fala sobre as pessoas “*de fora*” que chegam à localidade para ajudar, a desconfiança é acionada. O depoimento do pescador se refere a um turista que tem casa em Belém e está auxiliando os pescadores que pretendem reativar a ABPM. Isso também remonta a alguns fatores que ocorreram no passado quando da existência do *grupo numero 8*.

Além da questão acima, vários fatores contribuem para desanimar parte dos pescadores quando citam os motivos que os levam a não acreditarem nos dirigentes da ABPM. Por ocasião da pesquisa de campo, duas reuniões com os “representantes” da associação não aconteceram por falta de quorum. Abaixo o depoimento de um entrevistado que foi para a reunião.

Já não ponho fé, não!. O pessoal *cabeça* dessa associação [ABPM] é fraco. Não tem condição de enfrentar o tranco. Primeiro que a associação está toda endividada, pois os sócios não pagaram os débitos deles. Outra coisa, ninguém quer se comprometer em ajudar a *levantar* a associação” (Ar, Pescador de Marudá, julho/2007).

Os que nunca participaram das reuniões são levados a crer, pelos comentários na localidade, que a associação apresenta vários problemas, principalmente a falta de financiamentos.

É destacado o distanciamento geográfico que contribui para a falta de participação. Sobre isso, observei que as relações existentes entre os pescadores dos bairros do *Alegre* e do *Sossego* remontam há muito tempo, gerando uma tensão entre os moradores desses dois bairros. Segundo algumas informações, essa tensão era alimentada por variados motivos, como o fato de ser o bairro do *Alegre* o mais antigo, urbanizado e que concentra o maior número de residências de turistas, o que confere status ao mesmo.

Por outro lado, o bairro do *Sossego*, apesar de ter um grande número de casas de turistas, não apresenta a urbanização que se vê no *Alegre*. O *Sossego* é o que detém o maior número de pescadores, em particular os migrantes de outras regiões. Esses fatores podem levar a pensar que o aparente distanciamento social e espacial influencia na questão de associar-se ou não à ABPM, já que a tensão parece continuar quando se trata da associação e reuniões programadas por ela.

Os entrevistados do bairro do *Alegre* argumentam que “*nunca vieram pra essa banda de cá*” (Bb, Pescador de Marudá, julho/2007) e “*Não sei porque, aqui do bairro do Alegre, eles não convidaram nenhum pescador. Não sei por que! Eles nem se comunicam com a gente não. Eles nem falam. Nunca me chamaram*” (Bb, Pescador de Marudá, julho/2007).

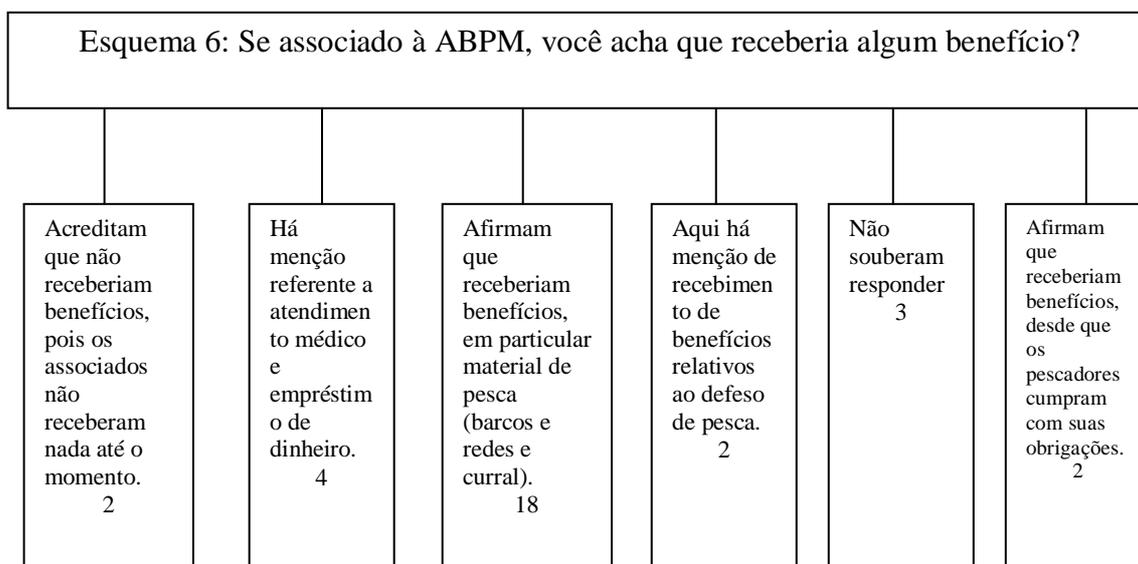
A participação é um fator fundamental no associativismo, mas encontra resistência entre esses pescadores ocasionada por variados motivos. Isto, de certa forma, leva a um distanciamento das relações interpessoais, priorizando o individualismo, enfatizado com mais veemência na ausência e possibilidades de reflexão e debate dos pontos de estrangulamento desse tipo de organização. Nota-se assim, que carências organizativas são presentes em Marudá somadas a outras questões que dão pouca garantia do papel de cidadão desse pescador, o que, de certa forma, impede experiências

associativistas de êxito como algumas ocorridas no nordeste paraense (MANESCHY & ALMEIDA: 2002 E REIS:2002).

Para os não associados, a forma como vêm se delineando o associativismo da ABPM em relação aos pescadores em Marudá leva-os a não “tomarem parte” do processo de reativação da associação e, conseqüentemente, não se “sentirem parte” da mesma, termos que são usados por Bordenave (1994) quando analisa a participação como pratica cidadã, e que é reforçada por Putnam (2007) e Tocqueville (2005) ressaltando que a participação associativa promove sólidas regras de reciprocidade, melhoram a comunicação e o fluxo de confiabilidade, possibilitam a construção de redes de confiabilidade, promovendo outras experiências de sucesso tornando o grupo coeso e forte.

A ausência nas reuniões da associação pelos pescadores não associados parece persistir, os quais são motivados para o associativismo desde que este traga benefícios, como o financiamento de projetos.

A próxima pergunta sobre que benefícios que eles gostariam que a ABPM proporcionasse demonstra bem o interesse material dos pescadores em Marudá.



Pode-se notar que dezoito pescadores dão prioridade para o fornecimento de ferramentas de pesca, como rede, barco e materiais para a construção de curral. Em

seguida, vem o atendimento médico, o empréstimo de dinheiro e o pagamento no período para o defeso de pesca que não existe na região.

As manifestações são sempre no sentido dos direitos que os associados devem ter em uma associação. Quanto aos deveres que dizem respeito às obrigações dos pescadores, como pagamento de taxas, um pescador se manifesta:

Se nós queremos benefícios pra nós, temos que pagar uma taxa, pelo menos 10,00 pra fazer um fundo para associação. Assim, tudo bem! De outro jeito não! Eles querem [associados informais] fazer isso? Claro que não! Então assim não dá. (Ar, Pescador de Marudá/julho/2007).

Em apenas dois depoimentos, foi ressaltada a importância da formação de um fundo que auxilie na reconstrução predial e interna da ABPM. Essa postura tomava como referência a Colônia de Pescadores Z6 por ser esse procedimento mais presente nessa entidade, em virtude da aposentadoria, já que todos os solicitantes devem estar quites com suas mensalidades.

Na análise das entrevistas, noto o desinteresse dos pescadores locais no associativismo. Entretanto, isso muda nas falas quando os motivos de criação das associações são voltados para aquisição de material de pesca. Vejamos a opinião de um entrevistado

Rapaz, tem tanta coisa que uma associação pode dar. Se cada um se interessasse, traria muitos benefícios. Mas acho que ela foi criada só pra pegar os barcos mesmo. Montaram só pra pegar os empréstimos. Organização lá, não existe!(Pb, Pescador de Marudá/julho/2007).

A declaração acima nos dá pistas de que, além do contexto de conflito envolvendo a ABPM, certamente a opinião dos pescadores não associados demonstram como foi inserido e absorvido o associativismo em Marudá, o que pode ser um dos provocadores para torná-los resistentes a esse processo. Isso reforça as características de independência, desconfiança e individualismo tratadas por Maldonado (1996).

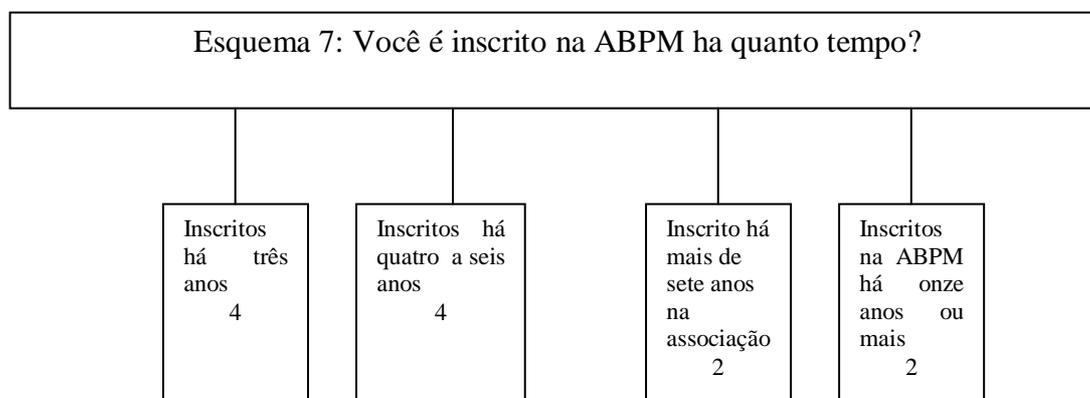
O fator mencionado antes, pouco motiva o capital social que, segundo Putnam (2007), é latente em todos os indivíduos, bastando estar-se predisposto para tal. E foi justamente essa falta de predisposição associativa um dos fatores encontrados por Reis (2002) ao analisar o cooperativismo alternativo em uma associação de pescadores no

nordeste paraense, levando ao enfraquecimento da produção familiar e do associativismo no local investigado e parece similar ao contexto investigado em Marudá mas particularmente dos pescadores frente a ABPM.

Algumas questões similares e outras específicas para essa tipologia aparecem na fala dos associados informais demonstrados a seguir.

3.2 -“TÁ FALTANDO UM *CABEÇALHO* PRA BOTAR ELA PRA FRENTE.”: A ABPM segundo os pescadores associados informais.

Neste item traçaremos o perfil dos pescadores que estão tentando soerguer a ABPM a fim de saber desde quando estão “inscritos na associação”, sendo esse um caminho para notar há quanto tempo a proposição de retomar a associação vem ocorrendo. Não se deve esquecer que dentro desse grupo existem pescadores que já foram associados formalmente à ABPM no passado e acreditam na recuperação da associação nos dias atuais, apesar de sua condição de associados informais.



Devo esclarecer aqui que estou levando em conta a ABPM desde sua criação até os dias atuais. Apesar de sua situação atual, seus pretensos dirigentes conseguiram agregar até dezenove pessoas para discutirem seu soerguimento. Esses pescadores se denominam associados mas estão tipificados como associados informais pelo fato de a ABPM estar com sua situação administrativa e financeira embargada em função da inadimplência junto à SEFA, não estando, por isso, autorizada a desenvolver ações como a inscrição de pescadores interessados em se associarem a ela. Neste grupo estão

ex-associados formais da ABPM que ainda não quitaram suas dívidas junto ao Banco da Amazônia, via FNO especial.

Pelos dados analisados, os associados informais estão inseridos nas discussões da associação há uns quatros anos e, no universo entrevistado, parte acredita que ela pode retomar suas atividades, mesmo com algumas ressalvas.

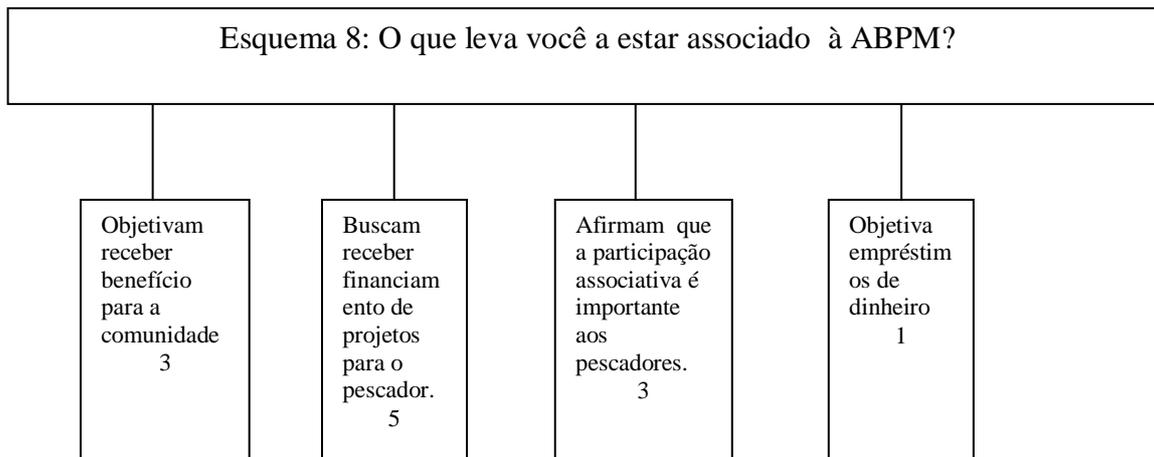
“Sou associado a ela uns quatro anos. Não tenho carteirinha e nem pago mensalidade, porque acabaram com associação e tão vendo se *levantam* ela de novo. Não estou achando fácil levantar ela. Acho que não é possível” (Sc. Pescador de Marudá, julho/2007)

Pelo depoimento, no período de quatro anos, teve início o enfraquecimento da ABPM, ficando esparsas as reuniões, palestras e a elaboração de projetos para financiamentos. Neste grupo, há um associado que participou do *Grupo Número 8*.

Mesmo considerando os motivos que levam à declaração do pescador, sua fala se apresenta de forma contraditória considerando que esse pescador é um dos participantes dos que pretendem lutar pela reativação da ABPM. Essa postura me remete à discussão de Neves (2006) em seu estudo sobre o associativismo. Para a autora, é necessária uma mudança de postura em momentos difíceis no entendimento do que seja o associativismo e, em particular, é necessário “... uma conversão de sentido sócio-cultural e a ritos de integração e de participação, em momentos chave da vida associativa” (p.6).

A reflexão de Neves (2006) vem ao encontro de Leonardo (2005), Bordenave (1994), Abramovay (2000), Reis (2002), Milani (2003), D´araujo (2003), Putnam (2007) quando dizem que a participação deve sair do plano ideal e simbólico para uma participação real através da ação transformadora do homem no meio em que vive, acionando ferramentas operativas e eficazes para a materialização de objetivos com relevância social e que por si só fortalece o estoque de capital social, o que parece está enfraquecido entre esses associados informais.

A próxima pergunta objetiva entender o contexto que levou os pescadores associados informais a estarem associados, considerando que a ABPM está com seus direitos suspensos.



Seis das respostas contêm elementos do associativismo nos aspectos da organização política e social como a entendemos em sua essência e levando em conta o que entendemos por capital social. Três desses pescadores afirmam estar associado para obter benefícios para a localidade e outros três ressaltam a importância da participação na vida associativa. As demais respostas versam sobre interesses voltados para componentes dos meios de produção para que possam desenvolver suas atividades pesqueiras. Porém, para a maior parte dos entrevistados:

Estou participando da reunião daqui de Marudá. Acho que todo mundo devia ir participar da reunião, mas ninguém aparece, porque não tão se interessando sob esse negócio da reunião (Vd. Pescador de Marudá, julho de 2007)

O interesse material é o principal motivo dos pescadores locais, porém o relato acima destaca não somente a participação em si, mas demonstra uma preocupação sobre o desinteresse dos pescadores nesse processo participativo muito importante para o associativismo na região e para a volta da ABPM. Outro fator que surge é a preocupação futura dos filhos onde o associativismo poderá ser um dos mecanismos de amparo familiar:

Acredito que é possível resgatar ela [a ABPM] pra nós pescador e nossos filhos. Todos nós estamos agora nessa *lida*. Mas se nossos filhos for também pescador? Então ele terá também os benefícios, né.” (Dh, Pescador de Marudá, julho de 2007).

A crença na retomada da ABPM faz parte da lógica interna desta categoria social que pensa na garantia e nos benefícios materiais e de assistência para o futuro de sua família representada nos filhos e netos.

O tempo em que está associado à ABPM e os motivos para permanecerem na associação, diferencia esses pescadores dos não associados pela proximidade e a crença na retomada das atividades dessa associação.

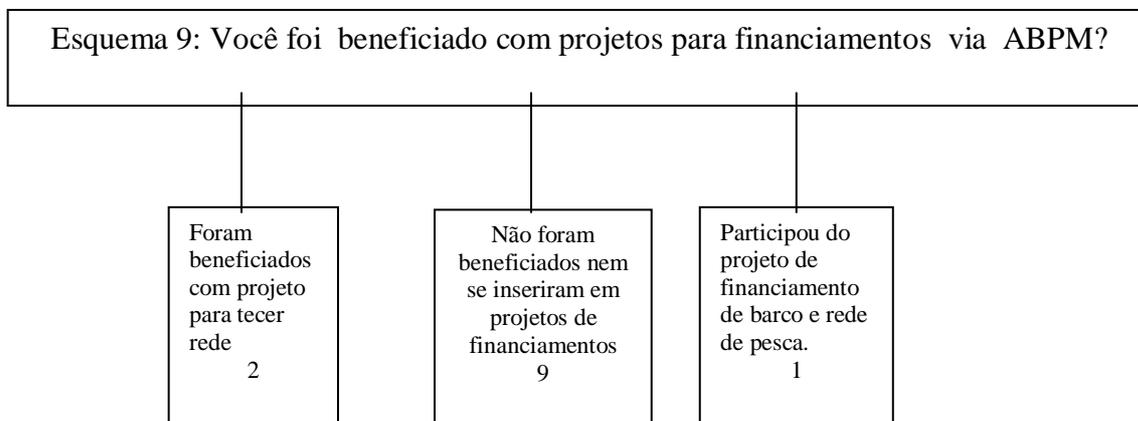
A recuperação de créditos do passado como uma oportunidade de acesso material através da ABPM é um dos motivadores dos pescadores tipificados como associados informais que enfrentam dificuldades de ordem objetiva e subjetiva para reativar a ABPM, colocando-os inclusive em situações de conflito frente a outros pescadores no momento de conversas quando o assunto é a ABPM. Dos associados informais somente dois não são ligados pela via do parentesco, fato esse que agrava a desconfiança entre os não associados e ex-associados.

Segundo Magalhães (2002), a relação de parentesco e compadrio é um dos caminhos que leva a um controle privado desse tipo de organização com uma tendência forte ao direcionamento de possíveis benefícios, o que aponta mecanismo de nepotismo conforme já comentado e que faz parte da trajetória da ABPM.

Mesmo assim, dependendo do contexto, devemos ter a clareza que a privatização do cargo de presidente ou de qualquer outro cargo em sindicatos e associações pode não ser a posse do poder em si, de acordo com Neves (2006), já que em alguns casos, no associativismo, os associados preferem transferir as responsabilidades do cargo aos mais aptos e capazes de estender a rede de comunicação da associação. Mesmo considerando a interpretação da autora, entendo que a trajetória traçada pela ABPM e seus dirigentes não diz respeito somente à privatização do cargo em si, mas ao jogo arquitetado para direcionar benefícios a parentes e compadres conforme as entrevistas e observação em campo.

Para perceber com mais clareza qual a intenção dos associados informais, perguntei que tipo de benefício eles já tinham recebido ou pretendiam receber para poder entender a motivação deles além de interesses materiais. Nessa perspectiva esperava saber como a ABPM vem trabalhando a questão da inadimplência junto à SEFA e a estratégia de envolvimento desses associados informais, para que eles

participem das reuniões, levando em conta que não é possível elaborar projetos para financiamento devido à irregularidade da ABPM.

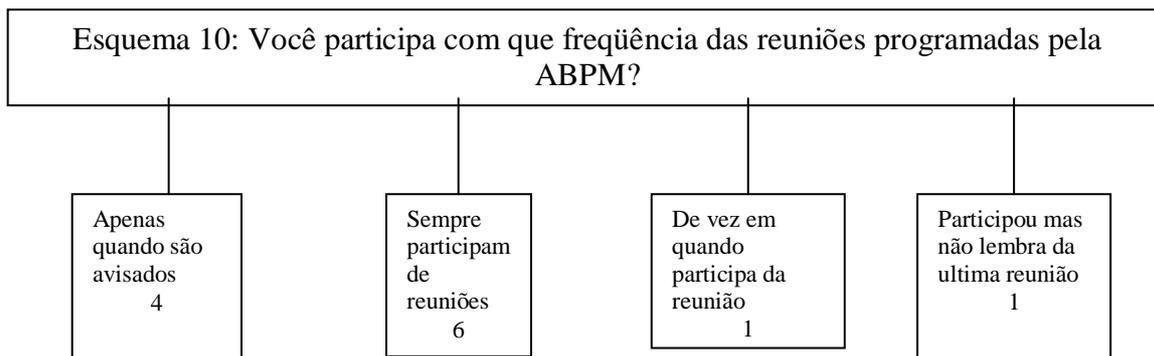


Somente o associado remanescente do *Grupo Número 8* obteve financiamento. Os demais não foram contemplados com financiamento de qualquer ordem quando a ABPM tornou-se inapta para participar de editais dessa natureza.

Neste questionamento é que se nota o direcionamento dos benefícios recebidos através de projetos de financiamentos no passado, pois tios, pai e cunhados de dirigentes da ABPM é que foram contemplados com barcos equipados com apetrechos fundamentais para o exercício da pesca, entre os quais motor, rede e refrigerador. Os que não foram contemplados com esses benefícios afirmaram ter, na época, a documentação em dias, mas poucos contaram com as orientações dos dirigentes da ABPM. Segundo alguns pescadores, os critérios da associação não foram transparentes no momento de selecionar as pessoas que seriam indicados pela ABPM aos bancos financiadores, o que deu início ao processo de desconfiança que perdura até a atualidade.

Assim, a falta de benefícios materiais surge como um dos fatores que afasta e torna os pescadores associados informais descrentes, tornando-os esquivos ao processo de soergimento da ABPM nos dias de hoje.

A pergunta abaixo pretende verificar o nível de participação desses pescadores nas reuniões, assim como as temáticas abordadas na busca de compreender se existe ou não dinâmicas e atividades que incentivem a agregação desses associados informais.



Pode-se notar que participar ou não das reuniões na associação pode estar relacionado com o convite para a organização e participação da mesma, mas neste caso 50% dos doze entrevistados que mais participam das reuniões tem relações fortes de parentesco entre si.

A partir dos depoimentos, observações e conversas informais, outros elementos são revelados nas entrelinhas e nas falas dos informantes. Destas conversas consegui extrair alguns assuntos que são debatidos nas reuniões, os quais são pontos de discussões entre esses atores quando estão fora do ambiente formal.

A última conversa que nós tivemos, a gente escolheu um pessoal pra fazer um curso de mecânica. Escolhemos e discutimos sobre o estatuto. Mas não teve mais reunião. Já fizemos uma conversa de pagar a mensalidade. Mas como pagar mensalidade se ela [a ABPM] não tá legalizada ? Tá difícil né!.(Dn, Pescador de Marudá, julho/2007)

Quando eles me convidam, sim. Eu sempre participo. Muitos desistiram dela. Eles estavam atrás de outras pessoas, para vê se assumiam o rumo dela [da ABPM]. Eles estão atrás de outros sócios pra levantar ela. A última reunião foi sobre o estatuto e situação da associação que tá inadimplente e a formação de junta governamentativa. Foi definido uma comissão que é pra vê a situação da associação. Mas, não sei, não! Acho difícil, muito difícil, consegui erguer ela .(St,Pescador de Marudá, julho/2007).

Mesmo dentre os mais próximos da ABPM e das relações existentes nela, a descrença nesta organização é algo presente se comparados aos que estão distantes da situação interna da associação. Para os associados informais, está faltando transparência no processo das discussões, principalmente no que diz respeito à situação financeira da associação e os esclarecimentos do destino dos documentos que não estão em mãos dos que tentam organizá-la.

Ainda assim, foi relatado que nas reuniões que vêm ocorrendo esporadicamente na ABPM, em uma delas, foi decidida a criação de uma comissão interna denominada de “junta governamentativa”, com a missão de estudar a situação legal, financeira e estrutural da associação. No momento da pesquisa de campo, a junta tinha sido criada há quatro meses, mas não encontrei nenhuma ação efetiva que tivesse sido realizado por esse grupo na busca de amenizar os problemas vividos pela ABPM.

No depoimento de alguns estão presentes as desconfianças pelo fato de, em junho de 2007, as reuniões só acontecerem no momento das eleições para o presidente da Colônia de Marapanim Z6. Para um número significativo de integrantes do grupo de associados informais, havia a pretensão de apoiar um candidato para assumir a Colônia de Pesca Z6 de Marapanim nas eleições que iriam ocorrer em 13 de junho de 2007. Para os demais componentes deste grupo, este procedimento é encarado como manipulação política interna e considerado pouco construtivo para a retomada da ABPM. Vejamos, na fala abaixo, elementos referente a uma reunião,

Foi em maio. Eles [alguns integrantes da ABPM] estavam querendo apoiar um candidato aí pra eleição da colônia de Marapanim que era do Camará. Mas ele é *fraquinho*. Não deu pra ganhar. Foi uma *sujeirada* só essa eleição. Inscreveram pessoas na colônia que nem era pescador, só pra votar mesmo. Continua o mesmo cara de antes. (Dh, Pescador de Marudá, julho de 2007).

Devido às constantes desconfianças assinaladas pelos pescadores, a participação em reuniões de alguns associados informais está pautada na intenção de descobrir questões obscuras para eles, como articulações políticas e a situação real da associação, em vez da valorização organizativa, sobressaindo um fraco capital social que se reflete no frágil processo associativista que se nota no local.

Para Reis (2002), isso denota que encarar o associativismo como um condutor de transformações históricas, através da abstração do coletivo em oposição ao individual, é algo imprescindível. Apoiando-me nas reflexões desta autora e nas observações feitas, constatei que este contexto é difuso em Marudá, o que dificulta a definição dos papéis desses atores sociais e da ativação do capital social, e, conseqüentemente, garante sua exclusão no que diz respeito aos direitos e deveres da produção pesqueira familiar por intermédio do associativismo.

Ainda sobre a participação em reuniões, outra questão diz respeito ao envolvimento dos associados informais à ABPM e ao contexto local político-partidário. Esse fator foi sempre uma orientação dada pelos dirigentes dos movimentos sociais como MONAPE, CPP e MOPEPA e que deveria ser seguido pelas associações frente aos associados. No caso particular dos dirigentes da ABPM, esse tipo de posicionamento em momentos decisivos tornava-se importante para o município como a participação ativa nas eleições para prefeito e vereadores.

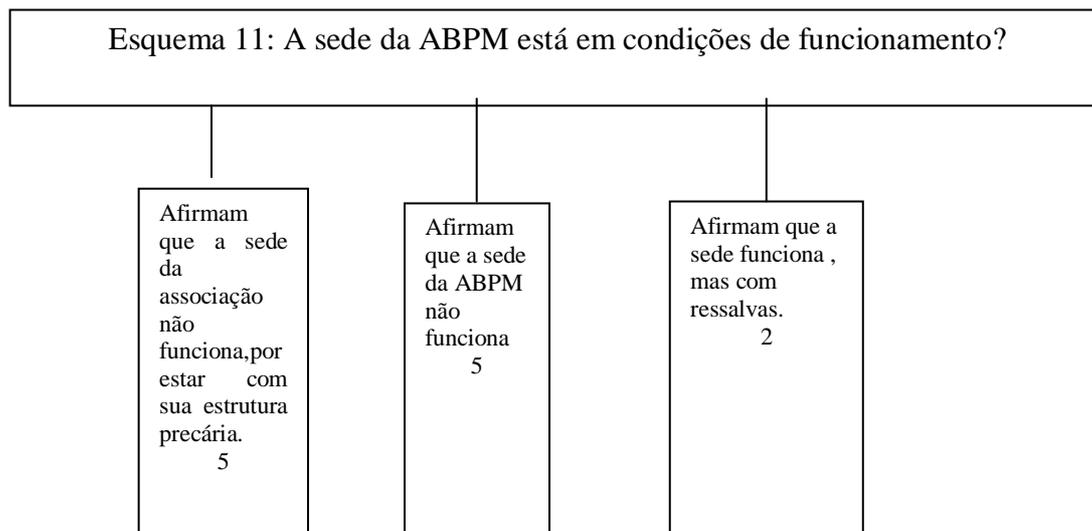
A politização dos associados, através de palestra e debates, foi ventilada e foi parcialmente efetivada pelo ex-presidente da ABPM. Isso foi relato em uma conversa informal com o mesmo quando estive em campo em 2000. Na eleição seguinte, esse dirigente se candidatou a vereador sem obter sucesso. Com isso ele contabilizava a segunda derrota, pois antes, o mesmo havia disputado a vice-prefeitura de Marapanim em pleitos anteriores.

Os associados informais, os não associados e os ex-associados consideram a relação da ABPM com questões político-partidárias como algo negativo, afirmando que *“esses políticos só aparecem aqui no período de eleição e promete um monte de coisas, não cumpre e depois desaparece.”*(conversa informal com um pescador em Marudá/julho de 2007). Para os pescadores isso relega a segundo plano os assuntos de cunho direcionado às carências dos pescadores no local.

O posicionamento acima denota dificuldades de consenso sobre a transição e o engajamento político apesar de ser natural em organizações como associações, cooperativas e sindicatos o envolvimento dos associados, que discutem questões políticas e a participação desde que seja coletiva.

Sobre o calendário de reuniões da ABPM, observei, durante o período de trinta e seis dias em que estive em campo, que na programação da ABPM constavam duas reuniões, porém a que seria no dia 22 de julho foi adiada para o dia 3 de agosto de 2007 em função dos pescadores estarem envolvidos em suas atividades, pois era um bom momento para venda do pescado e para realização de atividades ligadas ao turismo, *“momento de ganhar um dinheiro aí”* (Nz Pescador de Marudá, julho de 2007). Entretanto, a reunião marcada para agosto não aconteceu pela falta de quorum, pois compareceram, além de mim, apenas três pescadores.

A infra-estrutura da ABPM incomoda parte dos associados informais. Considerei importante questionar sobre isso para ver se há ligação entre a falta de interesse para participar das reuniões, o recebimento ou não de benefícios e a valorização do espaço físico para o funcionamento da associação. Abaixo algumas opiniões dos ex-associados.



A polarização desse tipo de resposta é mínima, porém é importante ressaltar que os pescadores entrevistados diziam ser necessários investimentos na sede que está desativada, mas que precisa ser conservada.

No momento ela [ABPM] está fechada. Não funciona! Ta faltando o pessoal se organizar pra organização dela né. Devia fazer um projeto. Até agora não fizeram nada. Pelo menos tinha que comprar aquele prédio lá do lado. Já dei a sugestão pra eles [Junta governamentativa]. Se a associação quiser sobreviver tem que ser do peixe, não tem outro jeito. Era só ajeitar o prédio. Colocava uma geladeira e vivia só desse lucrinho. Mas morreu! Não fizeram mais nada.” (Dd. Pescador de Marudá, julho/2007)

As fotos 23 e 24 mostram a situação descrita pelo entrevistado de que a sede da associação necessita de um cuidado mais direcionado para sua estrutura. Além disso, talvez a periodicidade das reuniões, que atualmente são esparsas, motive esse grupo de pescadores à falta de interesse no soerguimento da ABPM. A discussão referente à estrutura do prédio da associação é uma constante, uns dizem que o terreno onde ela foi

construída era do Centro Comunitário de Marudá que doou para ABPM, mas que até o momento não foi repassado nenhum documento para legalizar essa posse.



Foto23: Frente da Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá. (Foto:Petrônio Potiguar/Janeiro/07)



Foto24: Área interna da Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá. (Foto:Petrônio Potiguar/Janeiro/07)

Existem ainda reclamações de que o terreno é mal utilizado e a estrutura predial está se deteriorando. A situação se agravou quando surgiu notícias de que a ex-presidente do CCM, na busca de promover melhor uso da área, lança hipótese da venda do terreno onde a ABPM está construída. Isto acirra os ânimos

A associação só funciona só quando tem reunião. Pararam com tudo. Tinha um casal que morava lá do lado. Inclusive “X” quer vender isso tudo. ..Ainda não entraram [associados informais] em negociação com “X”, porque tem o documento do terreno que ainda não foi passado pra associação (Ss, pescado de Marudá, julho/2007).

A instabilidade se dá não somente por questões de financiamentos como por fatores estruturais, pois os pescadores acreditam que a ABPM tem que possuir uma sede própria para abrigar os associados no momento das discussões e reuniões de maneira confortável, segundo relato abaixo:

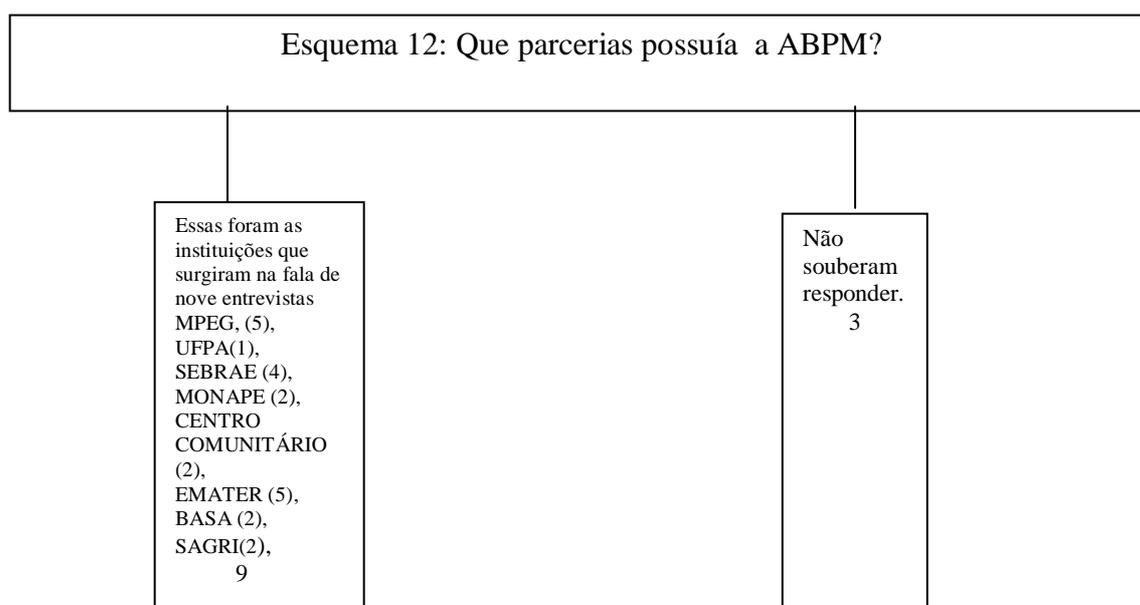
Nós ficamos perambulando nos outros lugares para se reunir. Uma hora é aqui, outra hora é ali. Assim é ruim para os sócios. Não tem uma sede. Desanima, né! Tem mais: a sede tá toda velha e não funciona por falta de estrutura dela. Ela tá se acabando lá no Sossego. Tá ruim (Dh.Pescador de Marudá,julho de 2007).

Especificamente sobre este contexto, em sua pesquisa no nordeste paraense, Reis (2002) demonstra que fatores como possuir uma sede própria é importante para elevar a auto-estima dos associados. Nesse sentido os dirigentes devem possuir qualificação para

estar à frente desse tipo de entidade. Esse fator aparece em outras pesquisas de Furtado e Nascimento (1982), que avaliaram essa necessidade quando realizaram seus estudos em Tamaruteua e propuseram em suas análises a existência de uma cooperativa local para diminuir a dependência do pescador em relação ao atravessador e dinamizar a comercialização do pescado no local.

Baseado nas análises das autoras, no depoimento do pescador e um olhar focado na experiência da ABPM, constato que o desempenho administrativo aparece de forma negativa no contexto estudado. Esse fato é exemplificado quando os pescadores relatam que o documento de doação do terreno pelo centro comunitário local ainda não foi providenciado para que o prédio passe a contar como patrimônio da ABPM, criticando a forma de gestão irresponsável que não contribui para a conquista de confiança e muito menos aciona o capital social de seus associados e dirigentes, enfraquecendo o papel da ABPM como interlocutor e representante dos pescadores no local.

Continuando minha pesquisa, precisei entender se os associados informais estavam atentos às ações desenvolvidas pelos dirigentes da ABPM junto às instituições governamentais e não governamentais, antigas parceiras. Abaixo a questão sobre o conhecimento das parcerias que a ABPM possuía e como deveria se comportar para retomar os contatos perdidos.



Estes resultados sobre as instituições correspondem a vários informantes. Uns lembravam de uma ou duas parcerias, outros apenas de uma e assim sucessivamente.

Porém três pessoas, não sabiam de parcerias governamentais e não governamentais nas quais a ABPM estava envolvida.

A capacidade de estabelecer redes relacionais com entidades ligadas ao Estado, ong,s e movimentos sociais para viabilizar oportunidades de acesso a benefícios materiais e imateriais, são ações que denotam a importância no associativismo e desenvolvimento local, reflexão essa encontrada também em Neves (2006) e Cabral (2002) e verbalizada por um ex-dirigente da ABPM em uma entrevista ao Jornal “*O Liberal*”⁴⁷ na qual avaliava a parceria da associação e institutos de ensino e pesquisa como MPEG e UFPA.

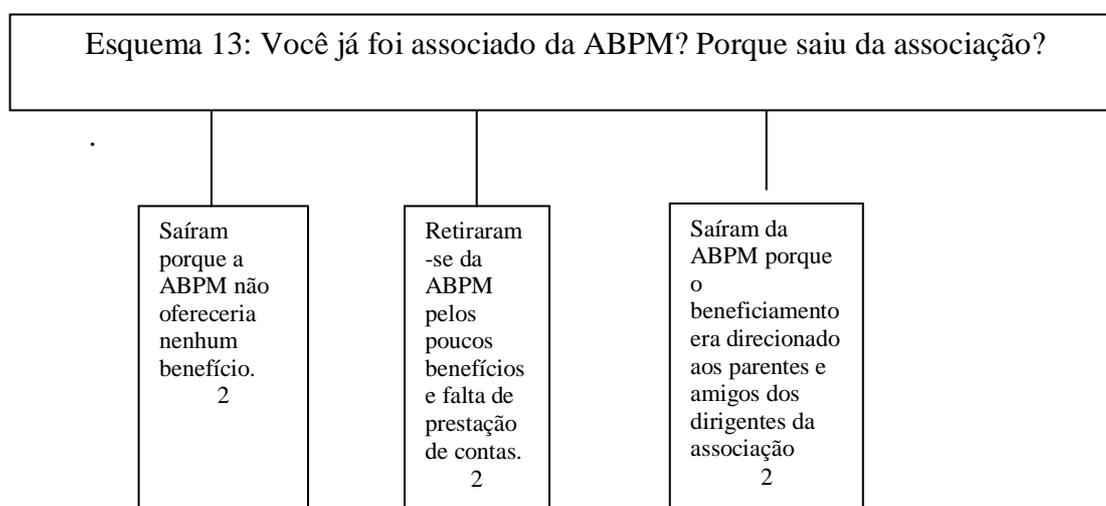
Os debates e sugestões são caminhos, segundo as análises de Reis (2002), capazes de possibilitar o funcionamento e organização de associações e cooperativas durante sua trajetória. Os fatores aqui apontados são discutidos também por Doimo (1995) no sentido da resignificação do associativismo tanto pelo Estado como entre agricultores, pescadores e demais produtores familiares no momento de sua concepção e inserção por ambos, respectivamente, e que vai ao encontro dos atores e de minha percepção sobre o capital social e sua condição de existência.

Tendo como suporte as discussões feitas por Reis (2002), Neves (2006) e Doimo (1995), noto que os associados informais e a ABPM, do modo como direcionam o soerguimento dessa associação, precisam avançar mais em seus propósitos, necessitando redirecionar seus olhares, já que esse empreendimento requer transparência, ousadia e dinâmica organizacional, elementos que podem evitar a desmotivação desses pescadores com o objetivo de retomar a ABPM e caracterizam o uso efetivo de seu capital social conforme Putnam (2007).

⁴⁷Texto escrito por Ismael Machado: “Marudá busca a fatura perdida nas águas “*O Liberal*” ,17 de dezembro de 2000, Cadernos Atualidades.

3.3 - “ESSA É A ASSOCIAÇÃO DO JÁ TÊVE”: o que pensam os pescadores ex-associados em relação a ABPM.

A partir daqui apresento a opinião dos ex-associados à ABPM traçando o perfil desta associação segundo a visão desses pescadores que presenciaram seu desenvolvimento e sua desagregação. Assim, apresento o esquema 13 que diz respeito ao tempo de funcionamento da ABPM e aos motivos que levaram o pescador a sair da associação.



Os motivos da saída desses pescadores da ABPM parecem sempre ligados à presença ou não de financiamento de projetos para o desenvolvimento da atividade pesqueira. Não se nota uma preocupação com a necessidade de fortalecer os pescadores enquanto classe de trabalhadores do mar através do associativismo. O depoimento a seguir deixa claro essa visão.

O motivo de ser sócio é praticamente o benefício. Foi só o projeto do FNO! Outro benefício nada. A não ser esse que entrou. O certo era prestar conta, mostrando quem ta errado, que não ta quite. Na época tinha 20 associados, depois passou pra 14 e depois diminuem. Depois ficou só os financiados, e cada um foi pro seu lado. (Pr, Pescador de Marudá. julho/07)

Alguns ex-associados da ABPM declaram que a associação era uma entidade “fechada” entre grupo de parentes, segundo relato abaixo,

Eu fazia parte da associação, da ABPM...onde teve financiamento. Mas eu estava sem interesse de tirar o projeto [financiamento]. Depois que ele [o presidente] passou a mão no dinheiro...aí o pessoal *creceu o olho* e começaram a não pagar seus barcos. Praticamente a associação tá falida. Ninguém tá mais lá. Além disso, não tinha prestação de conta. Agora o vice-presidente, nesse caso, tem culpa, pois se vejo que tem algo certo, eu chamava ele [o presidente] pra razão. Mas isso não aconteceu. Agora ele [vice-presidente] abriu a guarda. Nem o documento da associação esta ai. Parece que o “X” levou, segundo as pessoas aqui. Mas desconfio que o vice sabe de alguma coisa. Em relação à associação, em termo de conhecer ela, tem pessoa que sabe que ela existe e outras que ela não existe. Isso daí [a formação da associação] foi um grupo montado de família: tio, sobrinho, pai, sobrinho. O nome deles é bem divulgado aqui. Outros ficaram se escondendo neles. No caso de uma associação, se ela for aberta eu vou divulgar. Lá não, era fechado, só era entre eles [parentes]. Aí eu comecei a abandonar, pois tinha desavenças com eles [parentes associados]... aí foi que a gente separou tudo e até hoje ela [a ABPM] ta aí, falida. (Pc, Pescador de Marudá. julho/07)

Essa visão aparece também entre os não associados e alguns associados informais, que relacionam ser a associação fechada, ligada dentre outros fatores, ao parentesco estar presente desde a constituição da ABPM. É importante ressaltar esta argumentação considerando o grupo dos associados informais envolvidos no soerguimento da ABPM na qual apenas dois não têm direta com o parentesco.

O grau de parentesco é de tios, sobrinhos, irmãos e cunhados de quem se intitula representante da ABPM. Isto pode ser constatado no relato abaixo que indica serem fortes estas relações.

Já fui associado, o presidente era o “X”, agora é o “Y”. Tenho até os papéis aí. Saí porque fizeram esses negócios dos barcos [financiamento]. Me inscrevi e não saiu pra mim. Saiu só pra eles aí [parentes]... Fiquei nela uns cinco ou seis anos. Quando ela caiu, caí fora de lá. Ai teve esse negócio dos barcos, ficou cheio de confusão. Uns não pagaram e aí a associação ficou caída. Agora não se faz mais nada. (Ba, Pescador de Marudá. Julho/07).

Segundo alguns entrevistados, havia um direcionamento dos beneficiários para o recebimento dos financiamentos. Essa informação surgiu em conversas informais com ex-associados que optaram por não dar entrevista já que são muitas as confusões e, por isso, preferem não se comprometer. Além disso, receiam envolver-se com questões judiciais enfrentados pela ABPM e alegam que os problemas são ignorados pelos ex-

dirigentes da associação no que se refere às dívidas que foram contraídas no momento em que estavam associados formalmente.

A revolta dos pescadores locais é expressa frente a impunidade que é grande. Eles afirmam que os proprietários de barcos pouco se importam se forem prejudicados, já que há preocupação em pagar os débitos pendentes adquiridos através de projetos de financiamento desses barcos. A referencia principal nas falas dos pescadores, é mais direcionado aos dois barcos que não são usados pelos proprietários em Marudá e estão parados no “Portinho do Sossego⁴⁸” e outro no antigo porto do bairro conforme as fotos 25 e 26.



Foto25: Barco pertencente a um dos ex-associados de ABPM no “Portinho do Sossego”(Foto:Petrônio Potiguar/Julho de 2007



Foto 26: Barco pertencente ao ex-presidente da ABPM no porto do Sossego(Foto:Petrônio Potiguar/Janeiro de 2007

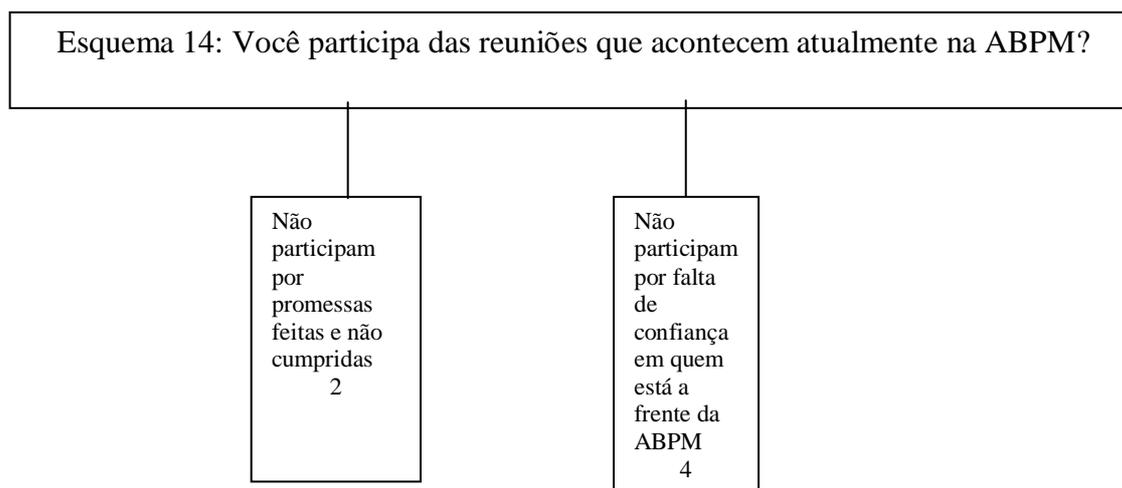
Os barcos vistos nas imagens acima estão sem uso e aos poucos vão se deteriorando. O barco da foto 26 pertencia a um ex-presidente da ABPM e o outro, da foto 25, pertence a seu vice, que atualmente está a frente da reorganização e soerguimento da ABPM.

Pelas respostas dos ex-associados, percebe-se que a confiança depositada na associação e em seus dirigentes, e até mesmo em alguns associados próximos desses últimos pela relação de parentela, constitui a base da desestruturação da ABPM. Isso me remete a Putnam (2007) e Milani (2003) que analisam o processo de desenvolvimento local destacando o capital social para afirmar que os códigos como confiança torna-se um dos meios na busca de benefícios coletivos e não individuais.

⁴⁸ Porto alternativo criado pelos próprios pescadores até a finalização das obras do porto do *Sossego* que já dura um ano

A experiência vivida como associado e o desejo de não retornar à ABPM apontam o nível da fragilidade do associativismo e a descrença na organização dos pescadores enquanto classe representada pela ABPM. Isso põe em dúvida o protagonismo dos pescadores locais na construção de sua própria história enquanto pescadores organizados e que, nas reflexões de Doimo (1995), é o caminho a ser trilhado com intuito de engendrar possibilidades de futuro sob a ótica material e imaterial. Esse mesmo pensamento está presente em teóricos da pesca, a exemplo de Campos (1993), Mello (1995), Leitão (1997) Furtado et al (S/D), Diegues (1983), Maldonado(1993) e Maneschy & Klodhal (2007).

Para saber até que ponto esses ex-associados se distanciaram da associação e se existe a possibilidades de retornarem , elaborei a pergunta a seguir.

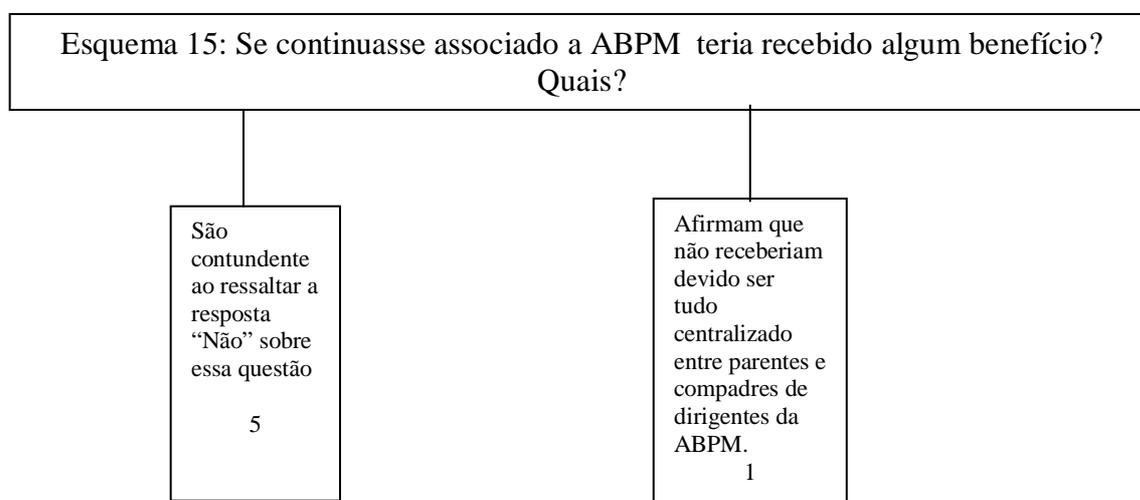


As respostas pouco se diferenciam entre os pescadores seja associado ou não, sendo percebidas apenas no detalhe das informações por terem participado da ABPM, diferentemente do “*só ouvi falar*”. Dessa forma, o que se reflete nas falas é o distanciamento do processo de associativismo na ABPM. Os relatos criticam a postura dos dirigentes que não inspiram confiança na maioria dos pescadores.

Os pescadores ex-associados, frequentemente, se referem à forte relação de parentesco que ainda se mantém na ABPM e aos financiamentos recebidos pelos dirigentes que até hoje não prestaram contas. O descrédito pelo qual passa a ABPM parece perdurar, conforme os depoimentos das entrevistas com os ex-associados.

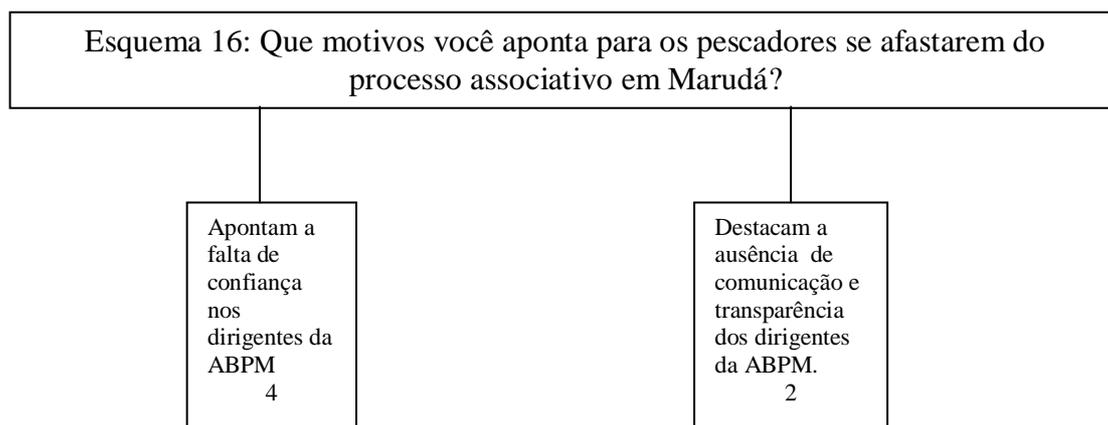
Nota-se que os códigos de confiança mais uma vez são citados como bases fundamentais para o grupo reconhecer seu interlocutor, já que, nesse caso, a subjetividade dos pescadores evidencia o desejo de distanciamento causado por elementos já mencionados que comprometem a confiabilidade, por exemplo, a administração incoerente na ABPM, tomada como algo privado e não público, sem a socialização referente das questões mais complexas que por lá ocorriam. Para os autores que trabalham esta questão, é imprescindível para a construção da auto-gestão a participação do grupo, que se configura como ato basilar ao sucesso desse tipo de organização (DOIMO:1995; REIS:2002; FURTADO: (S/D), CUNHA: 2000; BORDENAVE: 2003; MILANI: 2003; ABRAMOVAY: 2000; LEONARDO (2005); PUTNAM: 2007; MANESCHY & KLOVDHAL: 2007.).

Com o intuito de procurar saber como os pescadores concebem a ABPM quanto às possibilidades de se beneficiarem, a questão seguinte buscou levar o entrevistado a uma comparação do antes e do agora da ABPM.



Os seis ex-associados são unânimes em dizer que não receberiam nada, sendo que um deles retoma a questão do parentesco. Porém, nos depoimentos temos frases como “*Acho que hoje, eu creio que não. Se ela tivesse estruturada, não sei*” (Pc. Pescador de Marudá/julho/2007). “*Não, acho que não, porque ta maior desconfiança depois do financiamento. Entrou dinheiro, sabe como é que é né*”. (Pr. Pescador de Marudá/julho/2007).

O questionamento a seguir, apesar de ter sido feito para os outros dois grupos - associados informais e não associados – foi feito também para o ex-associados, pois consideramos interessante saber as opiniões sobre os motivos de afastamentos dos pescadores diante da ABPM na visão das três tipologias de pescadores aqui criadas.



As respostas indicam elementos semelhantes, mas é interessante destacar o diferencial entre elas, especificamente a falta de confiança nos gestores e apoio na comercialização do pescado, assim como ausência de comunicação e transparência, pois *“O motivo que essa história de não transparência, leva a nada. Fazem tudo por debaixo do pano. Isso leva à desconfiança do pescador. Assim, ninguém tem respeito por ele”* (Pr. Pescador de Marudá, julho/2007)

O depoimento indica que, além da desconfiança entre os pescadores locais, existe a falta de respeito entre associados e dirigentes e destes últimos frente aos órgãos oficiais e não oficiais da pesca.

Doimo (1995), Castro (1992) Burity (2001), Santos (2005) e Putnam (2007) comungam da opinião que a garantia de respeito mútuo entre liderança e liderado constrói o associativismo. Além disso, acionar mecanismos coletivos para a construção de demandas de modo generalizado daria a tônica de espontaneidade desse movimento cuja subjetividade, conflitos e jogo da transparência são focos para alicerçar esse processo. Noto uma declaração clara desse não desejo em retomar a ABPM por partes dos ex-associados, inviabilizando a unidade e polarizando negativamente quando o

assunto é a ABPM. Isso se evidencia na avaliação que fazem do papel de seus dirigentes ao longo dos anos, como retratarei no próximo item dessa dissertação.

3.4 - QUE CAMINHOS DEVEM SER TRILHADOS NO ASSOCIATIVISMO EM MARUDÁ? A ABPM segundo os pescadores

Para reforçar ainda mais a opinião dos pescadores como informantes distribuídos entre três tipologias, elaborei seis perguntas que me permitiram controlar e atingir objetivo nesta dissertação que é delinear o perfil da ABPM e o processo associativo nesta Associação.

Quadro 5: Avaliação dos associados informais, ex-associados e não associados em relação a atuação da ABPM em Marudá até julho de 2007.

	Associados informais				Ex-associados				Não associados			
	E	B	R	I	E	B	R	I	E	B	R	I
Organização política dos pescadores		1	6	5		1	1	4			5	23
Organização da produtividade pesqueira	1	1	2	8				6			4	24
Envolvimentos dos pescadores no local em debates e reuniões	1	5	3	3		1	1	4		3	6	19
A estrutura Predial				12				6				28
Reuniões	1	1	10				4	2		2	8	18
Elaboração de projetos				12				6				28

Fonte: Pesquisa de campo/julho/2007

Convenções:

E: Excelente; B:Bom; R: Regular, I: Insuficiente

Nesse momento da pesquisa três entrevistados tipificados como não associados declararam que não poderiam opinar por ausência de elementos suficientes para julgarem a ABPM. Os demais pescadores oscilaram nas opiniões referentes à atuação da associação no local.

Dos quarenta e nove entrevistados, doze fazem parte do grupo de associados informais. Somente no item sobre reuniões e debates é possível notar uma avaliação favorável, nos demais itens, a maioria, mesmo tendo participado de reuniões, não

acredita no soerguimento da ABPM. O mesmo ocorre com os seis ex-associados, cujas avaliações oscilam entre o regular e o insuficiente em todos os itens. E, finalmente, os não associados informais demonstram conhecer por conversas informais a trajetória da ABPM, principalmente na questão dos benefícios recebidos para compra de redes e barcos por um ex-associado.

Do grupo de trinta e um não associados, vinte e oito manifestaram suas opiniões sobre os eventos ocorridos na associação. É ressaltado o descrédito na mesma.

Está na boca do povo, pois nós sabemos que essa associação é só uma confusão. Ninguém acredita nela e nem no pessoal que está nela, pois parece que os *comandantes* dela têm o bolso fundo. É só entrar dinheiro que o olho cresce. (Ma. Pescador não associado, Marudá, Pesquisa de campo/julho/2007)

De todos os itens, apenas o envolvimento dos pescadores em reuniões sofre avaliação positiva entre os associados informais. Nos demais itens, as oscilações são visíveis entre o conceito regular e insuficiente. Dentre os associados informais, essa avaliação é decorrente do fato de uns serem levados pelo distanciamento do processo associativo, outros por não depositarem crédito, confiança e muito menos esperança de que a reativação da ABPM venha a ocorrer com sucesso (CUNHA:s/d; SANTOS:s/d).

Levando em conta todos os itens, percebe-se que na maioria das respostas leva ao desestímulo e o enfraquecimento do capital social dos pescadores dando indícios de que o associativismo, ao longo do tempo, vem se enfraquecendo em Marudá.

Depois de responderem às perguntas acima, os pescadores associados informais, ex-associados e não associados manifestaram suas opiniões sobre o passado e o presente referente ao desempenho e o papel da ABPM em Marudá, considerando os itens acima mencionados. As impressões dos pescadores estão no quadro 6.

Quadro 6: Avaliação dos “Associados informais”, Ex-associados e Não associados em relação a atuação da ABPM Antes e Hoje (julho de 2007) em Marudá.

	Associados informais				Ex-associados				Não- associados *			
	E	B	R	I	E	B	R	I	E	B	R	I
Antes	4	8				4	2			13	6	3**
Hoje			2	10				6			1	26

Fonte: Pesquisa de campo/julho/2007

Convenções:

E: Excelente; B:Bom; R: Regular, I: Insuficiente

Quanto aos resultados sobre o papel desempenhado pela ABPM no passado e em julho de 2007, a referência que tem grande parte dos pescadores associados informais é sobre o momento em que a associação era ativa na elaboração de projetos de financiamentos de barcos e redes de pesca, além de parcerias que a mesma tinha com ongs, movimentos sociais e instituições de pesquisa, no decorrer dos anos de 1996 e 2001. Com base nesse contexto, para os pescadores a avaliação da associação oscila entre excelente e bom .

Observemos a fala de um entrevistado: “*tudo desandou, bastou entrar dinheiro que ficou tudo ruim. O pessoal cresceu o olho*”, (P.Pescador /Marudá/julho de 2007). Esta é uma avaliação negativa apontada entre os doze pescadores associados informais, dos quais apenas dois acham a atuação regular, o restante considera insuficiente. Esse grupo é que de maneira informal tenta “levantar” a ABPM, mas não tem obtido êxito. A tentativa de reuniões em julho e em agosto de 2007 indica o desinteresse dos grupos estudados.

Existem manifestações entre o grupo dos associados informais sobre a difícil retomada da associação frente ao marasmo dos pescadores que não acataram as decisões tomadas em reunião, que tem uma lista de frequência assinada por dezenove pessoas, para a criação de uma comissão que se reuniria para avaliar a situação da ABPM. Até o término da pesquisa, a comissão havia sido formada mas as avaliações não ocorreram. Abaixo a manifestação de um pescador associado informal:

Fica difícil presidir uma associação se os associados e antigos gestores não colaboram, falando a verdade das coisas, mostrando documentos e como realmente a associação tá com sua dívida. Se isso ocorresse, não existia tanta insegurança das pessoas, pois ninguém está seguro lá. Temos medo de assumir a associação assinar papel e em seguida está a polícia batendo minha porta por roubo. Isso fez com que a associação caísse num buraco. A corrupção, a lavagem de dinheiro, afinal todos querem um bucado do bolo né (St, Pescador associado informal, Marudá/ Pesquisa de campo, julho,2007)

Em relação à opinião do grupo dos ex-associados, a avaliação também se mantém quase no mesmo patamar dos associados informais, já que esses pescadores presenciaram o desempenho da associação desde que ela foi constituída, já que *“Trouxe sim benefícios pra cá. Mas não é isso que nós vê hoje. Tá todo mundo desacreditado. Ninguém pensa em se associar a ela [a ABPM] porque houve muita bandalheira e as pessoas não querem pagar pela dívida dos outros.”*. (Pr, Pescador ex-associado, Marudá,pesquisa de campo/julho/2007)

È possível notar que esse relato representa a opinião da maioria dos ex-associados que depositam pouca confiança nas pessoas que estão à frente do processo de soerguimento e da retomada da ABPM. Dizem não desejarem passar pelos mesmos constrangimentos de que foram vítimas. Isso leva alguns pescadores a um posicionamento mais rígido sobre a retomada da ABPM.

Ela [ABPM] precisa se reestruturar por dentro. Se não for feito isso, não vai dar certo o levantamento dela. Veja só, ela está com processo na justiça, pois dois barcos estão apodrecendo no porto, isso prejudicou os componentes da associação. Outra coisa, a ABPM está em dívida na Secretaria da Fazenda. Ai pára tudo, não tem como ela se reerguer. Assim, não tem projeto de financiamento. Mas isso não é o mais importante. Os pescadores acham que estão cheios de mentiras e também só pensam nos materiais de pesca. Eu não penso assim. Acho que tem que deixar a associação forte a partir da organização dela em todos os sentidos. Por isso que não acredito nela, que ela vá se reerguer de novo. Tem que mudar tudo. (Cz, pescador ex- associado, pesquisa de campo, Marudá/julho/2007)

A questão sobre projetos de financiamentos elaborados de forma fechada envolvendo parentes dos dirigentes é recorrente.

Na análise dos dados chama atenção nos depoimentos dos ex associados, “união” dos pescadores que existia antes dos episódios envolvendo dinheiro e corrupção.

Acho que antes nós éramos mais unidos, né! Antes de sair esses barcos não tinha nada disso, de cada um só pensar em si. Depois disso tudo ficou ruim, todos ficaram desconfiados. Nós éramos muito mais unidos mesmo, agora foi todo mundo se afastando, se afastando e ta assim.” (ML, Pescador de Marudá/julho/2007)

Para um ex-associado o processo da desunião de pescadores surge de variadas formas, atribuída, principalmente pela distinção feita entre os pescadores quando chegaram materiais de pesca, que não atendiam a todos. Este fato intensificou a desconfiança entre os associados e dirigentes. Esta situação denota que o processo de associativismo foi concebido de forma equivocada com a criação da associação que teve que ser efetivada para ter acesso às políticas de crédito (LEITÃO:1997; CONCEIÇÃO E MANESCHY:2003; NEVES:2006; MANESCHY & KLOVDHAL:2007)

Do grupo dos trinta e um informantes pescadores não associados que foram entrevistados, três não emitiram opinião sobre o antes e hoje da ABPM. Seis falaram apenas sobre o hoje, pois antes nada sabiam da ABPM : *“Apenas ouvi falar, nem sabia que ela ainda existia. Só sei que tem uma briga feia aí pra ver quem paga e quem não paga os barco financiados. Agora eles querem retomar a situação. Não sei como tá, não”*(Al. pescador não associado, Pesquisa de Campo, de Marudá/julho/2007)

Treze pescadores do grupo de não associados consideravam antes a atuação da ABPM boa devido ao financiamento dos barcos que tinha saído para alguns pescadores. Em contrapartida, vinte e seis pescadores acham a atuação da ABPM insuficiente nos dias de hoje. Essa opinião decorre da má gestão do ex-presidente que, segundo depoimentos, *“fugiu e levou todo o documento da associação”*.

Nota-se que ao longo do tempo, dependendo dos benefícios materiais e da ação ativa dos dirigentes da ABPM , os pescadores emitem opinião positiva, mas foi a dinâmica de envolvimento em projetos de financiamentos que, segundo os eles, desarticulou o sentido coletivo da associação, é que a entidade entrou em processo de fragilidade associativa pelas questões já mencionadas, e contribui para o enfraquecimento do capital social que poderia ser fortificado nesse momento.

A última pergunta feita a todos os pescadores entrevistados e que complementa os dados para a proposta de pesquisa dessa dissertação é sobre a viabilidade da ABPM.

Quadro 7 Opinião dos pescadores sobre como a ABPM pode desenvolver um melhor trabalho em Marudá.

Tipo de Resposta	Associados informais	Ex associados	Não associados
Um dirigente mais engajado	3	4	15
Compromisso do Pescador e da associação	5		14
Comunicação dos dirigentes da associação			2
Melhor organização interna da associação	3	2	
Realização de reuniões mais intensas	1		
TOTAL	12	6	31

Fonte: Pesquisa de Campo/Julho de 2007

Engajamento dos dirigentes é a resposta que mais aparece entre os associados informais, pois na atualidade há menção de que o pescador que se intitula “presidente da associação” não possui um perfil arrojado para dar os encaminhamentos que a ABPM necessita para sua viabilidade econômica e social, principalmente a econômica,

Tá faltando um cabeçalho pra botar ela [a ABPM] pra frente. Alguém que dê um impulso que levante ela mesmo. Se não for assim, desse jeito ninguém vai mais lá. Tá faltando mais reunião, porque fazem uma hoje e depois só daqui a dois meses. Aí não tem condição nenhuma. Assim, eu acho que não vai dá certo. Tá muito fraco. Aí tem mais, o povo é muito ambicioso, ninguém quer ajudar, trabalhar junto. Só um faz. Quando nós fizemos o bingo foi um exemplo disso. O pescador deve se preocupar, pois é ele que tem que se virar. Vejo o “Y” chamando pra reunião, mas ninguém se interessa, porque não tem uma pessoa que bote pra frente isso. Agora pra levantar, depois da sujeirada tá difícil. (DN, pescador associado informal, pesquisa de campo, Marudá, Julho/2007)

Entre os pescadores associados informais que é o grupo que luta pela revitalização da ABPM, as críticas aos seus pares aconteceu pela falta de engajamento no processo político. Uma justificativa de parte desses atores que não participam das reuniões e discussões é que não são associados, o que enfraquece ainda mais a ABPM.

Acho que está faltando muita coisa, mas o principal é vencer a batalha do reconhecimento dela. Assim nós pode caminhar e levantar ela. Acho que os pescadores poderiam ser mais envolvidos com a associação. Quando tiver reunião tem que ir e vê o que eles [dirigentes] têm pra falar. Tem que ser devagar, não dá pra ser rápido. O problema é que as reuniões acontecem uma longe da outra e então o pessoal fica desanimado. Outra coisa, nós temos que se unir, pois ninguém quer se envolver nos trabalhos pra levantar ela [a associação]. Assim acho meio difícil nós caminhar pra frente. O cabeça da história deve ver isso aí, senão vai ser devagar o levantamento da associação. (Dh, pescador associado informal, pesquisa de campo, Marudá, Julho/2007)

No conjunto das entrevistas, a opinião de fortificar a ABPM, via associativismo politicamente organizado, não existe. O que há nos relatos, depoimentos e entrelinhas das conversas informais é que deve haver uma reestruturação da ABPM para que sejam retomados os contatos com as instituições que poderão proporcionar assessorias, indicando novos rumos para que a ABPM volte a representar os pescadores nos seus anseios econômicos, por meio de projetos que possibilitem o acesso aos apetrechos de pesca, sem esquecer os mecanismos para fortalecer os pescadores locais como categoria de trabalhadores organizada.

Entre os pescadores ex-associados existe a falta de confiança no processo em andamento para a eleição de uma direção, caso as pendências sejam resolvidas, principalmente porque,

Pra reabilitar ela [a ABPM] no caso, primeiro quitar a dívida em relação os projetos que foram feitos. Até os barcos estão alguns inadimplentes... Isso poderia ser feito numa junta governamentativa para caçar quem tá com o documento dela. Eu acho que deve ter mais produção, mais projeto, pra conquistar seu benefício. Mas também o pescador tem um desinteresse aqui. Mas é isso, se eu não fizer uma proposta boa pra você, e não me interesse por você, não é verdade? Por isso tá essa decadência da associação com pescador. Há displicência de quem está na associação agora. Não há interesse. Estão querendo reativar ela. Mas não acho que está tendo interesse, porque eles não correm atrás do processo. (Pc, Pescador associado informal, pesquisa de campo, Marudá, julho/2007).

Somado a isso, há indícios de que entre os ex-associados haveria um pensamento de transformar a associação em uma cooperativa.

“Falta uma organização pra venda do peixe. O mercado deveria ser aproveitado. Nós ia receber um frigorífico. Assim, nós vinha, tirava a despesa pra não cair na mão do atravessador. Mas isso não aconteceu. O pescador deve vender seu peixe quando chegar. Depois criou o mercado municipal pela LBA e o terreno foi doado pelo Yamada. A intenção era eliminar o atravessador. Mas isso não ocorre hoje. O mercado era comunitário, mas não é hoje. Ela [a associação] só podia funcionar direito, se tivesse um presidente e um tesoureiro bom. Se ela tivesse convênio com uma coisa qualquer pra puxar alguma coisa pra ajudar na pesca de Marudá. Os pescadores são interessados na associação, mas é preciso mais união. (Pc, Pescador, ex-associado, pesquisa de campo, Marudá, Julho/2007

Na intenção de criar uma cooperativa, nota-se, no depoimento acima, a menção na organização interna e no interesse do pescador na busca para unir forças a fim de eliminar o atravessador do processo de venda do pescado. Essa vontade é um desejo histórico e constante em áreas de pesca dessa região, a exemplo de Tamaruteua, próximo a Marudá, onde para eliminar a dependência financeira e humilhações sofridas pelos pescadores junto ao atravessador, a cooperativa tornou-se uma alternativa. (FURTADO E NASCIMENTO:1982). Talvez, o cooperativismo seja um caminho para acionar o capital social não só desses pescadores, mas também dos que não estavam engajados diretamente na ABPM. Terminada a entrevista, o pescador me informou que trabalha com a venda de seu peixe de maneira informal e seus companheiros o criticam por isso, mas considera que somente assim fica mais fácil driblar a dependência que todos têm do atravessador.

Apesar das variações obtidas em respostas de não associados, grande parte indica três caminhos para o desenvolvimento de um associativismo concreto em Marudá: que tenha um dirigente mais engajado; que haja compromisso assumido do pescador com a associação e seu quadro social e por fim, indicam o cooperativismo como saída para a crise associativista.

Os depoimentos abaixo refletem o conjunto das perguntas feitas pelo pesquisador ao longo desta pesquisa e de alguma maneira sintetizam as dúvidas e aspirações dos pescadores que acreditam que “*união faz a força*”. O pescador tem certeza que essa união somente será possível quando compromissos assumidos pelos antigos associados da ABPM forem resolvidos, pois sanando a inadimplência junto aos órgãos financeiros, a associação poderá ser retomada, mas para isso:

Falta compromisso da associação. Antigamente ela tinha projetos e dava empréstimo. Não tem como reativar a associação, o débito é muito grande na receita. A última vez que um senhor aí, um “testa de ferro”, puxou pelo computador tinha mais ou menos setecentos reais de débito. Assim os que estavam na frente vão se meter no meio de novo? Não é pra mim não, se meter numa dessa! Não tem nada no mundo que não tenha que gastar dinheiro. Mas o povo não quer isso! Falta de compromisso do pescador também. O senhor quer saber minha verdade sob o desinteresse do pescador? Ao mesmo tempo em que chega um plano para empréstimo, anima o pescador, mas no mesmo tempo cai pelas coisas que fazem com o dinheiro. Aí o pescador fica desgostoso. O que eu acho mesmo é que devia existir uma cooperativa aqui. Assim só ganha quem trabalha. Fora isso, não tem nada. Assim um vigia o outro. Ai sim, funcionava. Com isso ainda iria acabar com o atravessador que destrói toda a produção e sacrifica pescador daqui. (Ar, pescador não associado, pesquisa de campo, Marudá, julho de 2007)

Se todo o pessoal colaborasse, estaria bem. Se os membros funcionassem legal, mas só pensam no bolso dele, então não tem condições...O pessoal não tem força de vontade. Se tivesse força de vontade em qualquer canto dava resultado. Mas eles [os dirigentes] não têm... é preciso se unir, pois a “união faz a força”. Do contrário não dá certo. Aqui acho difícil essa associação ir pra frente”.. Outra coisa, ela tem que se legalizar, está tudo enrolado lá. Diz que tem um presidente, mas não tem.. (Fc, pescador não associado, pesquisa de campo Marudá, julho de 2007)

As falas dos não-associados, em particular os que ressaltam que “*a união faz a força*”, remetem a análise de Neves (2006) ao citar o jargão “unidos venceremos” nos estudos em uma associação de produtores rurais em Terezópolis, no Rio de Janeiro. Para a autora, esse termo é usado como mecanismo de pertencimento e modo simbólico dos agricultores familiares manifestarem essas crenças, já que é a partir dessa união que o associativismo poderia obter sucesso. Esse tipo de retórica não deve ficar somente na crença, mas tornar-se concreta e com efeito prático e por si só retomar e enriquecer o capital social conforme nosso entendimento até aqui, o que não foi encorajado pelos que tentam retomar a ABPM e pelos pescadores em Marudá até o final desta pesquisa.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Acredito que a ABPM em seu processo histórico sofreu, ao longo do tempo, mudanças significativas em sua formação. A princípio, sobre bases religiosas, ainda como *Grupo Numero 8*, cujas discussões davam um indicativo comunal em suas proposições. Após esse período, como associação formalmente construída e “*ganhando ares de independência*”, o coletivo cedeu lugar ao individualismo. Em seguida a ABPM ganhou tônica político-partidária, já que um de seus dirigentes, na década de 1990, evidenciava tal perfil com seu envolvimento direto com partidos políticos, materializado dentre outros fatores pela sua candidatura a vereador e vice prefeito.

Se as transformações influenciaram na gestão da ABPM é uma questão importante nessa discussão, mas que a postura dos dirigentes influenciava os associados, não se pode negar. Isso ocorre na atualidade em decorrência de fatores, sendo um deles a articulação de um antigo dirigente da ABPM para agregar pessoas afim de se associarem a associação, buscando a formação de uma base quantitativa para a “*tomada*” da colônia⁴⁹ de pescadores Z6 nas últimas eleições, objetivo esse que não foi atingido. Esse fato coloca em questão os prerrogativas organizativas da retomada da ABPM veiculada pelos seus mentores na localidade na busca da organização pesqueira no desenvolvimento local e na melhoria de vida dos pescadores da região.

Como muitas águas passaram por debaixo dessa ponte, suas fortes correntezas mostram que a ABPM e seus dirigentes trilharam caminhos complexos em gestões desde que se denominavam *Grupo Numero 8*, repercutindo negativamente na tentativa de retomada da associação nos dias atuais e colocando em dúvida seu papel enquanto associação no sentido estrito como analisou Leonardo (2006) em sua tese de doutorado quando fez uma análise histórica do perfil das associações em sentido estrito no direito privado com enfoque na constituição de 1988 e voltando seu olhar para as particularidades políticas, econômicas e sociais do Brasil, onde se insere as áreas pesqueiras como é o caso aqui estudado.

⁴⁹ Quando a Colônia de Pescadores é dirigida por pessoas fora do contexto pesqueiro, essa gestão se desenvolve com reclamações constantes dos pescadores que, em alguns casos, se articulam, através dos movimentos sociais, para disputarem eleições internas, quando há o processo eleitoral na entidade. Nesse momento o termo “a tomada da colônia” é utilizado para simbolizar a disputa e a conquista dela pelos pescadores contra um inimigo comum.

Desejos materiais, políticos e o jogo pelo poder foram fatores que deflagraram interesses diversos, cuja base parental apoiava tal perfil, sendo um dos indicativos de uma postura não cívica e enfraquecedora do capital social (PUTNAM:2007).

Do outro lado da ponte, estão os pescadores, ex-associados, não associados e associados informais que, com suas (des) esperanças e decepções, trilham os caminhos e (des) caminhos do associativismo levados pelo contexto que os cerca. Os pescadores não demonstram maturidade de entendimento dos reais objetivos do associativismo e muito menos do tempo necessário para maturar esse movimento denominado por uns e criticados por outros de “movimento espontâneo” (DOIMO:1995; NEVES, 2006.) .

Os resultados dessa “pressa associativista” trouxeram conseqüências negativas, desde sua efemeridade existencial, resultando na participação tímida de seus associados em reuniões e debates de interesses coletivos. Isso aparece no contexto aqui analisado a partir das três tipologias de pescadores, impedindo a pressão diante do Estado e, conseqüentemente, enfraquecendo a eficácia pela busca da demanda política, econômica e social devido à dispersão de seu capital social.

Por outro lado, a gestão de recursos financeiros e a busca por uma organização política mais sedimentada parecem não ultrapassar o tipo ideal, tanto no passado como no presente, entre pescadores e a ABPM, ficando claro nos depoimentos dos pescadores, independente de sua tipologia, o que compromete o processo organizacional e principalmente o interesse de agências nacionais e internacionais, instituições de pesquisas e órgãos governamentais para orientar a elaboração de projetos na busca de financiamentos.

A situação atual da ABPM, de indiferença dos pescadores e de alguns ex-dirigentes, de dívida financeira junto aos órgãos públicos, a coloca numa linha tênue de existência. Isso demonstra que o olhar das particularidades, a visão aguçada das subjetividades e o simbolismo cultural que estão presentes no cotidiano desses pescadores não foram percebidos como um todo o que os colocou em situação de constrangimento mediante as políticas públicas.

O olhar enviesado do Estado sobre esses produtores familiares leva a conseqüências desastrosas, como o desembolso de recursos públicos inadequados e de poucos resultados práticos com foco na organização política e coletiva. Além dessas

questões práticas, a ausência do processo identitário, ou seja, de reconhecimento enquanto trabalhador do mar, enfraquece ainda mais o associativismo pesqueiro.

O quadro acima parece ser similar a associações de regiões diversas do nordeste do Pará, tornando cada vez mais difícil o acesso às políticas públicas e aquisição de recursos financeiros para resolução de questões materiais e que, de certa forma, faz parte das aspirações econômicas dos pescadores. Mas para isso o capital social deve ser um aliado desses trabalhadores do mar no que tange à participação, interesse, respeito mútuo e socialização das informações sob a ótica interna e externa das associações.

Assim, a verdadeira rubrica do movimento social organizado e a caracterização de um personagem central da vida política que se dá pela expressão de seus desejos na constituição de sua vida cotidiana, sendo essa uma trajetória a ser seguida (PUTNAM:2007; E DOIMO:1995). Inspirado nessa postura, avaliamos que isso não foi absorvido tanto pelos dirigentes da ABPM e muito menos pelos pescadores de forma geral, elevando de modo negativo o associativismo tanto na forma quanto em seu processo existencial na localidade, configurando situação semelhante em outras experiências da região nordeste paraense, demonstradas nesta dissertação.

Saber se a ABPM que, simbolicamente, ainda existe para uns pescadores enquanto que para outros “*está morta*” e “*não existe*”, resistirá à rejeição que sofre não é o objetivo aqui responder. Mas que ela é a associação “*do já teve*⁵⁰”, isso ninguém pode negar. Como recuperar isso? É possível seu soerguimento? Como pensar ou não a existência de capital social nesse contexto?

Aponto perspectivas positivas quando lanço olhar para um novo cenário no Estado do Pará através da criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEPAQ que poderá oferecer possibilidades de discutir a retomada de associações, cooperativas e sindicatos ligados à pesca, considerando que à frente dessa instituição estão estudiosos e pessoas oriundas do movimento social na pesca, o que abre o leque de possibilidades de relações mais próximas da realidade pesqueira sem um olhar equivocado sobre as particularidades desses “Povos das Águas” no Estado, nos momentos de elaboração de políticas públicas. Provavelmente, a valorização das experiências vividas será um dos caminhos para se repensar determinadas posturas entre

⁵⁰ Depoimento de um pescador para se referir o período em que a ABPM era ativa e participava de vários projetos de financiamentos.

os pescadores e a ABPM, em especial, evitando delegar aos “*de fora*” a missão organizativa local. Isto é possível com a busca e o retorno da atmosfera da confiança, com participação e a capacidade de formar redes de comunicação interna e externa, em uma relação constante com institutos de pesquisa, como o MPEG e UFPA.

As possibilidades levantadas no parágrafo acima podem servir de base para a construção e acúmulo de capital social como condição importante para se criar uma sinergia associativista em Marudá, coroada pela materialização dos anseios dos pescadores que acreditam no processo organizativo.

Diante do que foi discutido, uma questão precisa ser considerada: os pescadores desejam isso?

Esta questão aparece ao longo desta dissertação, que foi elaborada a partir de depoimentos e também por perceber, como pesquisador, que em Marudá existe potencial humano que pode tomar a frente e dar um novo significado à organização associativa local, seja na retomada da ABPM seja em uma cooperativa, sugestão que aparece na fala de alguns pescadores. Tudo pode oportunizar o engajamento e reverter o quadro atual em Marudá para responder ao desenvolvimento local, bem-estar e à qualidade de vida dos pescadores artesanais local.

Por fim, o capital social que aqui foi discutido sob a realidade marudaense com foco na relação entre ABPM e pescadores do local, precisa ser incentivado pois, segundo os autores que apoiaram minhas análises, quanto mais se gasta esse capital mais ele se acumula, ou seja, não é um bem quantificável, mas tem um valor que, se acionado, possibilita a pressão sobre as instituições públicas de forma coletiva.

Assim considerado, o capital social terá reservas para o futuro, mesmo que em alguns pescadores em Marudá ele pareça ter adormecido. Esse capital representa o potencial de gestão e o compromisso de reconhecimento de grande parte dos que ali vivem e sobrevivem. Acredito que incentivar esse potencial através de ações que eleve a auto-estima desses atores sociais pode ser uma alternativa para (re) significar os (des) caminhos pelos quais passa o associativismo em Marudá, tomando o capital social pesqueiro local possibilitando aos pescadores trilhar novos caminhos voltados para o associativismo no Pará e na Amazônia e que para que não haja descompasso o que se compreende por associação e o que se espera dela.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves, LEITÃO, Wilma e MELLO, Alex Fiúza de. **Povos da águas, realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.1993 (Coleção Eduardo Galvão)

_____. Trabalho feminino e participação política como instrumento para a manutenção e renovação da qualidade de vida In: FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Amazônia, desenvolvimento, sócio-diversidade e qualidade de vida**. Belém: Universidade Federal do Pará. Núcleo de Meio Ambiente.1997 (Série Universidade e Meio Ambiente.)

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento territorial. In: **IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Universidade do Rio Grande do Sul. 2000.

BARDIN, LAurence. **Análise de conteúdo**: métodos de investigação. Lisboa. Edições 70, 1977.

BEZERRA, Paulo Ricardo de S. Os pescadores e a recente normatização da pesca no Estado do Pará: elementos para o reconhecimento da expressão ambientalista num movimento social. In: **Papers do Núcleo de Altos estudos Amazônicos. N. 127**. Belém: Universidade Federal do Pará. 2000

BIORN, Maybury- Lewis. Terra e água, identidade camponesa como referencia de organização política entre os ribeirinhos do rio Solimões. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves (Org). **Amazônia, desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida**. Belém. UFPA, NUMA.1997

BURITY, Joanildo A . Identidade e múltiplos pertencimentos nas práticas associativas locais. In: **Cadernos de estudos sociais de Recife**. Recife v.17, n.2, p.189-228, jul/dez. 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Editora DIFEL (Coleção Memória e sociedade) .1989.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 8ª Edição – Campinas , SP: Papyrus, 2007.

_____. O Capital Social. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Arcaino (Orgs). **Escritos de Educação**. 5 Edição. Petrópolis.- RJ. Vozes, 1998 (Coleção Ciências Sociais da Educação)

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre. Bourdieu**. Rio de Janeiro, Editora Petrópolis, 2003 (Tradução Lucy Guimarães).

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**.- 8ª Edição.- São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos)

BRASIL. Senado Federal - Subsecretaria de Informações DECRETO Nº 83.148, de 08 de fevereiro de 1979. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaPublicaçõesaction?id=211687>.12/01/2008

CABRAL, Neila Waldomiro do Socorro Sousa. **Desenvolvimento da pesca artesanal no Nordeste Paraense**: políticas públicas , capital social e participação. Belém, UFPA, NAEA. 2002 (Dissertação de Mestrado).

CAPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes & GONÇALVES, Carlos Alberto. **Análise de conteúdo e análise de discurso nas Ciências Sociais**. Disponível em: <http://www.geocites.com/Athens/Aegean/5389/Análise2.pdf>. Consultado em 28 de outubro de 2007.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da, MANESCHY, Maria Cristina. Pescadores, agricultores e ribeirinhos na Amazônia oriental: associativismo e sustentabilidade. In: **Boletim Rede Amazônia**. Ano 2, nº 1, 2003. p. 61-69.

_____ Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação social na Amazônia. In: Maria José Jacskon da Costa (org). **Sociologia na Amazônia**, debates, teorias e experiências de pesquisa. Belém, Editora Universitária da UFPA, 2001 (p. 141-164)

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto . O olhar ,o ouvir e o escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. Brasília, Paralelo 15. São Paulo. Editora UNESP. 2000

CAMPOS, A. J. Teixeira. Movimentos sociais de pescadores da, Amazônia: In: Lourdes Furtado; Wilma Leitão e Alex Fiúza de Mello.(Orgs). **Povos da Águas**: realidade e perspectiva na Amazônia. Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi.1993.

CASTRO, E. Pobreza, desenvolvimento e crise ecológica: organizações do campo como resposta. In: **PARÁ, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Seminário Internacional Sobre Meio Ambiente da Amazônia**. SIMDAMAZÔNIA Anais. Belém Pará – Prodepa, 1992.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Confiança, capital social e desenvolvimento territorial. In: **Revista RA'EGA**, Curitiba,UFPR n. 4, 2000. p. 49-60. 2000.

D'ARAÚJO, Maria Celina **Capital Social**.- Rio de Janeiro. Jorge Zahar. Ed. 2003 (Passa-passos. V.25)

DA ROCHA, R.M. da. SARAIVA, S.Z.R. & outros. **Delineamento da situação das organizações sociais de pescadores da Amazônia**: o caso do nordeste paraense. In: XIMENES, Tereza. (Org). Políticas públicas nos países amazônicos.. Belém: Associação de Universidades Amazônicas.Universidade Federal do Pará. Núcleo de altos Estudos Amazônicos, 1996. (p.437-501) (Série Cooperação Amazônica. 17)

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz popular**. Movimentos sociais e participação política no Brasil.Rio de Janeiro. Relume –Dumará;ANPOCS, 1995.

DIEGUES, A . C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo. Àtica. 1983

DUARTE, Luis Fernando Dias, **As redes do suor**. A reprodução social dos trabalhadores de pesca em Jurujuba. Niterói: EDUFF,1999.

FELDMAN-BIANCO, Bela & RIBEIRO, Gustavo Lins. **Antropologia e Poder. Contribuições de Eric R. Wolf**. Brasília: editora Universidade de Brasília : São Paulo; : editora UNICAMP.2003

FERNANDES, Florestan, **Organização social dos Tupinambás** 2ª edição revisada e ampliada. Difusão Européia do Livro.1963.(Série Corpo e Alma do Brasil).

FERREIRA, Marcelo Costa. Associativismo e contato político nas regiões, metropolitanas do Brasil:19988-196. Revistando os problemas da participação. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 14, nº 41, Outubro/1999.

FONTES, Breno Augusto S. Maior Redes de movimentos sociais : um estudo dos movimentos sociais de bairro da Zona Norte do Recife. In: FONTES, Breno Augusto S. Maior. **Movimentos sociais. Produção e reprodução dos sentidos**. Recife. UFPE. 1999.(p. 183-224)

FORLINE, Louis; FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Novas reflexões para o estudo das populações tradicionais na Amazônia**: por uma revisão de conceitos e agendas estratégicas. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.Belém: MPEG. 2003.

FURTADO, L. G. **Currallistas e Redeiros de Marudá** – Pescadores do Litoral do Pará.Belém: CNPq. Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

_____. “Reservas pesqueiras”, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas. In: Furtado, Leitão e Mello (orgs). **Povos das Águas**: realidade e perspectiva na Amazônia ..- Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

_____**NASCIMENTO, Ivete Herculano; ALENCAR, Edna Ferreira e MOREIRA, Edma Silva. Lago Grande de Monte Alegre : Relato sobre gente, ambiente e conflitos sociais no Médio Amazonas**.Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi.(s/d)

_____**NASCIMENTO, Ivete Herculano. Pescadores de linha no litoral paraense: uma contribuição aos estudos de campesinato na Amazônia**.In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, 82,Nova Série, Antropologia, 04/1982

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens**. Um estudo da vida religiosa de Ita.Baixo Amazonas. São Paulo, E, Nacional. INL, 1976.(Brasiliiana).

GEERTZ, C. **O saber local**. 2ª. Editora Vozes. SãoPaulo.1999.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 2ª edição. Petrópolis..Editora Vozes/ FASE, 1990.

YÁNES, Ernesto. **Capital social , pobreza y políticas públicas**. Canadá Editora.1999.

HEBETTE, Jean. A relação pesquisadores-agricultores. Diálogo, parceria , aliança? Uma análise estrutural. In: **Agricultura familiar, pesquisa, formação e desenvolvimento**. V.1, nº 1. 1996 (p.38-57.)

_____, ALVES, Juliette Miranda, QUINTELA, Rosangela da S. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. In: HÉBETTE, Jean, MAGALHÃES, Sônia Barbosa e MANESCHY, Maria Cristina. (Orgs). **No mar, nos rios na fronteira. faces do campesinato no Pará**. Belém, EDUFPA. 2002. (p. 175-2002)

LEONARDO, Rodrigo Xavier.**As associações em sentido estrito no direito privado**. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.São Paulo.2006 (Tese de Doutorado)

LEITÃO, W. **O Pescador mesmo**. Um estudo sobre o pescador e as políticas públicas e desenvolvimento da pesca no Brasil. Belém. Universidade Federal do Pará, Departamento de Antropologia. 1997 (Dissertação de Mestrado)

LEITÃO, Wilma & MANESCCHY, Maria Cristina. Pesquisa desenvolvimento e movimentos sociais de pescadores: experiências no Pará. In: **Agricultura familiar, pesquisa, formação e desenvolvimento**. V.1, nº 1. 1996 (p.81-98.)

LIMA, Lenivaldo Marques da Silva, Movimentos sociais: identidade, representação e ideologia. In: FONTES, Breno Augusto S. Maior. **Movimentos sociais. Produção e reprodução dos sentidos**. Recife: UFPE. 1999.(p. 59-82)

LIMA, Josinete Pereira. **Pescadoras e donas de casa: a invisibilidade do trabalho da mulheres numa comunidade pesqueira – o caso da Baía do Sol**.Belém.UFPA/Departamento de Sociologia. 2003. (Dissertação de Mestrado)

LOUREIRO, Violeta R. **Parceiros do mar**.Belém.Museu Paraense Emílio Goeldi.1985

LUNDWAL, Joanna Maria. **El capital social y su relacion com el desempeno de la democracia local y descentralzacion exitosa: el caso de Honduras**. San José. 2003.

MANESCHY, M. C **Uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém, Editora UFPA/NAEA 1998. p.228

_____ & ALMEIDA, Marineide Pereira. Torna-se mulher pescadora: associações de mulheres e constituição de sujeitos políticos.In: HEBETTE, Jean, MAGALHÃES, Sonia, MANESCHY, Cristina. (Orgs) **No mar, nos rios e na fronteira**. Faces do campesinato no Pará. Belém, EDUFPA, 2002.p. 47-82

_____ALENCAR Edna, NASCIMENTO, Ivete Herculano.Pescadoras em busca de cidadania. In: ALVARES, Maria Luiza Miranda, D`INCAO, Maria Ângela (orgs). **A mulher existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia Editora.1995.

_____KLOVDHAL, Alden. Redes de associações de grupos de camponeses na Amazônia Oriental (Brasil): fontes de capital social?. In: **REDES**, Revista Hispano para el análisis de redes sociais. V. 2, nº 4, junho de 2007.

MACGRATH, David; CASTRO, Fábio de; CAMARA, Evandro e FUTEMMA, Célia. **Manejo comunitário de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia**. Papers do Núcleo de Altos estudos Amazônicos N 58. Belém: Universidade Federal do Pará. 1996.

_____AMARAL, Lucilene; ALMEIDA, Oriana .Sistema de crédito para a pesca artesanal: o impacto do FNO da renda do pescador do Baixo Amazonas e inadimplência. In: **III Encontro da ANPPAS. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e Meio Ambiente e Sociedade**. Brasília, DF. 2006.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Associações camponesas: reflexões sobre organização social e participação política. In: HÉBETTE, Jean, MAGALHÃES, Sônia Barbosa e MANESCHY, Maria Cristina. (Orgs). **No Mar, nos rios na fronteira. Faces do campesinato no Pará**. EDUFPA. Belém. 2002 (p. 277-289)

MARINHO, Marta Goreth Lima, Migração, uma estratégia de sobrevivência para o pescador artesanal? In: FURTADO, Lourdes Gonçalves&QUARESMA, Helena Dóris A. Barbosa. (Org).**Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal**. Museu Paraense Emílio Goeldi (Coleção Eduardo Galvão). Belém-Pará. 2002.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.

MARTINS, Paulo Henrique. As redes sociais, o sistema da dádiva e o paradoxo sociológico. In: IVO, Anete B. L. & Scherer-Warren (Orgs).**Cadernos CRH**. V.17, n. 40, jan-jul. 2004. Dossiê: Pobreza, Justiça e Dádiva. ISSN. 0103-4979.

MARTELETO , Regina Maria, SILVA, Antônio Braz de Oliveira. Redes e capital social:o enfoque da informação para o desenvolvimento local. In: **Ciência e Informação**. Brasília. V.33, nº 3. Setembro/Dezembro . 2004

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo, Ática, 1986.

_____ **Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marinha**.- São Paulo: ANNABLUME,1993 (Selo Universidade7)

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva , formas e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. Introdução a obra de Marcel Mauss, de Calude Lévi-Strasus. São Paulo ,EPU,1974.

MELLO, Alex Fiuzade. Movimentos sociais na pesca. In: **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia**. Belém: MPEG.V.11, nº 1, Junho. 1995 (p. 19-39)

MENASCHE, Renata. Capinar: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar. In: **Revista virtual de Humanidades**. N.11 v.5 jul/set.2004. Dossiê gênero.Disponível em <http://www.seot.com.br/mneme>.

MILANI, Alberto. Teoria do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintados (Bahia, Brasil). **IV Congresso Regional ISTR-LAC**. San José, Costa Rica. 2003.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **Trabalhadeiras e camaradas**. Relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA, 1993 (Coleção Igarapé)

NACIF, Adelaide. **Pesca Artesanal : aspectos ambientais, sócio-econômico e culturais**: o caso e Marudá/Pa. Belém: UFPA/NUMA. 1994.

NERY, Arian da Costa. Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional na Amazônia- Zona do Salgado – Pará. In: SILVEIRA, Isolda Maciel da, NASCIMENTO, Ivete; FURTADO, Lourdes Gonçalves (Org). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: MPEG. Vol 11, n 2, Dezembro de 1995.

NASCIMENTO, Flavia Maria Costa . **Capital social e associativismo de pescadores no Município de Bragança, Pa**. Relatório Institucional de Bolsa de Iniciação Científica. Belém: PIBIC/CNPq.UFPA.S/d

NASCIMENTO, Ivete Herculano do. O tempo na pesca artesanal. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, Pa. MPEG. 1995

_____. **Homens e peixes: o tempo na pesca artesanal**. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 1993. (Dissertação de Mestrado).

NEVES, Delma Pessanha. **O associativismo e a imposição do agricultor solidário**. Rio de Janeiro. 2006 (No prelo)

POTIGUAR JÚNIOR. Petrônio Lauro Teixeira. **Uma etnografia da migração de pescadores no estuário do Pará**: um estudo de caso na Vila de Marudá, Marapanim , Pará. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Departamento de antropologia da Universidade Federal do Pará, Belém, Pa. 2000.

_____. **Os impactos dos movimentos sociais na pesca**: um estudo de caso na Ilha de Caratateua, Belém, Pa. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Universidade Federal do Pará. (UFPA. 2001). (Relatório Inédito).

_____. **Os impactos dos movimentos sociais na pesca**: um estudo de caso na Vila de Marudá, Belém, Pa. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/MPEG, 2001. (Relatório de Pesquisa).

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**. A experiência da Itália moderna. 5 edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RATTNER, Robert. **Prioridades**: construir o capital social. Texto disponível em www.abddl.org.br/rattner. Acesso em 23 de outubro de 2006, as 22:30.

REIS, Bruno Pinheiro W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba N.21, novembro 2003.

REIS, Maria de Nazaré Ferreira. **A dinâmica do cooperativismo alternativo na Bragantina, Estado do Pará:** agricultores familiares no caminho da participação da gestão. Belém, UFPA. (Dissertação de Mestrado). 2002.

SANTOS, Marcos Antônio Souza dos A cadeia produtiva da pesca artesanal no estado do Pará: estudo de caso no Nordeste paraense In: **Amazônia: Cia. & Desenv.**, Belém, v.1, n.1, jul. /dez. 2005.

SANTOS, Valcir Bispo. **Capital Social em áreas de Acordos de Pesca na Amazônia Oriental:** articulações entre escalas e aspectos institucionais e organizativos nos processos de aprendizagem e inovações de pescadores artesanais ribeirinhos. Belém. S/D

SCHERER- WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** São Paulo : HUCITEC, 1998

_____. Associativismo civil e interculturalidade na sociedade global Disponível em: www.democraciaparticipativa.org/Páginas/assocativismo.htm. 26/08/03 as 14:30

_____. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina, SILVEIRA, Leandro Lima da (Orgs) **Redes sociais e territórios.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. 260p

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. (Org.) **Simmel - Sociologia.** São Paulo: Ática, 1988, pp. 122-164.

_____. **Questões fundamentais da Sociologia : indivíduo e sociedade.** São Paulo.- Editora Jorge Zahar. 2006.

SILVA, Luis Geraldo (Coord) . Os pescadores na história do Brasil. Volume 1 – Colônia e Império. In: **Comissão Pastoral dos Pescadores.** Boa Vista , Recife. Pe. Vozes, 1988

SILVEIRA, Isolda Maciel da. Formas de aviamento num povoado pesqueiro da Amazônia. In: **Boletim do Museu paraense Emílio Goeldi.** Nº 74. Belém: MPEG, Setembro 1979.

TOCQUEVILLE, Aléxis. **A democracia na América.** Martins Fontes. 2005 (Livro I)

TOLEDO, Gil Soder de. **Pescadores artesanais: natureza, território e movimentos sociais.** São Paulo: USP, 2001. (Tese de doutorado)

WIRTH, Leo, HAMEL, Márcio Renan. Democracia participativa e desenvolvimento . In: **Desenvolvimento em Questão.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento. Editora Unijuí, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul . Ano 4, nº 7, – janeiro/junho 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
EMBRAPA - AMAZÔNIA ORIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO AGRICULTURAS AMAZÔNICAS
MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Roteiro de entrevista (PRESIDENTES DA ABPM)

Local: Vila Pesqueira de Maruda
Município: Marapanim **Estado:** Pará

1. IDENTIFICAÇÃO:

Data:...../...../.....

Entrevistador:.....

Nome do Entrevistado:

Apelido: Idade:..... Sexo: (M) (F)

Onde nasceu?:..... Por onde passou até chegar a Marudá?.....

PROCESSO ASSOCIATIVO E PRODUTIVO EM MARUDÁ

1- Quando foi criada a ABPM?

2 – Durante a sua permanência na associação, quantos presidentes teve a ABPM?

Nomes	Períodos

4 - Quantos associados a ABPM tem hoje?

5- Quais os eventos que ocorriam na sede da ABPM no início de sua criação?

6- Qual espaço de tempo ocorriam as eleições na ABPM?

7- Quando foi a último processo eleitoral na ABPM? Existe ata da eleição? Quantos pescadores participaram da eleição?

8 - Qual é o atual presidente da ABPM?

9- A sede da ABPM? Está em Funcionamento? Que atividades desenvolvem

10 - Quando foi o primeiro projeto elaborado pela ABPM e quem foi a agência financiadora?

11- Quais os contatos/parcerias da ABPM possuía nos anos iniciais de sua criação?

12 - Dos contatos/parcerias que a ABPM tinha quais os que se mantêm hoje? Por que?

13 - O que levou a ABPM a perder os contatos que tinha com:

CONTATOS	MOTIVOS
Legião Brasileira de Assistência	
Colônia De Pescadores	
Centro Comunitário de Marudá	
AMAPEM	
Grupo Erva Vida,	
Basa	
Banco Do Brasil	
Emater	
Sebrae	
Museu Paraense Emílio Goeldi	
Universidade Federal do Pará	
Movimento Nacional dos Pescadores	
Movimentos dos Pescadores do Pará	
Conselho Pastoral da Pesca	
Ex-Associados	
Não Associados	

14- Quais as motivações que associação tinha para atrair os pescadores a se associarem na ABPM?

15 - O senhor ainda é associado a ABPM? Por que?

16- Em sua opinião, o que motivou os pescadores a se desligarem da ABPM?

17 – Em sua opinião, o que leva os pescadores a não se associarem na ABPM?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
EMBRAPA - AMAZÔNIA ORIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO AGRICULTURAS AMAZÔNICAS
MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Roteiro AOS ASSOCIADOS INFORMAIS A ABPM

Local: Vila Pesqueira de Maruda

Município: Marapanim **Estado:** Pará

1 - IDENTIFICAÇÃO:

Data:...../...../.....

Entrevistador:.....

Nome do Entrevistado:

Apelido: Idade:..... Sexo: (M) (F)

Onde nasceu?:..... Por onde passou até chegar a Marudá?

1- Você é inscrito na Colônia de Pescadores de Marapanim? Há quanto tempo?

2- Você é inscrito há quanto na ABPM?

3- O que leva você a está associado na ABPM?

4 - Durante ser associado a ABPM, já participou da elaboração de projeto para financiamento de apetrechos de pesca? Qual a instituição financiou?

5 – Durante você está inscrito na ABPM, quantos presidentes a associação já teve ?

Nomes	Períodos

6- Que benefícios você já recebeu estando associado a ABPM?

7- A sede da ABPM está em Funcionamento? Sim ou Não. Por que?

8- Você participa frequentemente de reuniões programadas pela ABPM?

9- Quando foi a última reunião? Do que tratava?

10- Quais os principais contatos que a ABPM mantinha no anos anteriores? E a gora, eles se mantêm? Porquê?

11- Em sua opinião, o que está faltando para que a ABPM retome os contatos que tinha (local, Estadual, Federal, Ongs, movimentos sociais) ?

12- Em sua opinião, há preocupação da ABPM em relação a organização política dos pescadores em Marudá?

13- Qual a sua avaliação em relação a atuação da ABPM em Marudá referente a:

Eventos	Excelente	Bom	Regular	Insuficiente
Organização política dos pescadores				
Organização da produtividade pesqueira				
Envolvimentos dos pescadores no local em debates e reuniões				
A estrutura Predial				
Reuniões				
Elaboração de projetos				

15- Diante das informações que possui, que avaliação você faria da atuação da ABPM em Marudá No início de criação e Hoje:

	Excelente	Bom	Regular	Insuficiente
Antes				
Hoje				

17- O que deveria ser realizado para o melhor funcionamento da ABPM em Marudá?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
EMBRAPA - AMAZÔNIA ORIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO AGRICULTURAS AMAZÔNICAS
MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Roteiro aos EX- ASSOCIADOS a ABPM

Local: Vila Pesqueira de Maruda

Município: Marapanim Estado: Pará

1- IDENTIFICAÇÃO:

Data:...../...../.....

Entrevistador:.....

Nome do Entrevistado:

Apelido: Idade:..... Sexo: (M) (F)

Onde nasceu?:..... Por onde passou até chegar a Marudá?

1- Você é inscrito na Colônia de Pescadores de Marapanim? Por quê

2- Você já foi associado à ABPM? Porque saiu da associação?

3- Quanto tempo foi associado à ABPM?

4- Após ter se retirar da ABPM, você já participou das reuniões e palestras programadas por essa associação? Caso negativo, porque?

5- Você acha que se continuasse associado a ABPM , teria recebido algum benefício? Quais?

6- Em sua opinião, que motivos levam os pescadores a se afastarem do processo associativo em Marudá?

8 - Em sua opinião, o que está faltando para que a ABPM retome os contatos (local, Estadual, Federal, Ongs, movimentos sociais) que tinha anteriormente?

9- Em sua opinião, há preocupação da ABPM em relação a organização política dos pescadores em Marudá?

10- Qual a sua avaliação em relação a atuação da ABPM em Marudá referente a:

Eventos	Excelente	Bom	Regular	Insuficiente
Organização política dos pescadores				
Organização da produtividade pesqueira				
Envolvimentos dos pescadores no local em debates e reuniões				
A estrutura Predial				
Reuniões				
Elaboração de projetos				

11- Diante das informações que possui, que avaliação você faria da atuação da ABPM em Marudá No início de criação e Hoje:

	Excelente	Bom	Regular	Insuficiente
Antes				
Hoje				

12- O que deveria ser realizado para o melhor funcionamento da ABPM em Marudá?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
EMBRAPA - AMAZÔNIA ORIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO AGRICULTURAS AMAZÔNICAS
MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Roteiro aos NÃO ASSOCIADOS a ABPM

Local: Vila Pesqueira de Maruda

Município: Marapanim Estado: Pará

1- IDENTIFICAÇÃO:

Data:...../...../.....

Entrevistador:.....

Nome do Entrevistado:

Apelido: Idade:..... Sexo: (M) (F)

Onde nasceu?:..... Por onde passou até chegar a Marudá?

1- Você é inscrito na Colônia de Pescadores de Marapanim? Por quê

2 - Você pretende se inscrever em alguma associação em Marudá? Sim () Não ()
Qual?

3 - Por que você ainda não se associou em alguma associação aqui em Marudá?

4 - Que associação você tem conhecimento que existe em Marudá?

5 - Você sabe o que é necessário para se associar a ABPM?

6 - Você pretende se associar a ABPM? Sim () Não () Porque?

7- Em sua opinião, que motivos levam os pescadores a se afastarem do processo associativo em Marudá?

8- Mesmo não sendo associado, você já participou das reuniões e palestras programadas pela ABPM? Sim () Não () , porque?

9- Você acha que associado a ABPM, receberia algum benefício? Quais?

10- Em sua opinião, o que está faltando para que a ABPM desenvolva um melhor trabalho?

11- Em sua opinião, há preocupação da ABPM em relação a organização política dos pescadores em Marudá?

9- Qual a sua avaliação em relação a atuação da ABPM em Marudá referente a:

Eventos	Excelente	Bom	Regular	Insuficiente
Organização política dos pescadores				
Organização da produtividade pesqueira				
Envolvimentos dos pescadores no local em debates e reuniões				
A estrutura Predial				
Reuniões				
Elaboração de projetos				

10- Diante das informações que possui, que avaliação você faria da atuação da ABPM em Marudá No início de criação e Hoje:

	Excelente	Bom	Regular	Insuficiente
Antes				
Hoje				

11- O que deveria ser realizado para o melhor funcionamento da ABPM em Marudá?